

ANCHIETA – santo ou carrasco?

*Dr. Aníbal Pereira dos Reis
(ex-padre)*

Edições Cristãs

O BRASIL DE ANCHIETA

DE 30 DE JUNHO a 11 de Julho de 1980, em passagem triunfal, estive neste País João Paulo II na incumbência de “confirmar os filhos da Igreja Católica numa fé intrépida e irradiante” na expressão do próprio pontífice, perante o Presidente da República em seu discurso proferido no instante de sua descida do luxuoso avião que o transportara de Roma.

“Nascido à sombra da cruz, batizado com nome de Vera e Santa Cruz, e logo alimentado com a primeira Eucaristia celebrada em Porto Seguro, tornou-se a Nação que possui o maior número de católicos de toda a terra”, observou o pontífice ainda naquela oportunidade. No conjunto das nações latino-americanas, “sua cultura é radicalmente católica”, ressaltou em sua homilia proferida na catedral de Brasília.

João Paulo II repetiu, a confirmar, os pronunciamentos de antigos escritores, como Júlio César de Moraes Carneiro, o famoso padre Julio Maria, tribuno romanista dos fins do Império e inícios da nossa República.

Em seu livro *O CATOLICISMO NO BRASIL*, que a Livraria Agir Editora, em 1950, publicou como obra póstuma, Júlio Maria vê no descobrimento desta Nação a sua “*posse divina*”, “uma das provas de que a descoberta do Brasil não foi um acaso, mas uma sequência da providencial descoberta da América” (p. 50).

De resto, considera ele, “o descobrimento da América foi uma *compensação* à Igreja na época em que o protestantismo arrancou à Fé Católica metade da Europa, desvairada pelo espírito pagão que renascera nas ciências, nas letras, nas artes, na política, nos costumes, na educação e deixou a outra metade profundamente abalada nas crenças, que certas nações católicas não repudiaram formalmente, mas de que, desde então, não mostraram mais como nações o exemplo e a prática” (p. 50).

“Mas, se o descobrimento da América foi uma compensação à Igreja, o Brasil foi para a América um novo e vasto teatro dado ao apostolado católico para que ele mostrasse ao mundo novos heroísmos, novas maravilhas, novos prodígios da Fé” (p. 54).

Se "o catolicismo formou a nova nacionalidade" (p. 27), "um ideal de Pátria Brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico, tanto como uma impossibilidade política" (p. 27), conclui Júlio Maria.

Dominado pelo sentimento católico, Pedro Álvares Cabral trazia em suas caravelas, sob as ordens de frei Henrique de Coimbra, sete frades franciscanos missionários, oito capelães e um vigário (Matos Maia, *História do Brasil*). E junto com os primeiros aventureiros, os missionários franciscanos integraram a obra de colonização da nova terra. Em consequência, sobradas razões assistem a Júlio Maria quando assevera: "O catolicismo formou a nossa nacionalidade" (p. 27), "a nacionalidade brasileira teve como *princípio de vida* a Religião" (p. 31).

De igual forma assistem eles João Paulo II quando na catedral de Brasília, assegurou: "A fé católica, não apenas em sua formação abstrata, mas em sua concretização prática, nas normas que ela inspira e nas atividades que ela suscita, está na raiz da formação do Brasil, especialmente de sua cultura. Pretender cancelar esta fé é esvaziar séculos de história no que ela tem de mais autêntico, é mutilar a mensagem do Evangelho, é condenar-se a desconhecer a razão profunda de determinados traços da personalidade religiosa dos brasileiros".

Dentre tantos missionários avulta José de Anchieta na condição de catolicizador que o promove a Apóstolo do Brasil e na capacidade de operar fantásticos prodígios o faz o *Taumaturgo do Novo Mundo*.

Anchieta, por causa de suas peregrinas qualidades, é "nome difícil de adjetivar", como supõe Júlio Maria (p. 99), é "personagem histórico, legendário, quase bíblico" decantado por Teixeira de Melo (em *Introdução às Cartas de José de Anchieta*, inserida nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 1).

Anchieta, "a fascinante figura do Bem-aventurado Anchieta. Tão ligado à história religiosa deste querido Brasil", que "viveu o espírito do Apóstolo dos Gentios" (Paulo), enalteceu-o João Paulo II em sua prédica durante a missa do Campo de Marte em São Paulo. Prédica essa concluída com o apelo à intercessão do Beato José de Anchieta em favor do Brasil.

A proclamada atuação do *Apóstolo do Brasil*, como "fascinante figura" de sua catolicização, porventura confere com a realidade dos fatos?

Se Anchieta é realmente, pela sua operosidade missionária, aquele destacado vulto da civilização brasileira havendo contribuído decisivamente para elevar o Brasil ao ápice de o País mais católico do mundo, dotado de "fé intrépida e irradiante", porventura a conduta moral deste povo, de hoje e sempre, condiz com o enaltecimento a Anchieta atribuído?

Fundado, colonizado e civilizado pelo catolicismo, tornou-se o Brasil "a nação que possui o maior número de católicos em toda a terra", segundo a confirmação de João Paulo II. Ora, se o Brasil de hoje e de sempre, em seu aspecto moral, social e econômico, resulta de sua formação católica, porquanto "a pátria brasileira, sem a fé católica é um absurdo histórico", como

lembra Júlio Maria (p. 27), este Brasil, o maior País católico do mundo é a prova provada da falência dessa religião.

E se do que aí está como sempre esteve o catolicismo é o único responsável, essa religião absolutamente em nada contribuiu no sentido de sua formação.

Se em nada contribuiu, Júlio Maria e João Paulo II mentiram. Se influenciou em nossa formação como povo, consoante os dizeres de Júlio Maria e de João Paulo II, o catolicismo é fracasso vergonhoso.

Anchieta, “a fascinante figura” precisa, à luz da verdade histórica e à luz do bom-senso e da coerência, ser revisto e repensado.

Ademais, se o catolicismo brasileiro e de todas as partes do mundo depõe contra o Evangelho, o Verdadeiro Cristianismo, desmacará-lo é missão própria das almas nobres. E contribuir para desmontar essa máquina, neste País, desmascarando-lhe as mistificações é obra de legítima brasilidade. Retirar Anchieta do rol dos nossos autênticos heróis significa expungir das páginas de nossa História Pátria um falsário.

.oOo.

2

A CANONIZAÇÃO

NO DIA 22 DE JUNHO de 1980, João Paulo II, na qualidade de “sumo pontífice”, decretou em Roma “a beatificação do Padre José de Anchieta, da Companhia de Jesus” (discurso de João Paulo II em S. Paulo aos 3 de Julho de 1980).

Perante o Presidente da República, no momento de seu desembarque quando de sua visita ao Brasil, demonstrou-se jubiloso “pela glória dos altares conferida” a Anchieta, “pioneiro da evangelização” de nossa gente. Ainda na Bahia, ao discorrer acerca da religiosidade brasileira, externou sua “alegria de incluir no catálogo dos Beatos da Igreja” o aludido “padre”.

Uma chamada de atenção! Falhou a infalibilidade pontifícia. É clamorosa a desinformação de João Paulo II no tocante a nossa História Pátria, Anchieta não é o “pioneiro da evangelização”.

Primeiro, porque ele e seus colegas de batina jamais pregaram o Evangelho. Nem aqui no Brasil e nem em parte alguma *do* mundo. O catolicismo é adulteração total do Evangelho.

Segundo, porque antes de Anchieta, outros sacerdotes chegaram para catolicizar o Brasil. Cincoenta e três anos antes dele dar com os costados por estas plagas, já o frei Henrique celebrara a primeira “missa” e os frades de “são” Francisco aqui se instalaram.

O “padre” Júlio Maria está com a razão, abstraindo-se da terminologia inapropriada, quando assegura: “Quis Deus (?) que a eles [os frades franciscanos] pertencessem as primícias do Cristianismo (catolicismo) no Brasil: que aos franciscanos coubesse não só a glória da *primeira missa* e a da *posse divina*, como também a da evangelização e a do primeiro sangue derramado em prol da Fé no solo brasileiro. Eles foram entre os religiosos, os primeiros na descoberta; os primeiros no cultivarem o solo, durante meio século; os primeiros quem, da maneira que lhes foi possível, dirigiram aos selvagens a palavra de Deus; os primeiros que administraram os sacramentos” (ob. cit. p. 63).

De fato, os jesuítas aqui aportaram somente em 1549, depois de cinquenta anos de atividades catequéticas dos franciscanos e outros clérigos. Antes mesmo de Anchieta, o pretense “pioneiro da evangelização” chegar ao Brasil, criara-se a diocese da Bahia e o seu bispo, Pero Fernandes Sardinha, tomara posse em 23 de Junho de 1552, o ano anterior à chegada de Anchieta.

Apesar da desinformação de João Paulo II tributaram-lhe homenagens incomuns pelo evento da beatificação do “primeiro santo brasileiro”, dentre as quais a outorga do título de “cidadão paulista” pela Câmara Municipal da Capital de São Paulo, cujo pergaminho foi-lhe pessoalmente entregue por uma especial comitiva de vereadores, que para isso, da Pauliceia viajou a Roma, à custa do erário público sempre deficiente de numerário diante da carência extrema de recursos sobre tudo na periferia paulistana.

A pompa da láurea injusta porque imerecidamente atribuída ao Sr. Karol Wojtyla, pelo fato de em nada haver contribuído em favor de São Paulo, e o esbanjamento dos milhões com a viagem da comitiva de edis ao Vaticano, não chamaram a atenção de Evaristo Arns, o purpurado paulopolitano, e seus “bispos” auxiliares, sensíveis (?) aos problemas do povo pobre.

O punhado de cruzeiros esbanjados nessa ocasião bem que daria para uns metros de rede d’água em alguma das ruas da periferia da Capital de Piratininga.

Afinal, por que semelhante salamaleque tão dispendioso dedicado ao pontífice? Por haver ele beatificado o espanhol Anchieta, candidato seguro ao posto de “primeiro santo brasileiro”?

Acaso a BEATIFICAÇÃO é esse acontecimento de tão relevante importância?

Na contextura da hagiologia romanista é o segundo estágio do processo de CANONIZAÇÃO.

CANONIZAÇÃO é vocábulo derivado de CANON que, de acordo com os dicionários, significa também relação ou catálogo. Neste caso *CANON* é a lista dos “santos” reconhecidos pelo catolicismo romano. E CANONIZAÇÃO é o ato de CANONIZAR ou declarar “santo” ou inscrever alguém no rol, lista ou cânon dos “santos”.

A CANONIZAÇÃO, como quase todas as práticas e solenidades católicas, procede do antigo paganismo, pois o catolicismo sustenta, como sua revivescência, as práticas pagãs da Grécia, de Roma e do Egito.

Com efeito, os pagãos admitiam muitos deuses e muitos mediadores entre esses deuses e os homens. Aos primeiros chamavam DEUSES MAIORES ou divindades superiores, como Júpiter, e aos últimos DEUSES MENORES ou divindades inferiores.

Os MAIORES estavam muito acima dos pobres seres humanos para sentir interesse por eles. Os MENORES, pessoas divinizadas, entendiam os problemas dos mortais e deles se apiedavam e podiam ser seus intercessores.

Quando algum homem por seus feitos se notabilizava, um monarca por exemplo, era incluído em solenidade religiosa no número dos deuses menores e se constituía em mediador ou intercessor.

A solenidade que hoje o catolicismo denomina de CANONIZAÇÃO, os pagãos da mitologia grega e romana designavam com o termo APOTEOSE.

Dentre as muitas secretarias do Vaticano, chamadas congregações, há uma, conhecida com o nome de “Congregação para a Causa dos Santos” (anteriormente chamada Congregação dos Ritos), especializada em desenvolver os processos de canonização. Exigem estes processos, além de outros encargos, o postulador favorável à investidura e o contrário à mesma, contrário esse tachado popularmente de “advogado do diabo”.

A CANONIZAÇÃO católica abrange três partes ou fases distintas:

PRIMEIRA: a introdução do processo informativo preparado por uma diocese ou uma sociedade religiosa, sobre os escritos e as virtudes do candidato. Aceitando-o, passa a percorrer os trâmites canônicos da Congregação para a Causa dos Santos. Pelo fato de receber esse processo e dar início à sua tramitação, o candidato passa a ser considerado VENERÁVEL, título que o propõe como modelo a ser imitado por haver praticado em grau heroico as virtudes, sem contudo, permitir-lhe qualquer espécie de culto público. Em particular os católicos podem cultuá-lo e os interessados no andamento do processo a isso os incitam.

SEGUNDA: Decorridos os interstícios de um processo difícil e complexo, exigente tanto na prova da genuína fidelidade doutrinal católica como em relação à heroicidade de virtudes dois ou três milagres portentosos feitos sob a invocação do venerável, chega-se ao final desta fase, cuja palavra definitiva somente ao “papa” compete. Concluída esta parte, cabe ao pontífice declará-lo BEATO ou BEM-AVENTURADO, passando a ter ele, ainda em caráter provisório, suas imagens expostas e cultuadas publicamente apenas no lugar do seu nascimento e nas terras onde viveu e onde exerceu suas atividades religiosas.

TERCEIRA: É a CANONIZAÇÃO propriamente dita, solenemente celebrada pelo próprio “sumo pontífice” depois de completado o inquérito processual canônico, incluindo-se outros dois ou três milagres feitos pelo beato. Com a canonização o “santo” passa a gozar do culto público em toda a “igreja” de rito latino e suas imagens podem ser expostas em todas as partes.

O processo da canonização de Anchieta se arrasta há séculos pelos corredores Vaticanos. Falecido em 1597, vinte anos após, ou seja, em 1617, os jesuítas do Brasil introduziram, via bispado da Bahia, junto à Santa Sé o pedido de sua beatificação e canonização. Somente em 1730, cento e vinte anos depois, foram, para exame, remetidos a Roma os escritos poéticos do candidato às “honras dos altares”. Em 1736, aos 10 de agosto, o “papa” Clemente XII declarou-o, por constarem suas virtudes exercitadas “em grau heróico”, VENERÁVEL.

Esta fase se arrastou por duzentos e quarenta e quatro anos porquanto somente agora, aos 22 de Junho de 1980, atingiu o estágio de BEATO ou BEM-AVENTURADO com o direito de ter suas imagens oficialmente exibidas e seu nome invocado em culto público em seu país natal, a Espanha, em Portugal onde estudou e no Brasil onde viveu a maior parte de sua vida. Nas outras nações, como Alemanha, Rússia, Itália, México, Iraque, Irã, Japão, França, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia (conquanto estes últimos países limítrofes do Brasil) coíbem-se-lhe quaisquer manifestações públicas de culto. São dessas minudências da legislatria romanista: até o seu culto se baliza em limites geográficos!

Se Anchieta quiser atingir a última fase, chegar ao estágio supremo de “santo”, precisa satisfazer as exigências desta última parte do seu processo de canonização, inclusive fazendo dois ou três portentos. Se o estágio anterior se arrastou lentamente durante séculos, é possível que esta derradeira fase seja rápida e o mundo católico e, de maneira particular o Brasil, venham celebrá-lo “santo” na ocasião do quarto centenário de sua morte, em 1997. É a torcida dos aficionados anchietanistas ou dos anchietólatras.

Por reputá-lo merecedor de tal honra, o Prof. Dagmar Chaves, atual presidente do “Movimento Nacional pró-Canonização de Anchieta”, assegura “que de há muito Anchieta já deveria ocupar um lugar nos altares” (*O Estado de São Paulo*, 05 de Agosto de 1980).

A interferência política é decisiva no encaminhamento do processo canonizatório. Aliás, “o presidente do Movimento Nacional pró-Canonização de Anchieta lembra também que existem influências políticas dentro da própria Igreja, quando se trata de canonizar alguém! Por isso conta muito a nacionalidade ou a ordem religiosa do candidato. O processo de beatificação de Anchieta é um bom exemplo dessas influências temporais” (id., 28 de Junho de 1980).

Esse Movimento, de resto, foi criado exatamente para influir na evolução do processo do “primeiro santo brasileiro” e teve como seu primeiro presidente o Senador Danton Jobin.

Embora o episcopado brasileiro queira se apresentar independente do Governo Civil, na verdade dele depende não só para lhe sugar gordas verbas, mas até para empurrar a geringonça anchietana. Nesse intuito, o Presidente Castelo Branco, pelo Decreto de número 55.588 de 1965, criou no MEC o Dia Nacional de Anchieta.

É possível João Paulo II aceder, sobretudo após sua visita custosíssima para o sofrido e carente povo brasileiro, às pressões políticas do Poder Civil de nosso País, no sentido de saciar as esperanças anchietólatras.

.oOo.

3

ESCORÇO BIOGRÁFICO

ANCHIETA É DISTINGUIDO por uma série de desencontros. Só numa coisa ele se ajusta. Em seu engajamento na sociedade jesuíta por lhe satisfazer o temperamento e as idiossincrasias.

Por escapar ao propósito destas páginas, limitamo-nos apenas a alguns lances da vida do nosso personagem.

SUA FAMÍLIA

Desacertadas as notícias de sua origem familiar. Certo chamar-se seu pai JOÃO DE ANCHIETA.

Mas que João de Anchieta?

Identificam-no alguns, como Adolfo Coster (*Anchieta et la Famille de Loyola*, Paris, 1930) com o vigário de São Sebastião de Soreazu que teve José de uma aventura amorosa com uma freira.

Outros supõem ser o progenitor de José um tal de João Lope de Anchieta casado com Maria de Ayala, portanto mãe do novo beato brasileiro. Helio Abranches Viotti, também da ordem jesuíta, obsessivo anchietólogo de renome, admitia essa explicação para o pai de José, fundamentando-a, como diz, em "documentos oficiais". Mudou, porém, de opinião em resultado das pesquisas de um outro jesuíta, o historiador espanhol Francisco Mateos (*Últimas Investigaciones Históricas sobre La Vida y Obra Del Padre José de Anchieta*, em *Anchietana*, São Paulo, 1965). Este Francisco Mateos identifica como pai do bem-aventurado brasileiro o funcionário público João Lopez de Anchieta casado com a viúva de Nuno Nuñez de Villavicencio, senhora Meneia Diaz de Clavijo y Llanera, de origem judia (cf. Alejandro Cioravescu, *La Familia de Anchieta em Tenerife*, La Laguna, 1960, separata da *Revista de Historia Canaria*, números 129 e 130).

Suponho ser relevante notar-se a data desta conclusão do pesquisador Francisco Mateos: primeiros anos da década de 1960!

O veredito de Francisco Mateos, contudo, permanece inseguro, à mercê de outras pesquisas mais recentes.

Com efeito, o jornalista de *O ESTADO DE SÃO PAULO* e do *O JORNAL DA TARDE* grandes órgãos da Imprensa Paulista e de renome mundial, em São Cristóvão de La Laguna, em Tenerife, das Ilhas Canárias, colher *in loco* informes referentes ao novo bem-aventurado. Dirigiu-se à matriz da atual paróquia de S. Domingos de Gusmão, antiga paróquia dos Remédios, onde José fora batizado.

Sem se fazer de rogado, Dom Sixto, o atual pároco permitiu-lhe franco acesso aos antigos alfarrábios paroquiais guardados em velho armário empoeirado. "No primeiro destes livros, encadernados em pergaminho, as primeiras páginas comidas pelo tempo, está escrito, com letra do século XVI, "Livro Primeiro de Batismo da Igreja Paroquial dos Remédios, de 30 de Maio de 1530 até Junho de 1552". Na página 31 verso, correspondente ao ano de 1534, estão registrados os nascimentos de várias crianças, na maioria meninos. O quarto deles chama-se "Joseph, filho de Juan de Anchieta e de sua mulher, que foi batizado no dia 7 do mês de Abril por Juan GTTB" [um apelido assim abreviado], vigário. Foram padrinhos Domingo Rifo e Dona Alonso" (*O ESTADO DE SÃO PAULO*, Domingo, 13 de Abril de 1980, p. 33).

O lacônico assento do batismo em nada favorece as conclusões de Francisco Mateos quanto à origem paterna de José de Anchieta. Ao contrário, mantém, se não credencia, as antigas suposições.

E, de fato, por ser naquele tempo o catolicismo a religião oficial também da Espanha, não havia o registro civil de nascimento, em cujo lugar valia o lançamento de batismo. Por conseguinte o único documento oficial válido

para nós, ainda é esse do batismo de Anchieta. Ora, nele não se define com clareza o pai e o nome da mãe é simplesmente omitido, aparecendo, contudo, o da madrinha, dona Alonso.

Portanto, a origem familiar do “Apóstolo do Brasil” permanece uma interrogação.

Se o registro de seu batismo oculta o nome de sua mãe, quiçá não favorece aquela primeira suposição? A de ser ela a freira?

SUA PÁTRIA

São Cristóvão de La Laguna, antiga capital de Tenerife, uma das Ilhas Canárias, a vinte quilômetros de Santa Cruz, atual sede política da Ilha, e o berço natal de José de Anchieta.

Tenerife é a maior e mais bela das treze ilhas componentes, em sua extensão de 2.053 quilômetros quadrados, do arquipélago geograficamente africano das Canárias, cognominadas pelos antigos romanos de *Insulae Fortunatae*.

Desde 1479, pelo Tratado de Alcáçovas, as Ilhas das Canárias passaram ao domínio da Espanha.

Ainda hoje, São Cristóvão de La Laguna, cidade episcopal e universitária, se gloria não só de seus vales férteis e belas flores, seus templos religiosos de balcões à maneira sevilhana e seus palácios harmoniosos de ilustres brasões gravados nas fachadas, mas sobretudo do seu orgulhoso título de *MUY NOBLE Y LEAL* outorgado pela Coroa Espanhola em 1534, ano também do nascimento de Anchieta.

DATA DO NASCIMENTO

19 de Março de 1534, sendo-lhe imposto o nome de JOSÉ por ser esse dia o da comemoração litúrgica do esposo de Maria, mãe de Jesus.

Seu batismo ocorreu a 7 de Abril do mesmo ano na matriz paroquial da Senhora dos Remédios, hoje dedicada também a “são” Domingos de Gusmão.

SEUS ESTUDOS

Em 1548, aos quatorze anos, seguiu para a famosa Universidade de Coimbra, onde permaneceu até aos dezoito anos.

Em 1551 ingressou na recém fundada Ordem dos Jesuítas por Inácio de Loiola, também espanhol.

Notem-se os anos do nascimento de Anchieta, 1534, e o do estabelecimento da Companhia Loiolista, 1534. Ambos nasceram no mesmo ano, dispondo do mesmo ardor.

GRAVE ENFERMIDADE

O noviciado é um período de severíssimas provas, quando o rapaz ingressa nas ordens religiosas e de modo particular na Sociedade dos Jesuítas. Submeteu-se José a duras penitências com prolongados jejuns, dolorosas macerações, pontiagudos cilicos que penetravam em suas carnes e incontáveis horas seguidas de orações.

Com o espírito em delírio e máximo fervor, em absoluto jejum, sempre de joelhos, todas as manhãs ajudava seguidamente até dez missas. Tão-manho e desumano esforço causou-lhe grave moléstia que o levou à cama por longos meses e lhe deixou marcas pelo resto da vida, com sérias dificuldades até para andar.

Durante aquele ano de enfermidade (1551), “quando se punha de pé ou andava pela enfermaria, pelos corredores, agarrava-se às paredes, vacilante, fraco quase se arrastando. Foi uma fase de intenso sofrimento físico e psicológico, na vida do jovem estudante.” (Roque Schneider, *José de Anchieta, seu perfil e sua vida*, Edições Loyola, São Paulo, 1980).

“Como consequência lhe resultou irremediável defeito na espinha dorsal, deformidade de que ele seria mais tarde o primeiro a gracejar” (Hélio Abranches Viotti, também jesuíta como o autor citado antes, *Anchieta, o Apóstolo do Brasil*, Edições Loyola, São Paulo, 2a. edição, 1980).

De acordo com Viotti a causa da moléstia que afetou a coluna do beato teria sido uma tuberculose ósteo-articular localizada na coluna vertebral (p. 29).

Porventura Deus quer do ser humano esse horror de penitência? Tantas macerações? O esmagamento do corpo humano? Deus Se sente honrado com o auto-aniquilamento de Sua criatura?

Decerto Deus não foi glorificado nos padecimentos de Anchieta.

Se os sofrimentos físicos consequentes da grave moléstia marcaram para o resto da vida o corpo do jovem penitente, sem dúvida alguma, marcaram-lhe também a alma, o temperamento, o caráter, o psíquico.

SEUS TRABALHOS

Baldados todos os empenhos da Medicina da época nas tentativas de recobrar a saúde de José, sugeriram-lhe então os médicos o clima do Brasil (Viotti, ob. cit. p. 30). E lá vem Renato Sêneca Fleury com os seus lances piegas a impingir à credulidade pública uma deslavada lorota: “É uma coisa notável que, estando ele na Europa, em Portugal, na culta Coimbra, onde havia, por certo, médicos ilustres, deixasse todos os recursos e viesse restabelecer a saúde no Brasil, simples colônia, terra ainda selvagem, sem meios de qualquer espécie e cheia de perigos! É que o bom clima destas paragens, com suas matas virgens, seu sol fecundo, suas águas virtuosas, seu ar pu-

ro, era o grande remédio para o jovem jesuíta” (*Anchieta*, Edições Loyola, São Paulo, 1978, p.10-11).

Acaso já no século XVI, quando ainda não havia a atual máquina requintada e a indústria era incipiente sem os ácidos corrosivos, acaso já acontecia a poluição? Poluição das águas e do ar?

Esquecem-se os loiolistas das estâncias hidrominerais de Portugal já naquele tempo famosas e procuradas?

Para tratamento de saúde, é evidente, Anchieta jamais teria vindo ao Brasil naqueles tempos.

Viotti, ainda, informa: “Desejava no que lhe restasse de vida, consagrar-se à catequese das crianças indígenas” (Ob. cit. p. 30). Nesse caso, o novo beato para aqui veio também como penitência que a si se impôs.

Afinal, em 8 de Maio de 1553, com apenas vinte anos de idade, juntando-se à terceira expedição de missionários jesuítas, chefiada pelo “padre” Luiz da Grã, veio para o Brasil onde chegou em 13 de Julho ainda de 1553, havendo aportado na Bahia de Todos os Santos.

Após curta estada na Capitania do Espírito Santo, em Dezembro de 1553, às vésperas do Natal chegou a São Vicente, hoje no Estado de São Paulo.

Em 25 de Janeiro de 1554 assiste à missa rezada por Manoel da Nóbrega na aldeia de Piratininga e passa a lecionar no novo colégio aí fundado.

Em 1563, no intuito de obter armistício de paz com os índios tamoios, deles ficou refém em Iperoig (atual Ubatuba - SP), por cerca de cinco meses, ocasião em que, segundo a lenda, compôs apenas de memória, o seu poema *DE BEATA VIRGINE*, acerca do qual mais adiante falaremos.

Em 1565, participando da Expedição de Estácio de Sá, engajou-se na luta da expulsão dos franceses e assistiu à fundação do Rio de Janeiro.

Em fins de Março desse ano ainda, com a esquadra de João de Andrada, partiu para a Bahia de Todos os Santos no objetivo de ordenar-se sacerdote, porquanto somente em Salvador havia “bispo” a cujo múnus exclusivo compete a ordenação sacerdotal.

Feito “padre” retorna na comitiva de Mem de Sá ao Sul do País, tendo-se demorado algum tempo em Vitória do Espírito Santo.

Em 1567 é nomeado superior dos jesuítas da Capitania de São Vicente, quando seus milagres lhe grangearam o título de “taumaturgo do Novo Mundo”.

Indo em 1577 à Bahia e investido no cargo de superior geral dos jesuítas no Brasil, função exercida até 1588.

Em 1578 parte para o Espírito Santo onde funda diversas casas jesuítas como as de Reritiba (hoje Anchieta) e de Guarapari.

Sendo a partir de 1589 superior apenas na Capitania do Espírito Santo, com exceção de viagens de curta permanência no Rio de Janeiro e a Bahia,

acomodou-se no Espírito Santo, de cujo superiorado se afastou em 1595, recolhendo-se na casa de Reritiba onde faleceu com sessenta e três anos de idade, aos 9 de Junho de 1597. Seus restos mortais foram sepultados a 14 seguinte na Igreja de São Tiago, anexa ao Colégio dos jesuítas, mesmo em Reritiba.

Ao longo desses anos., quarenta e quatro, exerceu no Brasil intensa catequese de índios e mamelucos (filhos de portugueses com índias), empenhou-se em batalhas militares, atuou vigorosamente na política, escreveu cartilhas em tupi, compôs autos e poesias líricas e dramáticas, alcançando a soma de dez mil versos em latim conforme noticiam seus entusiastas biógrafos.

Cercado de muitas lendas transformaram-no numa figura mitológica, em “Apóstolo do Brasil” e “Taumaturgo do Novo Mundo”.

A Sociedade Loiolista empenhava-se por fazer “santos”. Almejava prestigiar-se desde seus primórdios e das terras para onde enviava seus missionários ambicionava seus representantes nos altares. Do Brasil algum deles deveria ser o candidato. Escolheram os jesuítas Anchieta como poderiam ter escolhido outro.

.oOo.

4

O “SANTO” BRASILEIRO É JESUÍTA

JESUÍTA?

Jesuíta é o membro ou associado da ordem religiosa católica denominada *SOCIEDADE* ou *COMPANHIA DE JESUS*, fundada em 1534 por Inácio de Loiola.

Ser jesuíta ou loiolista já é uma definição de personalidade.

Nas próprias novelas de tevê os atores desenvolvem um papel de acordo com a sua própria personalidade. Seria impossível dar-se o contrário a menos que se quisesse arriscar o sucesso. O indivíduo que se apresenta bem na novela, por exemplo, como malandro é porque a sua inclinação comum é para a malandragem. Uma moça séria jamais se desempenharia a contento num papel de prostituta.

De igual forma, o indivíduo que se sente à vontade num ambiente é porque suas condições psicológicas a isso o induzem. *Dize-me com quem andas e dir-te-ei quem és*, sentencia justamente o provérbio.

Anchieta ligou-se à ordem dos jesuítas por ser em sua estrutura íntima um jesuíta que, segundo os dicionários, é um indivíduo dissimulado, hipócrita, astucioso, fingido, falso.

Examinaremos em alguns tópicos a companhia, ou ordem ou sociedade dos jesuítas, também chamados loiolistas e inacianistas em decorrência de se chamar seu fundador Inácio de Loiola.

INÁCIO DE LOIOLA

De nobre família, nasceu no castelo de Loyola, em Guipuzcoa (Espanha), em 1491. Encarnou a mentalidade da nobreza da qual procedeu e à qual serviu. Em sua adolescência como cortesão serviu de pagem ao rei Fernando II, o Católico, dispersando seu tempo em diversões frívolas.

Ao chegar à juventude, a família Cuellar, de seus parentes e protetores, caíra no desagrado da corte real. Amparou-se então no duque de Nagera e se fez soldado.

Armou-se cavaleiro e no serviço das armas adotou como sua dama a rainha Germana, esposa do rei Fernando.

Se os hábitos da época exigiam fidelidade à dama dos seus pensamentos, omitiam-se quanto à pureza dos costumes. Por isso integrado naquela torpe sociedade de nobres-vilões católicos, tornou-se um rapaz de ínfima conduta moral distinguida pela devassidão, pelas orgias e pelo temperamento “manhoso, violento e vingativo”. Sua indignidade levou-o de certa feita a praticar um furto e a deixar um pobre inocente a sofrer o castigo em seu lugar, sem jamais sentir qualquer remorso.

Militar, deixara-se embalar pelos sonhos de se tornar herói. Durante alguns anos, contudo, se lhe escapavam as oportunidades.

Em 1521 percebeu a grande ocasião de saciar seus delírios de glória. Aliciou um grupo de soldados e, tornando-se oficial deles e contrariando as orientações do comandante da praça, ofereceu resistência ao exército francês entrincheirado nas cercanias de Pamplona. Numa das escaramuçãs, um balaço de canhão feriu-lhe a perna direita.

Aguardou pacientemente sua recuperação. Inconformado com a ideia de se ver com defeito físico por se lhe haver mal encanado a perna, submeteu-se a quebrá-la de novo por a querer perfeita. Dessa nova cirurgia sobreveio um caroço nessa perna. Quis retirá-lo e o serraram sem qualquer anestesia.

Todos esses suplícios deixaram-no desapontado por ver esse seu membro mais curto. Submeteu-se ainda a um doloroso aparelho a fim de estender a perna prejudicada.

Era-lhe inconcebível a circunstância de se achar defeituoso em seu físico porquanto ardia na ânsia de se tornar herói.

Ainda este derradeiro recurso da medicina contemporânea decepcionou-o, pois o defeito da perna permaneceu.

Desapontadíssimo e revoltado com o destino, admitindo-se inapto para concretizar seus ardentes sonhos no exercício das armas, renunciou-as. E passou a ler vida dos “santos”. A leitura desse gênero naquela época empolgava os mandriões e os desanimados.

A vida de muitos desses “santos”, vítimas de psicoses, repetia, no sentido religioso, as de autêntica cavalaria andante. As maluquices e excentricidades desses “santos” despertaram a atenção de Loiola.

Cedera à brutal contingência de se afastar da vida militar. Inconformara-se, todavia, em se sujeitar à existência de um homem vulgar e ignorado. Impelido por seu subconsciente e de imaginação acicatada pelas singularidades e esquisitices das vidas dos “santos”, decidiu substituir o seu rei terreno pelo rei “papa”, a sua dama, a rainha Germana, pela “virgem” Maria; sua família pela “igreja” e os guerreiros inimigos por todos os adversários da sua religião, de maneira particular os protestantes.

No impulso dessa decisão lançou as bases para a sua COMPANHIA. Expoente da corrupta nobreza espanhola, aceitou o apoio da “igreja” não menos corrupta em troca da espada com que a defendia dos “hereges”.

Voltava em 1524 de uma peregrinação à Terra Santa, quando, aos trinta e três anos de idade, começou a estudar a gramática de sua língua. Em Alcalá e em Salamanca aprendeu rudimentos de filosofia e noções de teologia.

Em 1528 foi para Paris, onde conseguiu reunir seis discípulos. Em 1534 na igreja de “nossa Senhora de Montmartre” fizeram eles o voto de se consagrarem ao serviço da “igreja” e as suas pessoas à disposição incondicional do “papa”, estabelecendo-se assim a Companhia.

Entregou-se Loiola a penitências, a jejuns, a flagelações. Pedia esmolas pelas ruas, rezava de joelhos horas ininterruptas na sofreguidão de se tornar um herói religioso como em vão havia sonhado tornar-se herói militar.

Debilitado pelos prolongados jejuns e com as emoções exacerbadas, teve visões absurdas, querendo identificá-las com personagens do Céu. Muller afirma mesmo haver ele nesse tempo abeirado-se do suicídio nessas crises de alucinações (*Os Jesuítas*, p. 64).

Passando por Veneza, na Itália, recebeu a ordenação sacerdotal. Homem de limitadíssima cultura e de poucas ideias, dispusera-se a substituir o exército das armas bélicas por sua companhia, a sociedade que com aqueles seis discípulos criara e que o “papa” Paulo III aprovara em 1540. Originou-se destarte a *COMPANHIA DE JESUS*, cujos membros passaram a ser chamados *JESUÍTAS* ou *LOIOLISTAS*.

Diego Lainez, um desses seus discípulos e seu imediato sucessor, afirma sobre Inacio que “mui poucos dentre os grandes homens houve que

dispusessem de um tesouro de ideias próprias tão limitado como o fundador da ordem dos jesuítas, mas que, em compensação, raríssimos foram dentre esses os que souberam tomar as suas ideias tão a sério como ele” (Fullop Muller, *Os Jesuítas*, 1935, p. 43).

Em 1541, eleito chefe geral da sua sociedade, presenciou o rápido desenvolvimento de sua obra. Faleceu em Roma, sede de sua Companhia em 1556. Canonizou-o em 1622 o “papa” Gregório XV, guindando-o às honras dos altares.

A COMPANHIA

Fundada nos moldes de um regimento de quartel, seus religiosos vivem sob leis e disciplina militares, exigentes de obediência irrestrita e cega.

Nessa organização castrense está à frente o *GERAL*, mais conhecido como o “papa negro”, eleito vitaliciamente e investido, de uma autoridade quase ilimitada, cujas decisões são inapeláveis. Cerca-se ele de um conselho formado por seis *ASSISTENTES*. Antes de morrer tem de designar o *VIGÁRIO* ou substituto, ao qual compete governar interinamente a sociedade até a eleição do novo geral e dos assistentes eleitos por uma *CONGREGAÇÃO GERAL* composta por todos os provinciais.

O geral é chamado de “papa negro” por enfeixar em suas mãos quase tantos poderes quantos o “papa”, o sumo pontífice romano, e pela capacidade de manobrar a política clerical na Cúria Romana. O adjetivo “negro” distingue-o do “papa”, que habitualmente se traça de batina branca e ele de sotaina preta.

Divide-se a Companhia em províncias regida cada uma por um *PROVINCIAL*, coadjuvado por um conselho composto de consultores. Cada casa da ordem tem um superior próprio, submetido ao provincial.

Toda essa forte hierarquia de superiores e provinciais se prende ao geral por rigorosa disciplina sustentada também pela prática de cada membro da sociedade, seja qual for a sua condição, ter ao seu lado um irmão encarregado de policiar o seu procedimento.

Em sua carta de 1553 aos jesuítas de Coimbra com quem se preparava Anchieta, Loiola investe o superior de poderes absolutos de comandante-em-chefe, como em tempo de guerra, dando-lhe autoridade de dispor à sua vontade e critério absolutos de todos os membros da companhia, em qualquer lugar e para qualquer fim. Ao subalterno cabe diante de seu superior, além de integral submissão exterior ao seu comando, total identificação da vontade do inferior com a do superior. Este deve ser obedecido simplesmente, sem qualquer restrição, como se ele fosse o próprio Deus, ou se estivesse em Seu lugar, sem mesmo o direito de referências à sabedoria, piedade ou discreção pessoais. É para Inácio de Loiola, ainda nessa carta, obediência imperfeita e frouxa aquela não resultante do acatamento do desejo do superior como seu próprio desejo. O “sacrifício da razão” ou da inteligência, ou seja, quando o

subalterno não só quer o que o superior quer, mas pensa de acordo com o que ele pensa, constitui-se para Loiola o mais elevado grau de obediência.

O geral é o *Fuhrer*, o ditador, que se apresenta como o enviado de Deus, a quem os súditos devem obediência ilimitada e sem quaisquer restrições íntimas que leva até ao sacrifício das convicções pessoais (Muller, ob. cit. p. 33). E a identificar o superior com o próprio Deus, a companhia dos jesuítas revive a máxima de “são” Boaventura: “É mais meritório obedecer a um homem, por amor de Deus, do que obedecer diretamente a Deus”.

O jesuíta vive como máquina em estrita e absoluta obediência toda sua vida. É-lhe, em consequência, vetado aceitar qualquer dignidade ou encargo fora da companhia. Se algum jesuíta for pelo “papa” eleito “bispo”, deve, de início, recusar. Se lhe for imposta a nomeação, aceitando-a não se liberta do jugo da ordem de cujos superiores sempre precisa ouvir as orientações.

Perinde ac baculus, perinde ac cadaver (= semelhante a uma bengala, semelhante a um cadáver) deve ser o súdito nas mãos do seu superior. Esta norma de sujeição absoluta, como seu princípio básico, imprime energia vital à sociedade loiolista.

Submisso ao chefe, o jesuíta não tem pátria. Subjugado à sociedade, adapta-se às suas bases: mobilidade e cosmopolitismo. Por isso, para as casas dos jesuítas de cada país podem ser enviados superiores estrangeiros, os quais devem sempre usar a língua corrente do país de sua residência a qual estudam para versá-la com absoluta maestria.

O pensador católico Tristão de Ataíde em *O JORNAL* (Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 1940) apresenta magnífica descrição do jesuitismo. “Não existe para a ordem”, escreve ele, “nenhum objetivo, nenhum método específico: estão às ordens do “papa”, tanto se fazem apóstolos dos párias, como Francisco Xavier nas Índias, como se fazem “brahmanes”, como Roberto Nobile, ou “mandarim”, como o pe. Ricci, e não dão confiança aos párias, ou a quem quer que não seja brahmane ou mandarim. Procura guardar-se intangível em face da mobilidade das cousas. Conserva os traços da fisionomia impassíveis em face das emoções: é um vulcão coberto de neve. É uma máscara. O jesuíta é realista. Combate todo o romantismo e todo o excesso. Nenhuma tolerância com as fibras femininas de toda a alma humana. E o dever inflexível não admite tolerância com o coração. Um jesuíta não sabe o que é remorso. Ou se perde ou se salva, ou faz o dever e recebe friamente a palma. Ou não faz o dever e recebe friamente a punição”.é pela contração da personalidade. A companhia é o que vale, não o seu filho”.

VITÓRIA DO MÉTODO LOIOLISTA

Sobejas razões nos movem a considerar a Idade Média como a Idade das Trevas. Dominadas as nações pelo clero, só podiam emergir nas trevas. Com raríssimas exceções, de resto, os sacerdotes eram ignorantes e houve

“bispos” analfabetos; é uma reminiscência dos antigos “bispos” analfabetos que “assinavam em cruz”.

A levantar um dique à ignorância geral do clero e do povo, os jesuítas programaram escolas dotadas de métodos eficientes para aquela época de absoluta carência pedagógica, que os distinguiram durante três séculos como mestres da Europa.

O filósofo Bacon resume acerca do ensino jesuíta a sua opinião: “Quanto à parte pedagógica, a regra mais rápida seria: consulte as escolas dos jesuítas, visto que nada melhor tem sido posto em prática” (*De Augmentis*, VI,4).

O crescimento de suas escolas surpreendia. Quando Inácio de Loyola, em 1556, faleceu, a sua ordem estava com 45 sacerdotes professores e 2.000 membros distribuídos em 12 províncias com mais de 100 colégios e casas.

Seu método de ensino foi, outrossim, largamente praticado no Brasil, distinguindo-se, como mestre, conforme a propaganda, José de Anchieta.

No campo religioso propriamente dito puseram-se os jesuítas, ressaltando-se Belarmino, na vanguarda da polêmica contra os protestantes. Graças ao seu valente radicalismo e espírito reacionário, conseguiram eles frear o avanço protestante.

O Concílio de Trento foi a assembleia dos “bispos” católicos celebrada para firmar o catolicismo combalido em consequência da Reforma Luterana, em grande parte da Europa. A atuação dos três jesuítas: Lainez, Faber e Salmeron, como seus teólogos, foi decisiva a ponto de manipularem suas decisões e decretos. Lainez destacou-se sobremaneira no sentido de barrar qualquer concessão aos protestantes, que possivelmente algum “bispo” conciliar pudesse propor. Brandindo a poderosa arma da incondicional submissão ao papado, esse jesuíta, em Trento, enfiado em sua roupeta, enfrentou e venceu cardeais e “bispos” partidários da reforma de costumes e de modificações doutrinárias.

Há ainda alguns outros nomes de relevo entre os jesuítas. Salientaram-se no pensamento teológico, dentre uns poucos, Francisco Suarez, Leonard Lessius, o cardeal Franzelin, Genicott, Noldin, Denis Petan. Outros, como Cornelius a Lapide, sobressaíram nas pesquisas das Sagradas Escrituras. Ainda outros se destacaram na tribuna como o nosso Antonio Vieira, o francês Louis Bourdaloue e o italiano Paolo Segneri. São, outrossim, relevantes na matemática e na astronomia Angelo Secchi, Ruggiero Giuseppe, Boscovich, Beccaria e Stephe Joseph Perry.

SEU FRACASSO

Resulta de várias causas, destacando-se dentre elas o ignóbil propósito de servir a mentira religiosa. Além desta, podem-se assinalar duas outras: a ganância material e a prepotência na política. Causas essas a se constituí-

rem em fatores da sobrevivência da própria hierarquia católica. Poderá isso parecer uma contradição. No entanto, esses fatores foram na prática exacerbados pelo fanatismo dos jesuítas e, em resultado, se transformaram em motivo de fracasso.

Cheios de zelo, arrastavam para suas fileiras numerosas pessoas ricas das quais exigiam a entrega completa de suas posses e as quais usavam para manobrar influências sobre os magnatas do dinheiro. Nessa perspectiva argentária a sociedade jesuíta descuidou-se da formação intelectual dos seus membros. Aquela sujeição incondicional ao superior, por outro lado, impediu as expansões da inteligência. Em resultado, os seus expoentes se reduzem a uns poucos nomes. Faltaram-lhe intelectos realmente grandes. E passados os primeiros tempos, suas escolas perderam o brilho primitivo.

Atuantes na política, tornaram-se os loiolistas incapazes de discernir a religião fora dos interesses da política. Participaram na confusão de nações, na trama de conspirações e no desencadeamento de guerras.

Nas escolas, seus mestres, como Suarez e Mariana, pelo menos em teoria, ensinavam a liceidade do tiranicídio e do regicídio.

Suarez, por exemplo, ensinava que um soberano deposto pelo “papa” perde o reino, não podendo, de direito, possuí-lo. “Por isso, desde então, pode ser tido e tratado como tirano, e, conseqüentemente, pode ser morto por qualquer particular” (*De Fide Catholica*, lib. IV, 4). E Giovanni Mariana: “Que importa matá-lo com punhal ou veneno? O que se faz com veneno faz-se com menos perigo e com maior segurança de impunidade. Eu escolheria o veneno, se tivesse de fazer isso... Com os tais [os soberanos depostos pelo “papa”] deve-se agir como com os cães danados... Deve-se louvar aquele que, com perigo de vida, serve à utilidade pública” (*De Rege*, lib. I, 6).

Os alunos, imbuídos dessa tese de que o fim justifica os meios, em surgindo a oportunidade, punham em prática as teorias aprendidas, tornando os jesuítas, pelo menos indiretamente, responsáveis de muitos assassinatos que abalaram o mundo, como o de Abrahão Lincoln; sua atuação na revogação do Edito de Nantes e na expulsão dos protestantes da França; sua influência na ruína da Casa dos Stuart sob James II, sua cooperação no ativar, sob o reinado dos dois últimos Valois, as labaredas dos ódios políticos contra os huguenotes; sua constante conspiração contra a Inglaterra no reinado de Elisabeth; sua ingerência na guerra dos Trinta Anos e nas misérias religiosas da Boêmia.

REJEITADOS

Ao chegarem os dezesseis jesuítas a Paris perturbaram tanto a ordem pública que, em 1542, oito anos apenas de sua fundação, foram banidos da cidade. Em 1554 o parlamento francês confirmou o banimento e os repeliu. Relutantes, retornaram e em 1594 os comerciantes, os vereadores, a muni-

cipalidade e os administradores dos hospitais exigiram do parlamento a definitiva expulsão deles. E, de fato, foram expulsos como "corruptores da mocidade e inimigos do rei e do Estado".

Em 1762 o congresso francês, atendendo ao clamor de toda a França, por unanimidade, suprimiu a instituição dos jesuítas em todo o país, declarando-a incompatível com uma nação civilizada e contrária ao Direito Natural, sublinhando o decreto: "A moral dos jesuítas é perversa, destruidora de toda probidade, pernicioso à sociedade, atentatória da segurança individual dos cidadãos e da pessoa real, própria para excitar as maiores perturbações nos Estados, formar e entreter a mais profunda corrupção do coração do homem".

Em 1764, a confirmar a resolução do parlamento, o rei de França, em 19 de Dezembro, promulgou um edito de banimento de todos os jesuítas.

Já em 1570, menos de trinta anos de sua fundação, a rainha Elisabeth da Inglaterra, ordenara a expulsão deles de todo o Reino. Alguns, camuflados, inclusive o seu superior, o pe. Garnet, permaneceram e em 1605 foram enforcados em Londres como autores reconhecidos da cognominada "Conspiração Pólvora", cuja finalidade era explodir o edifício do Parlamento na hora de sua reunião com a presença da rainha e de seus ministros.

Em 1598 são forçados a sair da Holanda por perturbarem a ordem pública e como mandantes do assassinato do príncipe Maurício de Nassau.

Em 1618 a Boêmia também pela presença dos jesuítas prejudicada, exigiu sua retirada. No ano seguinte, em 1619, a Morávia, pelos mesmos motivos, imitou-lhe o exemplo. Em 1621 é a vez da Polônia lançá-los fora de seus territórios por haverem suscitado uma guerra civil. Até do Japão, em 1631, foram expelidos. Em 1643 a Ilha de Malta, impossibilitada de conservá-los, adotou a medida extrema de seu banimento.

Um clérigo romano, o cardeal Carlos Borromeo, em 1604, eliminou-os do Colégio Broda. Em 1606 é a vez de Veneza escurraçá-los de seus limites.

Em 3 de Setembro de 1759, sob o Marquês de Pombal, apoiado pelos "bispos", a ordem jesuíta é varrida de Portugal e suas colônias, inclusive do Brasil.

A 2 de Abril de 1767, Carlos III confiscou os bens dos loiolistas adquiridos ilicitamente e expulsou-os da Espanha, exemplo esse e a pedido de Carlos III, também executado pelos Estados de Nápoles e de Parma.

E em 1773, o "papa" Clemente XIV, quando a ordem tinha 41 províncias, 22.589 membros, dos quais 11.295 eram sacerdotes, Clemente XIV, na plenitude dos seus poderes, pontifícios, com o breve *DOMINUS AC REDEMPTOR NOSTER* extinguiu a sociedade de Inácio de Loiola.

O BREVE FATAL

Promulgado em 21 de Julho de 1773 pelo “papa” Clemente XIV, o antigo cardeal Lourenço Ganganelli, oriundo da ordem dos franciscanos.

Do *Dominus AC Redemptor Noster* consignaremos apenas alguns excertos.

Após a introdução, em que frisa sua autoridade soberana de sumo pontífice, lembra, com o objetivo de não ser ele a abrir um precedente, haver seus antecessores, como Inocêncio III, Gregório X, Pio V, Urbano VIII, Inocêncio X, extinguido ordens religiosas.

Salienta, outrossim, o seu cuidado pessoal acerca do delicado assunto. “Assim, pois, tendo ante os olhos esses exemplos [o de supressão de outras ordens religiosas por outros “papas”], e outros de grande peso, e da maior autoridade, ansiosos de caminhar com segurança e passo firme na resolução de que mais adiante falaremos, nem cuidados, nem esforços, nem pesquisas omitimos, para conhecer a fundo quanto se prende à origem, aos progressos, ao estado atual da ordem religiosa comumente chamada *Companhia de Jesus*.

“O resultado dos nossos exames minuciosíssimos é que tal ordem foi estabelecida e criada pelo seu santo fundador para a salvação das almas; para a conversão dos heréticos, especialmente dos infiéis; para dar à piedade e à religião maior esplendor e engrandecimento...

“A sociedade, quase na infância ainda, viu erguerem-se em seu seio vários germes de discórdia e invejas, que só prejudicavam e desuniam os seus membros, senão também que os induziam a maldizer e a considerar-se contra as ordens religiosas, contra o clero secular, academias, universidades, colégios, escolas públicas e até contra soberanos que os acolheram em seus Estados ... não houve acusação das mais graves que se não fizesse à referida sociedade, e por muito tempo andaram perdidas a tranquilidade e a paz da Cristandade...

“Então se viu espalharem-se, recrudescerem, de mais em mais, por quase todo o universo, vigorosas contestações relativas à doutrina desta ordem, que muitos denunciaram ser totalmente oposta à fé ortodoxa e aos bons costumes. No seio mesmo da sociedade se ergueram dissensões intestinas; e, entre várias outras acusações intentadas, arguíram-na de buscar com excessivo ardor os bens da terra.

“Outros nossos predecessores, Urbano VIII, Clemente IX, X, XI e XII, Alexandre VII e VIII, Inocêncio X, XI, XII e XIII, em vão se esforçaram para restituir à Igreja a desejada tranquilidade, por meio de vários regulamentos e leis, quer concernentes aos negócios seculares, dos quais a sociedade se não poderia ocupar ao tempo ou fora do tempo das Missões, quer tendentes às graves desinteligências e vivas controvérsias suscitadas por seus membros (não sem grande escândalo), contra as autoridades locais, contra as ordens religiosas e contra as comunidades de qualquer natureza, na Europa, na Ásia e na América; quer mesmo relativos à interpretação e

prática de certas cerimônias pagas admitidas ou toleradas em algumas partes, omitindo as que são aprovadas pela Igreja Universal; quer também com respeito ao uso e translação de certas máximas justificadamente prescritas como escandalosas, e por sem dúvida contrárias aos bons costumes; quer finalmente com relação a outros assuntos de máxima importância e absolutamente necessários para conservar aos dogmas da religião cristã toda a sua pureza, integridade e esplendor, cuja perda tem ocasionado, neste e nos séculos precedentes, imensos abusos e males extraordinários, tais, por exemplo, como lutas e sedições em diversos Estados Católicos, e até perseguições contra a Igreja em algumas províncias da Ásia e da Europa.

“Todos os nossos antecessores tiveram com esta sociedade vivas aflições; entre outros: o papa Inocência XI, de mui piedosa memória, que se viu constrangido a vedar-lhe que desse o hábito a noviços; Inocência XIII, que foi obrigado a ameaçá-la com a mesma pena; e, enfim, Benedito XIV, que decretou uma visita de investigação às casas e colégios estabelecidos no Estado do nosso mui prezado filho em Jesus Cristo, o rei fidelíssimo de Portugal e dos Algarves.

“E nem depois a Santa Sé colheu consolação alguma, nem a sociedade proveito, nem a Cristandade vantagem das últimas cartas apostólicas de Clemente XIII, que foram extorquidas (segundo a expressão de que usou Gregório X no Concílio Ecumênico de Lyon, já citado) do que obtidas, e nas quais se exaltou ao infinito e se aprovou de novo o instituto da Sociedade de Jesus.

“Depois de tantas borrasças, de tantos abalos e tão horríveis tempestades, os verdadeiros fiéis esperavam que se visse alfim raiar o dia que devia estabelecer a calma e a paz profunda. Mas no pontificado do mesmo Clemente XIII agravaram-se os males, e a tormenta cresceu de mais em mais.

“Os clamores e as arguições contra a Sociedade umentavam dia após dia; em algumas partes ergueram-se tumultos, dissensões, sedições perigosíssimas e não poucos escândalos, que, partindo e aniquilando totalmente os laços da fraternidade cristã, acenderam nos corações o espírito de partido, os ódios e as inimizades.

“O perigo cresceu a tal ponto que aqueles mesmos cuja piedade e benevolência hereditárias para com a Sociedade são positivamente reconhecidas, queremos dizer, os nossos mui amados filhos de Jesus Cristo, os reis de França, Espanha, Portugal e Duas Cecílias, viram-se na imperiosa necessidade de expulsar e banir de seus Reinos, Estados e Províncias todos os religiosos desta ordem, profundamente convencidos que este meio extremo era o único remédio a tantos males e o único a empregar para impedir que os cristãos se provocassem uns aos outros, se injuriassem mutuamente, e se degladiassem no seio da própria Igreja, sua mãe comum.

“Mas esses mesmos reis, nossos mui prezados filhos em Jesus Cristo, sabiam que tal recurso não podia ter duráveis e salutares efeitos, nem bastava a restabelecer a tranquilidade no universo cristão, se a própria Sociedade não fosse em seguida inteiramente abolida.

“Por isso patentearam ao dito Clemente XIII os seus desejos e vontade, pedindo todos a um tempo, escudados em sua autoridade auxiliada por súplicas e instâncias, que assegurasse com esse meio eficaz a tranquilidade perpétua de seus súditos e o bem geral da Igreja.

“A morte inesperada dese soberano pontífice fez sobre-estar no andamento a conclusão de tão importante assunto.

“Mas, apenas havíamos nós sido elevado pela Misericórdia do Senhor à cadeira de S. Pedro, quando logo se nos fizeram os mesmos pedidos, súplicas e instâncias...

“Todavia, para marcharmos com mais segurança, lealdade e consciência, em coisa de tamanho peso e gravidade, julgamos necessário espaçar o julgamento; a uma, para procedermos a rigorosas pesquisas e escrupuloso exame; a outra, para que o tempo nos deixasse deliberar com toda a prudência necessária...

“Após acurado exame, e porque temos real ciência de tudo, pela plenitude dos nossos poderes apostólicos, nós suprimimos e abolimos a Sociedade de Jesus, abrogamos e dissolvemos todos, e cada um dos cargos, empregos e administrações, hospícios, e quaisquer outros estabelecimentos que lhe pertençam por algum título e de qualquer maneira, e seja qual for a Província ou Estado onde se achem situados; anulamos os seus estatutos, praes, costumes, decretos, regulamentos, mesmo os confirmados por juramento, por aprovação da Santa Sé, ou por outra diversa forma; e outros sim anulamos todos os seus privilégios e indultos gerais e particulares, cujo teor, conceito e pensamento mandamos se considerem tão plena e textualmente inseridos na presente Bula, como se de fato o estivessem palavra por palavra, e, não obstante qualquer fórmula ou cláusula em contrário, todo o decreto ou lei em que se apoiem, fiquem virtualmente compreendidas nesta supressão.

“Declaramos, portanto, perpetuamente cassada, e absolutamente extinta toda a sorte de autoridade, seja espiritual, seja temporal, do geral, dos provinciais, dos visitadores e outros chefes desta Sociedade...

“A todos os monarcas e príncipes cristãos em quem reconhecemos respeito e afeição pela Santa Sé, exortamos a empregarem para inteira e plena execução deste Breve, todo o seu zelo e cuidado, toda força, autoridade e poder que receberam de Deus, a fim de defenderem e protegerem a Santa Igreja Romana; a aderirem a todos os artigos que nele se contêm; a darem e publicarem idênticos decretos, pelos quais se vele com segurança a evitar que a execução da nossa presente vontade não derrame entre os fiéis nem querelas, nem contestações, nem demissões...

“E proibimos que o presente Breve seja retratado, discutido, levado a tribunais; ou contra ele se promova recurso de restituição por inteiro, e discussão, de redução pelas vias e termos de direito, ou por qualquer outro meio para obter de jús, de fato, por mercê, por justiça, ou por outra maneira de que possam licita ou ilicitamente servir-se, tanto em justiça, como de outro modo.

“E, sim, queremos expressamente que a presente execução seja, de agora e para sempre, válida, imutável e eficaz; que tenha inteiro e pleno efeito, e seja inviolavelmente observada por todos e cada um daqueles a quem o observá-la compete e venha de futuro a competir de qualquer maneira.

“Queremos, pois, assim e não diversamente que nenhum juiz ou delegado, nem mesmo os auditores das causas do paço apostólico, nem os cardeais da Santa Igreja Romana, os legados, os nuncios da Santa Sé, nem algum outro qualquer que seja, ou haja de vir a ser o seu poder e autoridade, possa, em que instancia ou causa for, julgar e interpretar o presente Breve de forma a tirar-lhe a força e faculdade; e acontecendo que ele sofra a menor queda e diminuição, cientemente ou por ignorância, de antemão declaramos nulo, e de nenhum efeito o julgamento, seja de que autoridade for”.

Os termos do Breve *Dominus ac Redemptor Noster* acima transcritos falam por si. Expõem o cuidado meticoloso do pontífice no exame da matéria e comprovam o conceito não só dos monarcas mas também do chefe católico que usufruíam os jesuítas.

Supressa a ordem, inconformados e rebeldes, tentaram a resistência direta à decisão papal.

Frustrados nesse ensaio, homiziaram-se na Rússia e na Prússia governadas por monarcas descomprometidos com a política do hierofante romano. Acobertados com a amizade e a proteção de Frederico II e Catarina II, respectivamente daqueles países, aguardaram a passagem da tormenta.

Escapa de nosso propósito historiar suas investidas em prol da restauração de sua sociedade. Superadas as crises, maleáveis como são amoldaram-se às circunstâncias e contingências, intrigaram nos palácios dos reis e nos corredores da Cúria Romana. E em 1814, quarenta e um anos após a supressão, lograram reabilitar a ordem jesuítica mediante a Constituição *Sollicitudo omni um Ecclesiarum*, que, apesar das disposições definitivas do Breve *Dominus ac Redemptor Noster*, o revogou.

Os nossos dicionários, como o de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, trazem como sinônimos de jesuíta vocábulos que definem muito bem a conduta histórica desses elementos: indivíduo dissimulado, hipócrita, astucioso, fanático. E o jesuitismo se caracteriza pela hipocrisia, astúcia, dissimulação e fanatismo.

Anchieta serviu a causa do jesuitismo em seus primórdios quando, como sempre sucede, o fervor é assaz acentuado e o ímpeto mais ardoroso.

Dize-me com quem andas e dir-te-ei quem és, eis o brocardo muito a propósito nestas considerações lembrado. Anchieta do bando jesuíta jamais poderia ser diferente de seus companheiros. Participante da malta, com a malta se associou em suas atividades por estes Brasis.

.oOo.

5

ANCHIETA, SANTO ?

CREIO NOS SANTOS porque creio nas Escrituras Sagradas como Palavra Pura, Infalível e Inerrante de Deus nosso Senhor!

Creio nos santos de acordo com a conceituação bíblica, aliás, bem diversa da do romanismo.

À luz das Escrituras, SANTO quer dizer SEPARADO, POSTO À PARTE para o serviço de Deus. Na condição de pecadores como todos os homens, aceitam eles pela fé ser lavados, SANTIFICADOS e justificados em Nome do Senhor Jesus, e pelo Espírito do nosso Deus (1 Coríntios 6.11). Aceitam ser remidos pelo Sangue de Jesus e todos os seus pecados foram perdoados “segundo as riquezas da Sua Graça” (Efésios 1.7). Tendo antes estado longe, pelo Sangue de Cristo chegaram perto (Efésios 2.13).

Todos os crentes evangélicos são santos na acepção bíblica da palavra (Romanos 16.2; 1 Coríntios 1.2; 6.1-2; Efésios 3.8; 5.3; Filipenses 4.21).

Consoante as Escrituras Sagradas, portanto, são santos todos os crentes, os crentes comuns, em Jesus Cristo. Encontram-se vivos nesta terra. Comem, dormem, trabalham, riem, choram como todos os homens.

Nas Escrituras encontramos-los vivendo em igrejas locais de diversas cidades e países: em Jerusalém (Atos 9.13), em Colossos (Colossenses 1.:2), em Corinto (1 Coríntios 1.2), em Roma (Romanos 1.7), em Filipos (Filipenses 1.1), em Lida (Atos 9.32), em Éfeso (Efésios 1.1), na Acaia (2 Coríntios 1.1).

Informam-me as Escrituras ser santo José, o pai adotivo de Jesus (Mateus 1.19), Maria, a mãe de Jesus, é santa (Lucas 1.28) Simeão (Lucas 2.25). Moisés e Elias (Lucas 9.30). Paulo (Efésios 3.8). O arrependido malfeitor da cruz (Lucas 23.43). Os profetas são santos (2 Pedro 1.21). Santas as mulheres “que esperavam em Deus” como Sara (1 Pedro 3.5-6).

José, Maria, Simeão, Paulo são todos santos não por havê-los canonizado o “papa”. Incluíram-nos no elenco dos santos as Sagradas Escrituras. Consoante elas, o pecador ao arrepender-se e confiar evangelicamente em Jesus Cristo como seu Único Salvador recebe Vida Eterna e no mesmo instante, passando da morte para a Vida, torna-se santo, ou seja, separado da perdição e consagrado à salvação no Céu (João 5.24).

De acordo com os ensinamentos do Novo Testamento não se compunham eles numa classe especial de Cristãos, numa aristocracia espiritual de "condição heroica de santidade", como quer o romanismo, postos num catálogo especial para serem venerados e invocados em orações.

Santos, aqueles crentes, primitivos membros das Igrejas mencionadas nas Escrituras, contudo, não eram perfeitos. Condicionados às limitações deste mundo, sujeitavam-se a falhas. De modo especial a Primeira Epístola aos Coríntios revela suas faltas às vezes graves, porquanto entre eles havia divisões, conivência com o mal, desordens no Culto, e até um caso de escandalosa imoralidade. Nenhuma Igreja do Novo Testamento aparece como perfeita.

CONCEITO CATÓLICO

Por completo diferente é o conceito católico de santidade. Segundo essa religião, santo é o que na terra praticou em grau heroico as virtudes, destacando-se em alguma ou em algumas delas. “São” Luís de Gonzaga, outro jesuíta, por exemplo, de tão casto nem olhava o rosto de sua própria mãe com medo de sofrer tentação contra o sexo. Ao meu tempo de seminário católico tive um colega empolgado pela biografia desse “santo”, patrono dos moços por lhes preservar a pureza caso sejam devotos dele. Esse rapaz foi meu companheiro num centro catequético no alto do Ipiranga em São Paulo. Por temer a tentação da luxúria, recusava dar catecismo na classe das meninas. Tínhamos lá algumas moças colaboradoras. E ele nem as cumprimentava. De mulher queria total afastamento. Certo Domingo, ao chegarmos ao fim da nossa catequese, fui surpreendido com a notícia bomba: O Juvenal desaparecera. Fugira com uma das catequistas. Uns dois anos depois reencontrei-o já pai de dois filhos...

Rita de Cássia é a “santa” que se esmerou na virtude da obediência ao cúmulo de ir, por ordem da madre superiora que a queria provar, molhar de manhã e à tarde uma vara seca por ela própria em obediência plantada, como se pudesse brotar.

Exercitando as virtudes em elevado nível de heroísmo, o “santo”, ainda em vida na terra, faz milagres. E continua a fazê-los depois de sua morte. Os objetos por ele usados aqui, e nos quais tocou como também os seus próprios ossos se transformam em relíquias.

Considerado alguém “santo” pelo povo, um “bispo” ou o superior de uma sociedade religiosa, encaminha à Santa Sê o pedido de sua canonização ou a declaração oficial da santidade desse candidato aos altares.

Há um processo canônico numa repartição ou órgão do Vaticano chamada antigamente Congregação dos Ritos e hoje Congregação para a Causa dos Santos. O processo percorre todos os interstícios estabelecidos pelo Código de Direito Canônico. Se satisfizer todas as exigências, após superar os dois estágios, o de venerável e o de beato, é canonizado “santo”.

Dentre essas exigências, sem se falar do horror de dinheiro e das influências de poderosos políticos, há a necessidade dos milagres feitos, sob a invocação do candidato à láurea santoral e ao contato de suas relíquias.

Satisfeitos todos os requisitos impostos pela complicada legislação canônica, em dia e hora aprazados, o “sumo pontífice”, em pomposa solenidade, canoniza ou proclama "santo" o herói, elevando-o às “honras dos altares” com o direito de ser venerado como tal e invocado como intercessor junto a Deus.

Esse enredo todo escapa das Escrituras Sagradas e se enraíza em conceituação do velho paganismo.

O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

A técnica tem inventado formidáveis bombas de potentíssima força destruidora. A atômica, a H, a de nêutron,... De todas a pior é a bomba D. A bomba da desinformação. Seus efeitos causam ruínas irreparáveis.

Ela produz resultados extraordinários, sobretudo em prol do marxismo e do catolicismo, que nestas duas últimas décadas se conluíram. Mais do que o socialismo, a religião papista dela tem se prevalecido e a usado com sagacidade incrivelmente diabólica.

Causava-lhe graves preocupações o surto evangélico, sobretudo no Continente Latino-Americano, o feudo do seu domínio e predomínio. Ao invés de reprimi-lo, a violência o estimulava.

A bomba D, manejada e lançada com perspicácia, desbaratou as hostes evangélicas e, pior, as fez aderir à simpatia pela atuação dos hierarcas vaticanos.

O Concílio Vaticano II sugeriu algumas normas quanto à exposição de imagens nos templos católicos e João XXIII “cassou” alguns “santos”. De outros reduziu a colocação de suas solenidades no ano litúrgico. Pronto! Como o "papa" queria, alastrou-se, qual epidemia de coqueluche, o boato de que o Concílio havia cancelado ou supresso o culto dos “santos” e das imagens, O catolicismo reconhecia, enfim, o seu erro, aceitava a Bíblia, libertava-se da idolatria. E foi aquela onda de admiração...

Até hoje não entendo e até nunca entenderei essa boa vontade da parte de muitos “evangélicos”, para com o catolicismo; basta o “papa” dar um pum! mais forte, e pronto!!!, lá vem a admiração sem qualquer análise.

Quando foi eleito em Setembro de 1978 Albino Luciani, o João Paulo I, imediato sucessor de Paulo VI, o mundo todo se encantou com o sorriso do velho. Não sabia ele fazer outra coisa senão sorrir. Como aquele apresentador de tevê. Vive com largo sorriso na cara a exhibir a dentadura perfeita sob os frenéticos aplausos de suas macacas de auditório, pobres mocinhas analfabetas fascinadas pelo mundo da superficialidade. E como seu permanente sorriso lá vai ele engordando às custas dos idiotas, a sua fabulosa fortuna, levando meio mundo no papo do conto do baú.

João Paulo I, o Luciani, era assim. Tadinho! Não fazia outra coisa. Sorrir, a sua arma, a sua ferramenta, a sua tática.

Dizia-se: “É o “papa” para hoje. Pra este mundo tão triste. O sorriso dele dá esperança e alívio”. No Rio de Janeiro encontrei um evangélico especialíssimo entusiasta do “papa”-sorriso. De fato, concordei, é o “papa” da hora. Providencial. Sempre simpático no seu permanente sorriso, é um idiota para agradar todos os idiotas. Recolheu-se o evangélico idiota na sua idiotice.

Impossível me é compreender essa boa vontade para com o catolicismo.

O Concílio Vaticano II acabou com a idolatria?

Bem ao contrário! Seus documentos, com a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, confirmam-na!

E Paulo VI, o “papa” desse Concílio, é o “papa” que mais “santos” canonizou!

Antes desse último Concílio um grande rigor cercava o exame dos milagres no processo de canonização. O *RUMOR MIRACULI* ou “a voz pública dos milagres” era submetida a severa comprovação. Esta comprovação constituía-se em elemento fundamental para a canonização. O chamado adversário do candidato levantava objeções por todos os lados no intento de derrubar seu valor.

O Concílio Vaticano II reestudou essas exigências. Considerou-as excessivas. E para facilitar o andamento do processo de canonização decidiu atribuir maior importância ao testemunho popular da existência de milagres. Se o povo diz é porque o fato aconteceu! Dispensam-se aquelas comprovações da ciência!

ANCHIETA BENEFICIADO

Deu-se sua morte em 9 de Junho de 1597. Já no ano subsequente, o jesuíta Fernão Cardim encaminhou ao Vaticano a primeira biografia de Anchieta elaborada por Quirício Caxa, também jesuíta. Seguiram-se outros escritos informativos, incorporando-se todos como peças do processo. Só em

1617 a Santa Sé considerou as petições. Decorreram ainda muitos anos e apenas em 1736, o “papa” Clemente XII declarou Anchieta VENERÁVEL por "constar" serem suas virtudes "em grau heroico".

As graves crises nas quais se envolveu a ordem dos loiolistas, culminadas com a sua temporária supressão por Decreto de Clemente XIV, em 1773, embaraçaram ainda mais o prosseguimento do processo.

Supõem muitos proceder essa demora de cerca de quatrocentos anos do fato de haver Anchieta interferido na execução do calvinista João de Boles.

Esse episódio, contudo, não criou embaraço algum na evolução do processo, pois muitos outros, como Domingos de Gusmão, foram canonizados exatamente por terem assassinado judeus, protestantes e evangélicos.

A lentidão do processo de Anchieta se deve a dois fatores: a possível origem espúria dele porquanto é provável que sua procedência paterna recaia num sacerdote e a materna numa freira; e os trinta milagres incluídos no processo, milagres esses que atingem o fantástico, o absurdo. Milagres de absoluta inverossimilhança e de total carência de comprovação.

Nos moldes da antiga processualística da Sagrada Congregação dos Ritos jamais Anchieta seria elevado aos altares. As novas normas do Concílio Vaticano II, porém, favoreceram-lhe a ascensão. Seu processo foi desengavetado e admitidos os testemunhos dos seus prodígios, tudo passou a transcorrer em rumo de sua glorificação canônica. Os conceitos de dignidade e pureza de origem familiar também sofreram profundas alterações. Até há vinte anos no assentamento de batismo o vigário só anotava a filiação legítima da criança se os pais realmente fossem casados no “religioso católico”.

Se coabitassem sem o sacramento do matrimônio, conquanto suas núpcias se respaldassem com o atendimento do “Civil”, nos batistérios constava: “filho ilegítimo” de fulano e de sicrana. Se nem pelo “civil” houvessem os pais passado, então, a criança era considerada: “filha natural” de sicrana. Aparecia apenas o nome da mãe com a exclusão total do nome do pai.

Agora, com a mudança de conceitos de família, os vigários só anotam: “filho de fulano e de sicrana”. Os adjetivos: legítimo, ilegítimo e natural não constam mais. Essa alteração favoreceu e muito, o “santo” brasileiro, mesmo se vier a ser claramente provada a circunstância de haver sido seu pai um sacerdote e sua mãe uma freira.

MILAGROSO, MILAGREIRO E MILAGRENTO

Embora escape de nossos objetivos o estudo metuculoso sobre o milagre, algo precisamos considerar.

Creio no milagre como uma incomum intervenção divina. Aceito sem quaisquer restrições todos quantos as Escrituras consignam, à luz das quais importa-nos considerar:

1 - Nos tempos bíblicos ocorreram milagres extraordinários e nas Escrituras não há qualquer passagem ou versículo a indicar sua cessação com a Era Apostólica;

2 - No período bíblico eles não aconteceram continuamente; encontram-se comumente agrupados no princípio de uma nova Dispensação como a da Lei e a da Igreja ou em época de crise como a do tempo da libertação do Egito e posse de Canaã e nos dias de Elias e Eliseu.

No caso da Dispensação da Igreja, tendo sido confirmado o Evangelho, “com muitas e infalíveis provas” como a Ressurreição de Cristo (Atos 1.1-3; Lucas 1.1-4), é evidente, não existir mais a necessidade de milagres com aquela frequência exigida ao início.

Com efeito, decorreram uns quatro mil anos desde Adão até João, o Apóstolo. E neste longo período em algumas ocasiões, como ao tempo de Moisés e de Cristo, prodígios espetaculares aconteceram de modo proeminente e em quantidade enorme, mas foram ocasiões raras e de curta duração;

3 - Os milagres consignados nas Escrituras jamais servem para enaltecer pessoas humanas. Todos eles engrandecem a Glória e o Poder de Deus. Em nenhuma passagem confirmam eles a santidade de algum indivíduo como se constituíssem eles em requisito indispensável da santidade de quem quer que seja, como ambiciona a teologia católica. Se fosse verdade, João, o Batista, jamais poderia ser santo porquanto "na verdade João não fez sinal algum" (João 10.41);

4 - Os milagres nas Escrituras são assinalados pela simplicidade, e pela dignidade e, por confirmarem a Revelação Divina, inspiram maior fé em Deus.

Os prodígios propalados pelo clero romano, ao contrário, incitam à idolatria e à credulidade. Pelo seu ridículo, outrossim, favorecem o escárnio contra o Cristianismo por parte de muitas pessoas.

EMBUSTES, AO INVÉS DE MILAGRES

Legítimos os das Sagradas Escrituras. Os do catolicismo se reduzem a mistificação, apesar de renderem fortunas para o Vaticano e credenciarem suas feitiçarias à credulidade pública.

É o caso de José de Anchieta! Sem ser ele milagroso porque na verdade em sua vida não se verifica nenhum autêntico prodígio, as trapaças a ele atribuídas engrandecem na massa ígnara o romanismo e prestigiam a sociedade loiolista à qual pertenceu.

Anchieta não é milagroso! É milagreiro ou milagrento!

Os prodígios a ele atribuídos suplantam o absurdo. Atingem as raias da fantasmagoria. E procedem do interesse da parte dos jesuítas de guindastear aos altares da superstição um “herói” de sua grei.

O relato desses portentos se calca em deslavada mentira. Com efeito, todas as informações sobre eles são de autoria de jesuítas, seus companheiros. Todos esses testemunhos são, por conseguinte, suspeitíssimos.

A divulgação desses fatos extraordinários entre os aborígenes, outrossim, visava simplesmente mistificá-los e levantar a onda de apreço e veneração por um jesuíta, fosse qual fosse ele no intento de redundar em prestígio da ordem de Inácio de Loiola. José de Anchieta foi o escolhido como poderia ter sido outro qualquer, inclusive Manoel da Nóbrega.

Eleito o canarino Anchieta, a divulgação através das casas dos loiolistas, também na Europa, de seus prodígios, cresceu a sua fama a ponto de serem eles reputados superiores aos das Escrituras Sagradas, pois as suas maravilhas excedem às dos Apóstolos, como quer o pe. Júlio Maria (ob. cit. p.102).

Registro algumas delas, por sinal, inseridas no processo de sua canonização. São tão absurdas que só as facilidades do Concílio Vaticano II poderiam empurrar a canonização de Anchieta.

A SOMBRA BENFAZEJA

Descreve-a o inacionista Pero Rodrigues, alegando tê-la ouvido de Pero Leitão, seu colega jesuíta. Atravessava o nosso Anchieta de canoa a baía do Rio de Janeiro em companhia de alguns irmãos loiolistas. A todos incomodava o calor intenso do sol inclemente do meio-dia daquele verão. Em dado instante viu Anchieta planando nos céus grandes aves conhecidas como guarazes. Chamou-as com acenos e a voz forte. Chamou-as para com as suas asas abaná-los? Não!

Ordenou-lhes o taumaturgo: “Ide chamar vossas parentas e vinde aqui fazer-nos sombra”. Obedientes, foram-se e logo regressaram em considerável bando. Daí, juntas todas, asas abertas, sombrearam a canoa dos “padres” por muitos quilômetros, até o sol amainar.

OS CARINHOS DA COBRA

Aportara Paulo Apóstolo na Ilha de Malta e tentava altear as chamas duma fogueira com uns galhos secos quando uma serpente pendurou-se-lhe na mão. Sacudiu-a o Apóstolo no fogo, libertando-se da bicha. Com o taumaturgo jesuíta aconteceu fato muito mais prodigioso.

Aliás, a *Vida do Venerável Pe. José de Anchieta* também foi narrada por um francês, o Charles Sainte-Foy. Sua tradução para o nosso vernáculo foi

publicada em 1878 com a canônica e solene aprovação do "bispo" paulopolitano Lino Deodato Rodrigues de Carvalho.

Narra o Sainte-Foy: “Um indígena, companheiro de viagem, acometido por uma serpente venenosíssima, gritou por Anchieta. De pronto, este o acudiu. Autoritário, imperativo, ordenou à víbora que se lhe chegasse aos pés e falou-lhe: “Oh!, é demais; já não te repreendi outras vezes? E por que não te emendas?”

Reprimenda dada, levemente calca-a Anchieta aos pés e como quem zomba da cobra, diz-lhe: “Morde agora, morde, e vinga em mim quantas ofensas tenho feito a Deus, meu e teu Criador”.

A pobre serpente, humilhada, “levantando um tanto a cabeça, pôs-se a lambar o santo pé que a calcava, e assim esteve como que pedindo perdão, até receber do santo homem a bênção”.

Ouviu a terminante ordem de nunca fazer mal a ninguém e, cabisbaixa, foi-se.

O Anatólio, sabe, o Anatólio... Ora, o meu prezado leitor ainda não conhece o Anatólio? Ainda não lhe falei sobre ele? Anatólio foi meu colega de seminário católico. Hoje é vigário, e já vigário velho, numa paróquia do bispado de Bragança Paulista (SP). Numa noite lá no seminário coube-lhe, antes da oração da noite, contar o seu “caso edificante”. Era o costume do nosso seminário cada noite um aluno previamente designado relatar um fato extraordinário. Postava-se de pé diante de toda a comunidade reunida na capela e apresentava o seu “caso edificante”.

O Anatólio contou-nos esse “causo” da cobra submissa a Anchieta. Enfeitou como pôde o relato espalhando aqui e ali a interjeição “Oh!”. A cada três palavras vinha um “Oh!” E para pronunciá-lo fazia os lábios em biquinho. Uma gracinha o Anatólio com os seus “Oh!” E quando disse que a cobra lambia o santo pé de Anchieta, bradou:- “Oh! Maravilha!!! Oh! Maravilha!!! A enorme serpente com a língua a acariciar o pé do Apóstolo do Novo Mundo”. A turma não se conteve. Foi uma explosão de gargalhadas em plena capela ali nas barbas do sisudo reitor presente. E ninguém mais chamou o Anatólio de Anatólio. Batizaram-no de *MARAVILHA*. E Maravilha ficou pra sempre. É o pe. Maravilha.

Volvamos ao nosso Anchieta com as suas cobras. Não menos admirável é o caso sucedido na Bahia. Surgira da selva a atacar os acompanhantes do “padre” uma “víbora muito peçonhenta”. Todos fugiram menos José. Chamou este a cobra. Dele se aproximou o reptil venenoso. Pô-la o “padre” no regaço. Afagou-a. Aproximaram-se os medrosos companheiros, agora passados. Depois, o sacerdote “deitou uma bênção à cobra, e a mandou fosse quietamente, como fez”.

OS AGRACIADOS MACAQUITOS

É ainda o mesmo Charles Sainte-Foy a narrar o “causo”. Por diversão os índios a flechadas matavam micos. Surpreende-os Anchieta nesse esporte de péssimo gosto. Repreende-os. E compadecido dos pobres macaquitos, ressuscita-os. E diante do pasmo dos silvícolas, os micos em grande regozijo com assovios e momices, festejaram o “padre” benfeitor.

AS DUAS ONÇAS AMIGAS

Anchieta e um seu colega de batina com os índios pescavam nas imediações de Maricá. Na praia surgiram duas ferozes onças famintas. Difícil interromper o serviço da pescaria. Ordena-lhes Anchieta voltem mais tarde. Penetram os pescadores mar a dentro. Retornam carregados de copiosa fatura de pescado. Ancoram o barco em local distante do da saída. E Anchieta, disposto a cumprir sua palavra com as feras, porque “santo” cumpre a palavra sempre e até com os bichos, determina o retorno ao primitivo lugar, pois quer ver as onças. Lá as encontra. Mansas, esperam-no. Com elas palestra e sacia-lhes a fome, cedendo-lhes uma porção de peixes.

Esses jesuítas contadores de lorotas bem podiam se emparceirar com os nossos sertanejos que têm uma história de caçada para contar. Esta eu ouvi noutro dia no rádio. Foi num programa de Tônico e Tinoco, a minha dupla sertaneja predileta. Um rapaz contou que fora caçar. Anda pra cá, anda pra lá e nada de caça. De repente, vê uma onça. Enorme e furibunda. O jeito é dar-lhe um tiro. Matá-la ou morrer estraçalhado por ela. A espingarda falha duas, três vezes... Desesperado, resolve subir numa árvore. Nas imediações, porém, só há pequenos arbustos. E a onça ao encontro dele. No seu desespero, o rapaz atira-se na boca da enorme onça que o traga numa engolida só. O moço assim preferiu ser mastigado e estraçalhado pela fera.

Mas, antes que contasse como saiu da barriga da onça, o Tônico contou a dele. Também fora caçar. E sozinho por ser muito corajoso. Naquela mata havia muitas onças e outras feras. Nada conseguia. Cansado, deitou-se á sombra de uma moita.

Adormeceu. Farejando, chegou uma onça. Enorme. Furiosa. Com a patona afastou a espingarda e a escondeu noutra moita. Acorda o Tônico. Vê aquele monstro que o espera. Apavora-se com as fauces arreganhadas da fera que o quer triturar nos dentes. O que fazer? No auge do seu desespero o Tônico lança-se boca da fera a dentro. Braço direito vigoroso estendido, ao chegar dentro da barriga da onça, vira-a do avesso. Virou-a do avesso a ver se encontrava lá dentro o Carlinhos, o moço do “causo” anterior.

Se fosse o caso, eu preferia acreditar na história do Carlinhos e do Tônico ao invés de aceitar a tolice do Anchieta. As onças do Anchieta ficaram esperando até de tarde a fim de receberem os peixes... Que mentira, que lorota boa...

ÁGUAS EM MURALHAS

Como o portentoso anterior, este também é relatado pelo sacerdote jesuíta Simão de Vasconcelos. Volvem os bons clérigos com os índios noutro dia à pesca no mesmo sítio de Maricá. Retira-se Anchieta sem, de início, perceberem seus companheiros a ausência. Após largas horas, dão eles pela sua falta. Apreensivos, procuram-no. Surpreendem-no, após longos minutos de busca, lá longe, bem avançado mar a dentro. “Prodígio admirável”, exclama Vasconcelos. Renovara o Senhor Deus, por Seu servo, a maravilha portentosa dos filhos de Israel ao passarem o Mar Vermelho, porque indo crescendo a maré, as águas se separavam, deixando Anchieta ileso entre paredes d’água de um e de outro lado dele. “Deixara a preamar em seco um círculo em cujo centro permanecia o pe. José de Anchieta, imóvel. Em seco igualmente ficara uma larga passagem até ele. Rodeado assim totalmente pela muralha das ondas marulhantes, ali estava ele, assentado, os braços cruzados sobre o peito, absorto, olhos postos no céu” (Helio A. Viotti, *Anchieta, o Apóstolo do Brasil*, p. 211). Juntaram-se as águas somente após o taumaturgo alcançar a companhia dos colegas que, no mato, o aguardavam.

O TOQUE DA MÃO NA CANOA

Dotados de força hercúlea aqueles índios cansaram-se e se desanimaram de lutar para lançar uma enorme canoa no mar. Vem Anchieta. Suplicam-lhe abençoá-los a fim de se lhes multiplicarem as forças. Lança sua bênção à canoa e com leve toque de sua mão, sem o concurso dos empurrões dos aborígenes, leva a canoa águas a dentro.

A CADA UM O PEIXE DO SEU PALADAR

Esta sucedeu no Estado do Espírito Santo. Sainte-Foy também a narra. Em vão aqueles indígenas batalharam tantas horas. Peixe algum o mar lhes favorecia. Enervava-os a fome. Combalia-lhes as forças a canseira. Encontra-os Anchieta em amarga tristeza. Ordena-lhes retornem ao mar. Estranham a ordem e, embora resmungando protestos por já muito haverem tentado, retornam à faina das redes.

Com eles sobe o “pe.” José à barca. Pergunta-lhes o sacerdote: “Que peixe queres tu? E tu? E tu?...” E assim pergunta a cada um. Cada qual pediu-lhe o peixe de sua preferência. “Pois bem, lança o espinhel (a rede). Tu, à direita; e tu, à esquerda; e tu, mais além, e tu ali...”

Pouco tempo depois enchia-se a barca com incomum quantidade de pescado. E cada um com o peixe do seu gosto, do seu pedido.

BILOCAÇÃO, LEVITAÇÃO E ODOR CELESTE

Apesar de viver nesta carne sujeita às contingências e às limitações da matéria, o sobrenatural da mistificação dotara-o do poder de bilocar-se, ou seja, de estar, ao mesmo tempo em dois lugares diferentes. Vezes incontáveis, segundo o relato do embuste, achou-se o “pe.” Zé simultaneamente em S. Paulo de Piratininga e em S. Vicente.

Distilava de si um celestial aroma a embalsamar suas vestes, seus aposentos, tudo quanto suas mãos tocavam e o ar que respirava.

Depõem testemunhas, sob juramento, dizendo que, caminhando ao lado dele, sob a chuva, puderam ver que a sua batina se conservava seca.

Índios ferozes, por quererem devorar-lhe as carnes, aprisionaram-no. Tudo pronto para o desfecho fatal. A indiada ao redor estrugia seus atabaques lambendo os beiços na expectativa das carnes daquele missionário. Transbordavam em gritos sua alegria na previsão do banquete de carnes doces daquele branco. Ajoelha-se Anchieta a encomendar sua alma a Deus. “Apenas começa a rezar, em doce êxtase é arrebatado, à vista de todos, muitos metros de altura. Suspenso no ar fica longo tempo imóvel, com o rosto inflamado e chamejante qual dum serafim”. A fúria dos índios transmuda-se em devoção e de joelhos veneram o “santo”. O banquete de carnes doces transsubstanciara-se em banquete de devoção religiosa...

Este “acontecimento” sucedeu em Itanhaém, litoral sul de São Paulo, no ano de 1567. Anchieta pregava no templo da Senhora da Conceição quando, de súbito, interrompendo o sermão, cai de joelhos. Supõem os assistentes devotos haver desmaiado o pregador. Reergue-se Anchieta e assegura haver “nossa senhora” se manifestado numa gloriosa aparição. E manda os fiéis observarem que tinha as roupas orvalhadas.

Ao tempo de seminarista católico passei férias no mês de Julho em Itanhaém. Aos sábados íamos a esse mesmo templo fazer nossas devoções a Maria, ocasião em que nosso reitor nos recordava esse miraculoso fato.

De certa feita, se não me falha a memória, foi em 1948, o reitor, num gesto espontâneo de devoção, beijou o chão que, segundo ele, era o lugar exato onde Anchieta havia se transfigurado para contemplar "nossa senhora".

HISTÓRIAS, VINHO E AZEITE QUE SURGEM

Não havia dia em que deixasse de dizer missa. As viagens por ínvias florestas não o embaraçavam na sua celebração. Numa delas faltou-lhe o vinho. Deu-se o milagre e o vinho da missa apareceu. Noutra foram as hóstias.

Decidiu celebrar o Natal de 1576 em São Paulo. De São Vicente sobe a serra e ao planalto chega ao cair da tarde. Todos recebem-no com efusão de alegria. Transmitem-lhe, pouco antes da solenidade, a notícia da falta de vinho. Esquecera-se de trazê-lo. Agastaram-se os circunstantes. Justamente

na “noite santa”, com o sacerdote ali, e ficarem sem a missa! Avia-se Anchieta sem se apoquentar. Tudo pronto para a liturgia. Menos o vinho. Ei-lo, porém, a surgir por milagre. O regozijo é intenso na missa celebrada com o portentoso vinho.

Em certa excursão faltou-lhe o missal. Renova-se o prodígio. O volume do rito eucarístico aparece.

Os templos católicos conservam uma lâmpada permanentemente acesa diante do altar em cujo sacrário (uma urna embutida no próprio altar ou na parede atrás dele) se conservam as hóstias consagradas. Atualmente permite-se ser elétrica. No passado era só de azeite. Em certa ocasião, faltou em Itanhaém o produto para a lâmpada do “santíssimo”. Anchieta, num milagre de parmar, obteve o azeite e o “santíssimo” teve a sua lâmpada a bruxear sem solução de continuidade.

Entre 1573 e 1576, em consequência das piratarías dos corsários, cessara toda a navegação de Portugal para São Vicente. Por causa do bloqueio a colônia sofria a falta de azeite para a mencionada lâmpada e para a alimentação do povo. O estupendo milagre se prolongou por todo esse período a manter o templo e as residências do indispensável produto.

A RESSUREIÇÃO DO ÍNDIO DIOGO

Enfermara e em poucos dias faleceu. Conduzido o féretro ao templo, já todos se preparavam a dar-lhe sepultura, senão quando, para assombro geral, o defunto começa a mover-se. Abre os olhos e aos altos brados pede que chamem Anchieta com quem precisava tratar de importantíssimo negócio. Apesar da debandada, alguns mais corajosos ficaram e lhe informaram que o “pe.” José naquele momento se achava em S. Vicente a duas léguas de distância.

“Não é assim”, contesta Diogo. “Ele está aqui, bem perto, viemos juntos, ide buscá-lo, que logo o achareis”.

Nem bem concluía o defunto-vivo a sua súplica e eis ali ao lado o sacerdote.

Então Diogo relatou que sua alma, já separada do corpo, quis voar ao Céu, mas foi barrada por uma voz que lhe dizia ser-lhe impedida a entrada por não ser ele batizado. Com efeito, apesar de devoto fervoroso, descuidara-se de receber esse “sacramento” sem o qual, segundo o catolicismo, ninguém pode penetrar os umbrais celestes.

Aquela misteriosa voz era a de Anchieta. Sua ressurreição operara-a Anchieta. E agora ali na hora o batiza.

Batizado, despediu-se de todos os presentes, abraçando-os. Tornou Diogo ao caixão fúnebre e em definitivo expirou.

MILAGRES SOBRE MILAGRES

Seus biógrafos, companheiros de jesuitismo, replem deles as suas biografias. São páginas às centenas. Uns mais fantásticos do que os outros. Os registrados nas Sagradas Escrituras se eclipsam diante deles...

Milagres de curas instantâneas. Ressurreição de crianças já por longas horas sepultadas. Retardamento da chuva até o término de suas celebrações religiosas. Aves que lhe obedecem. O sol que para. A cura da lepra com a água batismal. A descoberta de uma faca perdida. Ao abençoar o pão queimado, torna-o bom e o pão embolorado em novo. Em sua presença floresce a hortelã, as figueiras instantaneamente dão figos maduros e as parreiras produzem uvas deliciosas. A cura de um garoto que engolira um anzol. A ressurreição de uma idosa senhora já pranteada como defunta. Muitos se curam só ao toque de uma carta sua. Com o clamar do seu nome uma criança ao cair de alta torre se vê ilesa a pairar nos ares. Ao “Pe.” Gaspar de Lourenço manda lançar-se vestido ao rio, saindo enxuto das águas. A leitura de suas cartas serena as tempestades. Expulsa os demônios até do corpo de outros jesuítas. Repetem-se seus êxtases em São Paulo, em São Vicente, em Reritiba, no Rio de Janeiro, na Bahia, quando está em oração, nas viagens, nas missas. É visto nos ares em forma de serafim. Seus companheiros de longas viagens jamais se sentiam cansados. São-lhe revelados muitos acontecimentos futuros. Lê as consciências. Conhece segredos ocultos. Prognostica desgraças.

O PRODÍGIO DE SUA MEMÓRIA

A renhida luta entre tamoios e portugueses culminou num cauteloso encontro, em Iperoig (hoje Ubatuba-SP), entre os caciques e os dois padres da companhia loiolista: Nóbrega e Anchieta.

“Celebram-se conselhos, discutem-se propostas, levantam-se clamores e grandes queixas e protestos contra os portugueses”, consoante a observação de Rocha Pombo.

Dispõem-se os índios à paz mediante rigorosas condições. Prontifica-se Nóbrega a levá-las aos colonos e regressa a São Vicente. Anchieta é retido como garantia ou refém.

Refém à mercê dos silvícolas enfurecidos em Iperoig permanece por vários meses. Impedido de viajar, dedica-se ao mister de catequizar os índios do lugar e a consagrar-se às orações e meditações prolongadas.

Gênio das lendas, chegou a vez de ser também o gênio da poesia, como querem seus entusiastas biógrafos.

Em tosco bordão a escorar-se em suas caminhadas ao longo da branca praia de Iperoig... Aves em bandos a revoarem a sua volta, seus olhos se alongam pelas ondas distantes na sua permanente agitação...

O mar inspira... O cenário das praias emoldurado pelo verde da vegetação margeante sensibilia... Acordam-se no íntimo de Anchieta os estros poéticos...

Faltam-lhe os materiais adequados da escrita. Serve-lhe o bordão de caneta e a brancura da areia de papel.

Andando pela praia, com a ponta do bordão, compõe os versos. E antes que os ventos e as ondas os apaguem, armazena-os na memória...

Sua inspiração de vate fê-lo compor em latim um extenso poema de 5.744 versos que sua prodigiosa memória decorou e reteve para sempre. É o poema *DE BEATA VIRGINE DEI MATER MARIA* (sobre a “bem-aventurada virgem Maria, mãe de Deus”), a capacitá-lo, na afirmação dos seus entusiasmas biógrafos atuais, a “ombrear com os representantes da literatura universal”. “Talvez o poema latino mais longo de toda a literatura mundial”.

Nem João Paulo II reprimiu seu enaltecimento a Anchieta por sua devoção a Maria e a obra literária em sua honra composta. “Dedicou a ela (a Maria) um poema que é um verdadeiro canto da alma, escrito em circunstâncias difíceis quando, tomado como refém, corria permanente perigo de vida. Não tendo papel, nem tinta à disposição, na areia da praia escreveu com amor o seu poema, que aprendeu de cor: *De Beata Virgine Dei Matre Maria*”. É a confirmação pontifícia, infalível, do espetacular prodígio.

À parte o pronunciamento de João Paulo II e os entusiasmos de seus modernos admiradores, por mui esforços que hajam eles feito no empenho de guindar José de Anchieta à honra de criador da literatura brasileira, a verdade é que Silvio Romero é o primeiro a mencionar-lhe o nome como incluso entre os salientes escritores de nossas letras (*História da Literatura Brasileira*, Vol. II, cap. 19). Mesmo os compêndios escolares dos colégios jesuítas excluem-no do quadro dos nossos literatos.

E nem faltam hoje jesuítas que atribuem a fantasia ou invencionice a prodigiosa memória de Anchieta e a perfeição dos versos, “É lendário ter José de Anchieta escrito todo o poema na praia de Iperoig, riscando quase seis mil versos latinos na areia, com um tosco bordão, um bando de aves revoadando à sua volta, constantemente”, objetivo, afirma o loiolista Roque Schneider (*JOSÉ DE ANCHIETA, SEU PERFIL E SUA VIDA*, Edições Loyola, São Paulo, 1980, 2a. edição, p. 21): “Poema depois retocado e concluído no Colégio em São Vicente”, informa o próprio Schneider (*in loco cit.*).

Apesar dos posteriores e alheios remendos e emendas, retoques, podas e interpolações, cortes e acréscimos, nem com todos esses recursos, lá ficou o poema essa beleza literária credenciado a se nivelar com outros versos de qualquer idioma.

Só o embuste poderia ter enchido de cultura a cabeça do "taumaturgo"!

Testemunho sua ignorância resultante de sua falta de estudos nos dá o seu biógrafo francês Charles Sainte-Foy: “Feito superior, foi-lhe mister ter

uma cela; porém nada de mesa, de cama, de cadeira, nem de livros..” (ob. cit. p. 33).

O seu panegirista “pe.” Antonio Franco, alude ao seu nulo conceito dentro da própria comunidade jesuíta no Brasil, ilustrando-a com o juízo que dele fizera um confrade quando de sua chegada ao colégio da Bahia para ser ordenado sacerdote: “Um irmão, vendo-o corcovado, roto, humilde, com semblante e feições menos airosas, começou a dizer: Que vem agora cá fazer isto?, tendo-o dentro de si por um homem inútil e de pouca serventia” (*Vida de José de Anchieta, cap. XVI*).

Pero Rodrigues, seu primeiro biógrafo (*Anais da Biblioteca Nacional, Vol. XIX, p. 34*) confirma o á 13 e 20).

Quando de sua nomeação para o Reitorado da Província recorreram os sacerdotes e o povo da Bahia a Roma por ser Anchieta, dadas suas deficiências intelectuais, um “ludíbrio da ocupação” ou cargo. O motivo desse recurso aos altos escalões de Roma foi “a incompetência intelectual de Anchieta, que jamais teve um curso regular de estudos e, no Brasil, jamais os fez metodicamente em qualquer outra matéria! Mesmo a gramática da língua geral, que a ele se atribui, foi completada e corrigida por outro! Diz o seu biógrafo Paternina (ob.cit. Liv. III, c. I) que Anchieta começou uma gramática e vocabulário desta língua e que o pe. Viegas a completou, ou antes ampliou e concluiu” (Henrique Leal, *Apontamentos para a História dos Jesuítas*, vol. III, págs. 107-108).

De tão inexpressiva a figura de Anchieta que o “pe.” Manoel da Nóbrega, na condição de provincial, em suas cartas de 1549 a 1560 deixa por completo de citar o seu nome. Nem uma única vez é ele mencionado!

Mas, por pretenderem os loiolistas entronizá-lo nos altares da credence nacional, inventou-se a composição do poema e sua memorização prodigiosa.

DE TODOS OS PRODÍGIOS, O MAIS ASSOMBROSO

Registro-o para, qual fecho especial, encerrar os colossais casos dos portentos Anchiéticos. De resto, bastaria seu relato a demonstrar o enredo do embuste com que cercam o primeiro “santo” brasileiro.

Pelo mês de Novembro de 1568 pequena expedição chefiada por Anchieta destinara-se a perlustrar a região da antiga aldeia de Maniçoba à caça dos criminosos Domingos Luís, o Grou, e Francisco Correia, homiziados, depois de um homicídio perpetrado na vila de São Paulo, naqueles rincões.

Por uma semana inteira, sob a inclemência do tempo chuvoso, bateram por terra as trilhas à margem do Anhembi. Em Ararituaba, os índios da comitiva aparelharam da grossa casca de um jatobá uma leve canoa, na qual prosseguiriam viagem leito rio abaixo. Encetaram-na à tarde de 8 de

Dezembro, dia dedicado à Senhora da Conceição à cuja vassalagem devota se consagrara Anchieta.

A légua e meia dali de Araritaguaba o Anhembi forma uma cachoeira. Avolumadas pelas prolongadas chuvas, as águas do rio e a imperícia dos navegadores na pilotagem da embarcação em sítio tão dificultoso, não lograram eles vencer por entre as pedras a cachoeira. Arrebatada pela força da correnteza, jogou-se a leve canoa queda abaixo. Ao fundo precipitaram-se seus ocupantes. A fundura do rio nesse ponto é de sete a oito braças, isto é, de quinze a dezoito metros.

Exímios nadadores, os índios escapam do afogamento. Só Anchieta, por não saber nadar, submergira de todo e de vez.

Infrutíferas as tentativas de dois índios no sentido de descobri-lo no fundo das águas.

Um terceiro, o Araguaçu, o “Formiga Grande”, inconsolável com o fracasso dos companheiros, lança-se ao rio à procura do “padre”. Segundo o testemunho de Baltazar Fernandes, jesuíta, inserido no relatório informativo de Salvador (Bahia), para o processo da canonização de Anchieta e conservado sob número 303 nos arquivos secretos do Vaticano, Araguaçu, “tendo-o achado no fundo, e não conseguindo, por mais que se esforçasse, tirá-lo de lá, devido o grande peso das águas que rolavam da cachoeira - como não pudesse suster por mais tempo a respiração, voltou sozinho à tona. E depois de se ter refocilado um pouco, pois se encontrava exausto, prorrompeu com grande dor nestas palavras: “Irá afogar-se aqui o nosso pe. José, como se afogou João Caieiro?”. Este último era um mameluco, que pouco antes se afogara nesse lugar”.

Segunda vez o resoluto Araguaçu mergulhou ao fundo das águas. Agarrou com vigor o sacerdote pela batina e a muito custo o arrastou à superfície e à margem. Fora salvo Anchieta! Sem qualquer escoriação e no completo uso dos sentidos, sem haver bebido água alguma, louvava a “virgem santa”...

A maravilha inaudita do prodígio está em que o “padre” permanecera sob as águas por mais de uma hora. Desse lugar no fundo das águas Araguaçu retirara-o de batina e breviário enxutos. E mais! Encontrara-o o valente índio sentado numa pedra, lá no fundo do rio, breviário aberto nas mãos, e recolhido em profunda concentração a rezar os louvores litúrgicos da Senhora da Conceição. E não faltam testemunhos de estar o Anchieta de vela acesa na mão a clarear as linhas do breviário.

No mesmo passo do seu depoimento guardado nos arquivos vaticanos observa Baltazar Fernandes: “E esse milagre foi atribuído a Nossa Senhora da Conceição, cujo ofício ia rezando o pe. José, com o companheiro”.

Assinalou-se, outrossim, *ad perpetuam rei memoriam*, o prodígio com o nome de AVAREANDUAVA, a cachoeira do sinistro, por significar esse vocábulo indígena: “em memória do padre”.

Outro milagre veio completar aquele anoitecer de tanta maravilhas. Perdera-se a ubá, a canoa feita de casca de jatobá. Dificílimo encontrar-se ali árvore semelhante que lhes desse outra casca. Como prosseguir a incursão?

Informado por especial e miraculosa revelação, Anchieta indica aos índios seus companheiros aflitos o lugar remotíssimo dali onde a canoa se havia emaranhado entre galhos das ribanceiras do rio.

O fantástico do relato já de si mostra a sua inverdade.

Helio Abranches Viotti, o mais saliente anchietanista ou anchietólogo atual, considerando esse portento, assevera: “Sucede, porém, que a respeito dessa tradição de Avaremanduava, são tantos e tão variados os documentos que é impossível duvidar da substância dos acontecimentos” (ob. cit. pág. 162).

Apesar dessa sua firme declaração, na página anterior desse seu livro, lamenta: “Falecidos anteriormente aos inquéritos eclesiásticos, deixaram de depor neles exatamente as testemunhas mais credenciadas, Veloso Espíndola e Vicente Rodrigues”.

As informações recolhidas pelo “pe.” Baltasar Fernandes estribam-se no que ouviu dizer dos índios.

Ora, o próprio Anchieta, numa de suas cartas, admitia os sonhos da fértil imaginação dos índios por ele de sobejo conhecidos: “Os índios confundem muitas vezes o sonho e a realidade. Não é possível fiar-se a gente ligeiramente em seus testemunhos” (Proc. cit., fl.29).

Demais, contradizem-se em aspectos importantes todos os registros do ocorrido por seus biógrafos feitos.

Quanto ao tempo em que Anchieta permaneceu nas águas uns dizem haver sido meia hora, outros uma hora, outros hora e meia, outros duas horas.

E não falta quem afirme ter sido duas horas e meia.

Dizem uns haver ele sido retirado com toda a roupa molhada. Outros, enxuta e também o breviário enxuto. Outros ainda, como o francês Sainte-Foy, com a roupa encharcada e o breviário enxuto.

Afirmam uns encontrar-se o “padre” sentado numa pedra a rezar, vela acesa na mão, o breviário. Outros tiram-lhe da mão a vela acesa. Outros colocam-no de joelhos e braços levantados em intensa oração.

Enfim, a admitir-se o naufrágio (de minha parte nem acredito nesse naufrágio) somente o índio Araguaçu ao mergulhar viu como se encontrava o “pe.” José. E como índio que confunde sonho com realidade, sua palavra, se é que a disse, não merece crédito.

Por inferência da vela acesa no fundo d'água, a estória faz-me lembrar do “causo” daquele nosso caipira a contar o “assucedido” duma pescaria ao seu amigo também pescador. Certa ocasião fora pescar. À margem do rio deu pela falta de minhocas que lhe serviriam de isca. Escavou aqui e ali o

chão sem encontrá-las. Voltar para casa sem um peixe sequer seria grave desdouro para sua fama de pescador. No caminho de sua casa nenhuma peixaria onde pudesse pescar à custa de alguns ou muitos cruzeiros uma sardinha que lhe salvasse a fama. Surgiu-lhe a ideia genial: com uns gravetos fez um foguinho. Tomou duma brasa e a colocou no anzol. Atirou-o as águas. “Os peixes, cumpadi, veno o vermeinho da brasa, currero tudo pra inguli a brasinha e eu pesquei cuma nunca”. O outro, desconfiado, tirou da boca o cigarro de palha e observou: “Mais cumpadi, e a brasinha nágua num apagava? Cuma é qu ela cuntinuava vremeia?”

“Oi! E é memo, cumpadi”, foi forçado a concordar o mentiroso surpreendido no “causo” fantasioso.

“Oi! E é memo, senhores jesuítas,”, poderíamos dizer nós. Tanta mentira, tanta mistificação para se canonizar um “santo”...

POR QUE NÃO HOJE?

Alinham-se à extensão de suas biografias estupendos milagres. De alguns as páginas anteriores consignam circunstâncias. O jesuíta Simão de Vasconcelos na sua obra de mais de quinhentas páginas coalhada de prodígios, ao principiar o seu livro sexto, outrossim adverte: “Não se acabou com a vida a grande esfera da caridade de José; lá da outra bem-aventurada, que goza, põe os olhos nas necessidades dos homens para ajudá-los.. São sem número as maravilhas que a este fim tem obrado, não só nesta província, mas em todo o mundo... Nem mudou no Céu de estilo este santo padre. Assim como nesta vida era de todos e a todos socorria, assim da outra procura o mesmo com mais veras e com a mesma facilidade”.

E alonga-se Vasconcelos a, com relato de tantos portentos operados com as relíquias de Anchieta, comprovar sua advertência.

O Brasil, contudo, enfrenta agudíssimos problemas. Seu povo curte amaríssimas frustrações. Seca no Nordeste. Enchentes no Sul. O próprio Tietê das indescritíveis aventuras milagrescas de José, a castigar os piratinhanos, não há ano que não ultrapasse suas margens e invade sua região circunvizinha. As safras agrícolas ficam aquém do consumo. Neste ano de 1980 o Brasil, dotado de vastíssimas glebas agricultáveis, importa feijão, o cereal do prato diário do brasileiro. E há mais de vinte meses a longa estiagem caustica todo o Estado do Piauí, a maior parte do Rio Grande do Norte, do Ceará e Sergipe e considerável parte da Paraíba, de Pernambuco, incluindo-se o norte da Bahia. Quando e abundante a colheita de algum produto, avilta-se o seu preço a ponto de o pobre agricultor se ver na contingência de jogá-lo fora porque seu preço não compensa nem a embalagem.

As compactas concentrações urbanas geram insolúveis problemas de transporte, de falta de escolas, de abastecimento, de carência de infraestrutura. O descontentamento se generaliza e o povo passa fome.

Levantam-se em greve os operários. Respaldam-lhes as reivindicações os bispos. Unem estes os seus protestos às reclamações dos pobres contra os ricos.

Progressistas, engajados, hierarcas da “igreja dos pobres” “forçam a barra” porque no atual contexto da pastoral deles, “um dos aspectos da evangelização dos pobres consiste em dar vigor a uma ativa preocupação social”, conforme acentuou João Paulo II em seu encontro com os membros do CELAM, no Rio de Janeiro aos 2 de Julho de 1980.

Embora haja o pontífice, ao concluir sua homilia proferida durante a missa em honra do beato Anchieta celebrada no Campo de Marte em São Paulo, invocado a intercessão do novo beato, eu desconfio que nem João Paulo II e nem os seus “bispos” creem no atual poder de Anchieta.

O repertório dos prodígios do “primeiro santo brasileiro” é do registro do passado.

Finório esse Anchieta! Portentosos milagres fez entre os índios. Logrou por isso renome. Superou em fama todos os seus irmãos de jesuitismo. Até Nóbrega. Seus fabulosos prodígios engrossam o volumoso processo de sua canonização. Colimado o prestígio, aboletado nos altares e cabeça circundada por auréola de luz deu por encerrada sua missão de taumaturgo.

Nem o pedaço do seu fêmur em S. Paulo opera os milagres de antanho, fato este a comprovar não ser ele legítimo porque, se o fosse, é evidente, sua atuação taumatúrgica haveria de se concretizar em obras portentosas. Seus eflúvios, todavia, nem obtêm reprimir os maléficos efeitos da poluição atmosférica das imediações do Pátio do Colégio em S. Paulo onde se encontra enrelicariado.

Ingrato esse Anchieta! Por que não confirma agora os seus poderes milagrosos?

O “sumo pontífice”, “vigário de Cristo”, no uso pleno de suas atribuições de “infalível”, decretou-o beato. Então, por que não confirma ele seus antigos prodígios, repetindo-os, pelo menos em favor de seu Planalto Piratiningano? Se, por qualquer motivo aborreceu-se com os paulistas, já que tanto desvelo dedicou aos aborígenes como narram seus biógrafos, renove sua predileção solucionando os problemas dos índios brasileiros contemporâneos do “papa” seu beatificador!

Afinal, a atual inépcia taumatúrgica de Anchieta confirma o *veredictum* do “pe.” Júlio Maria quanto a ser a lenda a origem dos seus milagres (ob. cit. p. 100).

.oOo.

AS RELÍQUIAS DO "SANTO"

O VOCÁBULO RELÍQUIA, procedendo do verbo latino *relinquere* (= deixar) quer dizer: o que fica de alguém. E no contexto da teologia católica relíquias são os restos dos corpos dos “santos”, ou os objetos que estiveram em contato com Cristo ou com os mesmos “santos”.

Superabundam elas no catolicismo. Há pela Europa cabelos da "virgem" Maria. Pedacos de suas vestes. Litros do seu leite. De Jesus Cristo veneram-se um “santo sudário”, um “véu de Verônica”, uma coroa de espinhos, uma túnica inconsútil, uma outra túnica do tempo de Sua adolescência. Guardam-se fragmentos da mesa da última Ceia Pascal. De Sua cruz são tantos, suficientes para uma floresta de cruces. Conservam-se relíquias de João, o Batista, de Pedro, de Madalena... Cultuam-se a língua de “santo” Antonio e a de “são” João de Nepomuceno, o braço direito de “santo” Estêvão da Hungria, o sangue de “são” Genaro que ferve todos os anos no seu dia litúrgico.

Os cretinizados pela idolatria se agarram a esses amuletos (muletas da crendice) com tamanha fé que, se fossem eles tão poderosos como se apregoa, não haveria nesta terra problema algum, pois viveríamos num paraíso.

A UNHA DO DEDÃO DE FREI DAMIÃO

Lá em Icó, no Ceará, conheci uma matrona que, no oratório de seu quarto, conserva num frasco de álcool a unha do dedão do pé direito do frei Damião, aquele famoso “missionário” do Nordeste, extraída por seu marido farmacêutico em consequência de uma infecção surgida nos dias das “santas missoes” do frade naquela localidade.

A madame devota de frei Damião é prolixa em relatar os poderes da unha santa, sobretudo na cura de enfermidades dos pés e das pernas. À minha pergunta, disse-me desconhecer algum caso de cura definitiva de varizes ou de filariose.

Ah! Esse catolicismo nefando capaz, não de cristianizar, mas sim de cretinizar os seus fiéis...

Ao ouvi-la, pensei cá comigo: se a danada da santa unha do dedão do “santo” frade resolvesse fazer milagres mesmo, o velho boticário fecharia sua farmácia e o seu filho médico iria plantar batatas por lhe faltarem os clientes.

AS RELÍQUIAS NA BÍBLIA

Omite-as por completo e pelo simples fato de Deus não as aprovar.

Nem os contemporâneos de Moisés souberam o local de sua sepultura (Deuteronômio 34.6), embora haja ele sido, outrossim, motivo de disputa entre o arcanjo Miguel e o diabo (Judas 9).

Da maneira mais sucinta registram as Escrituras a morte de alguns dos seus destacados personagens, sem, todavia, aludir a qualquer culto aos seus restos mortais e a poderes especiais de objetos que com seus corpos mantiveram contato.

O Novo Testamento omite-se por completo no tocante à morte de Maria, mãe de Jesus, de José, seu esposo, de Pedro, de Paulo. Menciona a morte violenta de João, o Batista, de Estêvão, de Tiago, irmão de João. Em passagem alguma, no entanto, se vislumbra o mínimo interesse em cultuar seus ossos.

O DENTE DE ANCHIETA

À revelia das Escrituras Sagradas atua a cretinização clerical! Se a madame de Icó venera a unha do dedão do frade Damião, um dentista cultuou um dente de Anchieta. Com efeito, consta no processo de sua canonização a notícia do inusitado interesse do beatério por pertences pessoais do “santo”: peças de roupas, bordões, objetos religiosos...

Antonio Rodrigues de Alvarenga foi um *factotum*, o homem dos sete instrumentos em S. Paulo. O primeiro oficial de tabelião judicial e notas, quando lhe exigissem as circunstâncias, era o médico e o dentista. Uma dor de dentes complicara o programa do “pe.” Zé e, conquanto milagreiro, o remédio foi recorrer ao improvisado odontólogo, que, desprovido de maiores recursos, extraiu-lhe o dente.

O tabelião-médico-dentista juntava às suas inúmeras atividades os fervores da devoção. Recolheu o dente arrancado ao acervo religioso da família por considerá-lo notável relíquia.

Cristóvão Diniz, almoxarife de Sua Majestade, por seu turno, à sorrelfa, cortou um pedaço da batina por querer uma relíquia de Anchieta.

Simão de Vasconcelos, ao aludir ao “pe.” Jerônimo Rodrigues, enfermeiro de Anchieta, assegura: “E era tão grande o conceito que tinha de sua santidade ainda quando estava vivo, que ajuntava todas as suas coisas e as guardava por relíquias, com o que depois ficou enriquecido”. (*Vida do Padre José Almeida*, Lisboa, 1658, p. 39).

DEPOIS DE MORTO, ESTICA OS PÉS

O processo de canonização se enche de registros de milagres e de referências ao interesse pelas relíquias do “primeiro santo brasileiro”. Se em vida dele os devotos chegavam a lhe cortar as vestes, por ocasião de sua mor-

te a ambição pelas relíquias ultrapassou as perspectivas e quase deixam-no nu dentro do esquife.

Nesse processo transcrevem-se as seguintes declarações de uma tal de Beatriz (sem qualquer outra indicação de sua pessoa, nem mesmo do nome de família. Uma Beatriz e pronto!), falando dos seus funerais: “Quando trouxeram o corpo do servo de Deus da aldeia para a igreja do Espírito Santo, acudira muito concurso de gente e, tirando-o do ataúde, por si mesmo estendera os pés. É que lhe cortavam parte do vestido para relíquias. É que todos o veneravam como santo”.

NUMA AVENTURA NOTURNA, SEU SEPULCRO É VIOLADO

De qualquer forma e a qualquer preço, os jesuítas tinham de arranjar um santo para a ordem loiolista destas paragens americanas, como forjaram Francisco Xavier, na China.

Esta lá no processo canonizatório! “Horas mortas da noite, no mais absoluto segredo”, o pe. Manoel de Lima, em Julho de 1609, por ordem do “padre” geral Cláudio Acquaviva, desenterrou os ossos de Anchieta e os levou para a Bahia.

Um tal de “pe.” João Luís, ao depor no processo de canonização, afirmou sobre a aventura da exumação que o mencionado “pe.” Manoel de Lima “o desenterrou e, com manha e sagacidade, enganando os moradores daquela Capitania (a do Espírito Santo) trouxe o dito corpo...”.

Em torno de Anchieta há sérias disputas a começar de sua origem paterna. Rivalizam-se seus de votos também quanto a seus ossos. Dizem uns que em Reritiba ficou a maior parte deles. Outros que a menor. E ainda outros que nada lá foi deixado.

Viotti quer dirimir a questão: “O de que não resta dúvida é que não somente uma das tíbias (a direita, que fragmentada se encontra ainda hoje no Espírito Santo) ficou na terra que Anchieta elegera para sua última morada.

“Que outros ossos lá tenham ficado é coisa que, por falta de documentos, não é possível discriminar. Desses ossos, entretanto, a tibia a que nos referimos foi seguramente o mais importante. Somente isso explica que ela, e não o crânio, por exemplo, haja sido escolhida para, em 1734, ser encerrada no “cofre sumptuoso de prata”, existente em Vitória até fins do século passado” (ob. cit. p. 262).

FRAGMENTA-SE A CANELA

Em meados do século XIX a tibia, embora conservada em urna fechada, esfarelava-se e rompia-se. Por isso, em 1860, um pedaço foi ofertado ao Imperador. Em 1888, o “pe.” Bento Schettini, também jesuíta, deixando as cai-

xas de prata, levou para o Rio de Janeiro os outros fragmentos. Em 1940, um desses pedaços voltou a Reritiba, hoje cidade cognominada Anchieta, no Estado do Espírito Santo, onde morrera o beato.

O poder taumatúrgico de Anchieta fora incapaz de conservar suas próprias relíquias ósseas!

E OS OUTROS OSSOS?

São coisas do lendário católico romano! Em seu bojo abundam ossos!

São assuntos macabros com os quais deve se envolver quem deles cuida, como no nosso caso.

Pelo relato do destino das relíquias anchietanas todos os seus ossos foram retirados e levados para a Bahia, sendo, por conseguinte, falsa aquela tibia a Anchieta atribuída e que ficou em Reritiba.

O “pe.” Antonio de Matos, loiolista, em sua obra: *DE PRIMA COLLEGII FLUMINENSIS JANUARIi INSTITUTIONE* (=Acerca da Primeira Instituição do Colégio do Rio de Janeiro), informa: “Sabe que o seu corpo fora trasladado da Capitania do Espírito Santo para o Colégio da Companhia na Bahia, aonde seus ossos se meteram em uma caixa, com muita veneração e se puseram na capela-mor da banda do Evangelho, metidos na parede, onde se pôs um epitáfio, que ele testemunha fizera, por mandado do padre provincial, que então era o pe. Henrique Gomes. E que o dito sepulcro está com muita veneração” (*Apud* Viotti, ob. cit. p. 265).

PRODÍGIOS QUE SÓ OS OSSOS DE ANCHIETA PODIAM FAZER

E nem poderia ser diferente! Os protestantes teriam que aprontar! Quando da ocupação militar de Salvador pelos invasores holandeses, em 1624, eles “fizeram estrago das relíquias santas” (Simão de Vasconcelos, (*Vida do venerável Pe. José de Anchieta*, 1. III, c. X, n. 9). E Viotti conclui: “As de Anchieta, denunciadas por uma inscrição, não puderam escapar à fúria dos hereges!” (ob. cit. p. 267).

Expulsos os protestantes holandeses, os jesuítas, confiantes nos poderes miraculosos das relíquias ósseas de Anchieta, decidiram identificar e separar os ossos do beato dentre tantos outros ossos de muitos outros defuntos enterrados no mesmo local. Ideia concebida, ideia executada! Foram lavando com vinho os ossos amontoados e dando a beberagem macabra aos doentes. Quando estes ingeriram o vinho da lavagem dos ossos de Anchieta ficaram imediatamente curados.

O “fato” é dos anais do processo canonizatório. Inseriu-se nesse documento o testemunho de diversos inacionistas admitindo-o como o mais explícito o do “pe.” João Luís que assinala: O “Pe.” Manuel de Lima... o (o corpo de Anchieta) desenterrou e, com manha e sagacidade, enganando os mo-

radores daquela capitania (a do Espírito Santo), trouxe o dito corpo para este colégio (de Salvador, Bahia), onde esteve até o ano em que o holandês tomou esta cidade. O qual inimigo achou seus ossos separados decentemente e os tomou e baralhou com outros ossos, que desenterrou para este efeito. E assim os acharam os padres quando retornaram à cidade, porém foram conhecidos, assim por haverem sido lavados em vinho, como por algumas maravilhas que Deus por eles obrou em alguns doentes, a que se aplicaram, que recobriram saúde”. (Arquivo do Vaticano, Congregação para a Causa dos Santos, n. 315,94 v. -95).

NOVOS CUIDADOS COM A MACABRA RELÍQUIA

Recuperados e identificados os ossos milagrosos , aí por 1640 guardou-os o “pe.” Baltazar de Siqueira envoltos em pano de veludo em um nicho aberto na parede da capela-mor do templo do Colégio de Salvador, tendo, no entanto, o cuidado de deixar fora um fragmento para a bênção da água milagrosa, como veremos em tópico posterior.

Uns 18 ou 20 anos depois o “pe.” Simão de Vasconcelos, o autor da *VIDA DO VENERÁVEL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA*, muitas vezes por nós mencionada nestes capítulos, retirou-os daquele nicho, dividiu-os em duas partes e os introduziu em duas caixas, enterrando-as no pavimento junto do altar do templo aludido. Consoante o depoimento do “pe.” João Luís inserto no processo de canonização acima referido, Simão de Vasconcelos teve o cuidado de não deixar qualquer inscrição ou sinal exterior sobre o local desse depósito.

Com a construção do novo templo sobre o primitivo concluída em 1672, sem se exumarmos restos dos restos de Anchieta que jaziam naquelas duas caixas, as relíquias ali enterradas por Simão de Vasconcelos foram perdidas. E o loiolista Hélio Abranches Viotti (ob. cit., p. 272) lamenta: “E foi pena que assim acontecesse, porque a isso se deve ignorarmos hoje o paradeiro de suas últimas relíquias na Bahia”.

ESPALHAM-SE OS OSSOS

Nem todos eles, excluindo-se a tíbia direita que ficou em Reritiba, permaneceram na Bahia para onde, em 1609, foram trasladados. Nesse mesmo ano, ao chegarem a Salvador repartiram-se alguns deles a pessoas seculares e religiosas (Simão de Vasconcelos, ob. cit., L. VI, c. I, n. 11). O “pe.” Manoel do Couto consigo levou para Portugal um pedaço deles. Outro pedaço, em 1627, ofertou-se a Matias Leitão Pereira, alcaide de Olinda (Pernambuco). Um outro foi dado ao licenciado Lourenço da Cunha de Cabedo, também de Pernambuco. Ilheus, do Sul Bahiano, de semelhante forma fora contemplada com uma dessas relíquias. Rio de Janeiro, Santos, S. Paulo, S. Vicente, Portugal e Itália foram agraciados com ossos

anchietanos a admitirem-se as informações de Simão de Vasconcelos em seu citado livro. “Na sacristia de cada colégio ou casas (dos jesuítas no Brasil), observa ele, está continuamente preparada uma relíquia do osso seu, em gastado em prata...”.

MILAGRES QUE SE REPETEM

Distribuídas por toda a parte, essas relíquias óseas operavam indescritíveis prodígios. Conservavam-se elas embutidas em um canudo de prata com muitos orifícios a fim de se facilitar o benzimento da água. Os devotos iam às sacristias dos templos dos jesuítas e apresentavam aos sacerdotes suas vasilhas de água, pedindo-lhes as benzessem com as relíquias.

Introduziam os clérigos o canudo-relicário por cujos orifícios penetrava a água e tocava os fragmentos dos ossos, ao tempo em que, fazendo com o relicário dentro da água uma cruz, diziam os sacerdotes: “Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, e em louvor do venerável servo de Deus Pe. José Anchieta” (Arquivo da Postulação Geral da Sociedade de Jesus, também inserido no processo de canonização).

Por esse passe mágico a água se tornava milagrosa. Na Bahia o Con. Gonçalo Rodrigues, em 1617, “bebendo um pouco de água em que fora tocada a relíquia”, curara-se de violenta sinusite. E Francisco Soares Lusitano, em Lisboa, curara-se de impaludismo.

Ao aludir à presença “na sacristia de cada qual dos colégios” dos loiolistas no Brasil da relíquia de ossos de Anchieta, engastadas em prata, Vasconcelos assinala que assim ocorria “a fim de dar expedição diligente aos que vêm pedir que lhe benzam com ela vasos de água, a qual depois de benta obra as maravilhas...” (ob. cit., L. VI, c. II, n. 8).

Não menos portentoso milagre aconteceu com o clérigo Gonçalo de Oliveira. Transportava ele para Roma, em 1619, um desses prodigiosos pedaços, quando sua embarcação fora atacada e apressada por piratas hereges. Numa noite, enquanto estes dormiam, “os católicos os mataram e se puseram salvos, atribuindo o suceso às relíquias do mencionado pe. José de Anchieta que aí estavam” (Arquivo Secreto do Vaticano, Sagrada Congregação para a Causa dos Santos, *ANCHIETA*, n. 306, 303).

A vitória dos pernambucanos sobre os holandeses invasores é atribuída à especial proteção de Deus suscitada pela presença de um desses fragmentos miraculosos trazido pelo jesuíta Manoel Gomes em renhido combate contra poderosíssima nau holandesa pela armada brasileira (*CARTAS DO PADRE ANTONIO VIEIRA*, Anual de 1626; coligidas por J. Lúcio de Azevedo, 1, 73-74).

ONDE ESTÃO HOJE AS RELÍQUIAS

E SEUS MILAGRES?

Perdidas as da Bahia, conquanto anchietólogos esgrimam inúteis sofismas baseados em forjadas informações de um “irmão leigo”, Manoel Ribeiro, jamais foram encontradas. Nenhuma notícia segura se tem dos outros fragmentos de ossos à farta espalhados pelas casas jesuítas brasileiras, portuguesas e italianas. Decerto a ação do tempo, mais poderosa do que os seus poderes taumatúrgicos, se encarregou de esfarelá-los.

São falsos os ossos em 1980 atribuídos a Anchieta. Se fôssemos juntar todos os fêmures apresentados como dele, teríamos um “primeiro santo brasileiro” com pelo menos vinte pernas. O “pe.” Antonio Ferreira da Rosa Aquino, atual vigário da “igreja” de S. Luís, na Avenida Paulista, em S. Paulo, foi buscar em Roma um outro fêmur do “taumaturgo do Novo Mundo”. Apesar de ter trazido a relíquia bem acomodada em uma caixa de cristal, mas dentro de sua mala, o “pe.” Aquino confessa que ficou com um pouco de medo ao embarcar no aeroporto italiano. “Já pensou se eles pedissem para ver a mala? Ia ficar muito esquisito”, brinca o “padre” (*JORNAL DA TARDE*, S. Paulo, edição de 1 de abril de 1980).

Ótima e oportuna sugestão para as autoridades alfandegárias de todos os países: revistar a bagagem dos sacerdotes e das freiras. Quem sabe se no seu interior não encontrarão tanto contrabando!!!

Incrível, inadmissível, que em plena era da técnica e de fantástico progresso científico a Universidade de Lisboa se exponha ao ridículo de arranjar quatro ossos atribuídos a Anchieta e em solenidade presidida pelo seu Reitor Raul Miguel Fernandes entregá-los ao representante dos jesuítas, para que os trouxesse para o Brasil (*O ESTADO DE S. PAULO*, S. Paulo, edição de 18 de setembro de 1980).

Nem o pó dessa ossada existe!

Se, pelo menos, a poeira dessas relíquias perdura por que não se manifesta em prodígios? Pelo menos aqueles canudos de prata que retiveram fragmentos de ossos de Anchieta que tanta água milagrosa benzeram, poderiam em portentos se manifestar. Se as relíquias conferiam através de rápidos contatos a tanta água poderes extraordinários, acaso não outorgaram aos canudos que os conservavam em íntima aproximação por longo tempo semelhantes poderes taumatúrgicos? E onde se guardam esses canudos antanho felizardos por terem sido relicários de ossos de inestimável valor?

De conformidade com exigências canônicas, o recém-beato ou bem-aventurado precisa promover pelo menos três milagres de portento inquestionável, se quiser ascender às honras universais dos altares. É, portanto, propícia a hora de se manifestar Anchieta revelando as virtudes milagrosas dos seus ossos ou poeira deles e de suas relíquias.

Ou será que os jesuítas de hoje, sem se excluir Hélio Abranches Viotti, exímio anchietólogo e não menos anchietólata, desconfiando das notícias

dos seus confrades inacianos acerca de antigos prodígios de Anchieta, admitem o total esvaziamento da taumaturgia anchietista? Ou se sentem desestimulados da primitiva incumbência de anchietanizar o Brasil?

Ou os ossos-reliquias do “primeiro santo brasileiro” são destituídos de todo e qualquer poder como sempre o foram? E os relatos dos seus muitos milagres se incluem no volumoso e falso lendário romanista?

.oOo.

7

DADOS HISTÓRICOS SOBRE O BRASIL

UMA SUSCINTA VISÃO dos primórdios de nossa Colonização facilitar-nos-á compreender melhor a atuação político-social de José de Anchieta engajado na militância loiolista.

OS BRASILÍNDIOS

Habitantes primitivos de nosso território, eles se distinguem em duas raças: a TUPI-GUARANI e a TAPUIA.

Os tupis eram pacíficos e mais evoluídos. Cozinhavam alimentos e preparavam conservas de peixe e carne. Suas tribos mais adiantadas dedicavam-se à cerâmica, adornando seus potes e vasos com desenhos semelhantes aos dos gregos. Usavam instrumentos musicais de sopro (borés e inúbias) e de percussão (maracás). Da raça tupi eram as tribos que se estendiam pela orla marítima: a dos potiguares (do Jaguaribe no Ceará à Paraíba), a dos caetés (da Paraíba ao S. Francisco), a dos tupinambás (do S. Francisco ao Sul da Bahia de Todos os Santos), a dos tupiniquins (Sul da Bahia), a dos tamoios (dominava o litoral desde o Cabo de S. Tomé até Angra dos Reis), a dos guaianases (desde Angra dos Reis a Cananeia e também o Planalto de Piratininga).

Os tapuias, povo feroz e mais atrasado, pois não cozinhavam alimentos, desconheciam a cerâmica, não teciam, nem possuíam rudimentos de agricultura e não construíam embarcações. Ocupavam mais as regiões centrais

do País. Localizavam-se algumas de suas tribos entre os Rios Xingu e Tapajós, na Amazônia, enquanto algumas outras desceram do lado do Atlântico. Da raça tapuia foram os aimorés localizados nas Capitanias de Porto Seguro e Ilhéus; os goitacases entre o Rio Reritiba e Cabo de S. Tomé; os carijós instalados de Cananeia à Lagoa dos Patos e, a Oeste, até Mato Grosso; os charruas e os minuanos, do Sul da Lagoa dos Patos até ao Rio da Prata, penetrando o Interior da terra gaúcha.

Sentindo-se inferiorizados diante dos tupis, os tapuias sempre foram seus acérrimos inimigos e sustentaram lutas encarniçadas. Esta mútua prevenção, durante o período da Colonização envolveu também os colonos portugueses e os jesuítas dela não puderam se esquivar.

ÍNDOLE DOS ÍNDIOS MAIS PRÓXIMOS DOS LOIOLISTAS

Duas tribos da raça tupi estiveram bem perto dos jesuítas nos seus dois centros mais importantes: Salvador e S. Vicente. Em Salvador da Bahia os tupinambás e em S. Vicente os guaianases.

No interesse de enaltecer o heroísmo de seus “missionários”, os inácianos propalam a ferocidade dos nossos indígenas dessas duas tribos por eles mais proximamente atingidas. Apresentam-nos como antropófagos brutais, sem contudo, citar sequer um nome de seus “padres” por eles devorados.

Insuspeitos historiadores, no entanto, revidam com a verdade concreta essa tendenciosa e falsa notícia.

Gabriel Soares, por exemplo, em seu *TRATADO DESCRITIVO DO BRASIL*, escrito em 1587, observou: “Não são os guaianases maliciosos, nem refalsados, antes simples e bem acondicionados. São grandes frecheiros e inimigos de carne humana. Se encontram gente branca, não fazem nenhum dano, antes boa companhia”.

Graças à sua índole pacífica e cordialidade inata encontraram neles os portugueses grandes colaboradores como Tibiriçá e Caiubi. E deles os jesuítas se aproveitaram na aplicação de sua política de domínio.

De resto, a mansidão dos tupinambás se revela na celebração da primeira missa por frei Henrique de Coimbra, que Vitor Meireles estampou numa tela soberba, cheia de beleza e verdade a exhibir a presença dos brasileiros cheios de espanto e admiração.

Cabral e os de sua esquadra da terra magnífica “se apossam sem obstáculo dos seus naturais, que recebem pacificamente os que dentro em pouco deviam conquistá-los, e com alegria assistem aos atos religiosos que se celebram, admirados, batendo nos peitos, mas, ao mesmo tempo, parecendo perceberem a significação dos sagrados mistérios”, reconhece Júlio Maria (ob. cit. p. 58). Sublinha Jaboaão o fato de, durante aquela primeira missa, ajoelharem-se aqueles silvícolas, baterem nos peitos e fazerem todas as mais

ações devotas em imitação dos da esquadra de Cabral (NOVO ORBE SERÁFICO BRASILEIRO, parte la. vol. II. c. 1).

Quando na segunda missa se ergueu a cruz em madeira lavrada, “tão facilmente os gentios a adoraram, tanta facilidade mostraram em aceitar a fé católica, que logo os frades quiseram ficar-se ali para os educar e batizar” (Júlio Maria, ob. cit., p. 59).

Razão alguma assiste as queixas dos jesuítas quanto a embaraços à sua obra de catolicização levantados pelos pacíficos aborígenes.

PRIMEIRAS INICIATIVAS DA NOSSA COLONIZAÇÃO

Por morte de D. Manuel I, o Venturoso, ascendeu, em 1521, ao trono de Portugal seu filho D. João III. Preocupado em impedir as incursões espanholas e francesas nas terras pertencentes ao seu Reino e em dar os primeiros passos na Colonização do Brasil, mandou organizar uma esquadra sob o comando de Martim Afonso de Sousa.

Investido de grandes poderes, quase os de um rei, com uma frota de cinco navios de quatrocentas pessoas a bordo, Martim Afonso de Sousa chegou a Pernambuco aos 31 de Janeiro de 1530, donde afugentou os franceses e se apoderou dos três navios deles. Passou pela Bahia onde se relacionou com Diogo Álvares Corrêa, o famoso Caramuru, e rumou para o Brasil Meridional.

Em 30 de Abril de 1531, ancorou no Rio de Janeiro, onde permaneceu três meses e construiu um forte. Em Agosto aportou em Cananeia. Ao singrar o roteiro sul, violenta tempestade ameaçou a armada e a fêz retornar. Em Janeiro de 1532 deixou Cananeia e aos 22 desse mês desembarcou numa aprazível enseada ao Norte de Cananeia. Nesse local fundou uma colônia com o nome de S. Vicente.

Desenvolveu-se a vila, distribuíram-se terras, plantaram-se árvores frutíferas europeias, iniciou-se o cultivo da cana, construiu-se o primeiro engenho de açúcar e instalou-se o primeiro alambique de aguardente. Deu-se o início da Colonização do Brasil!

A data de 22 de Janeiro deveria avultar entre as efemérides nacionais brasileiras porque ela é o princípio da civilização da nossa Pátria.

DOIS EMINENTES VULTOS

Mencionamos com o maior respeito seus insignes nomes: Diogo Álvares Corrêa (o Caramuru) e João Ramalho.

Caramuru viera para o Brasil bem antes de Martim Afonso de Sousa. Pertencente à principal nobreza de Viana recebera educação esmerada. De gênio pacífico e bondoso, logo ao chegar, atraiu os silvícolas e casou com a indígena Paraguaçu, que lhe deu enorme prole. De iniciativa colonizadora e amigo dos índios, com eles fundou um povoado de trezentas casas.

Confiou-lhe Martim Afonso de Sousa o prosseguimento da colonização em terras da Bahia.

João Ramalho é o outro português, natural de Vouzela, distrito de Vizeu, também vindo por conta própria para o Brasil.

Casou com Bartira, filha do famoso cacique Tibiriçá. Sua existência de cem anos permitiu-lhe contínuas energias para efetivar relevante obra em Piratininga e S. Vicente. É o fundador do povoado de Santo André da Borda, do Campo.

Quando da chegada de Martim Afonso a S. Vicente não havia no litoral aldeamentos de índios. Alguns deles, que pescavam na praia, ao verem os navios e os brancos, apressaram-se a subir a serra e dar notícias da grande novidade. Alarmados, com as suas inúbias (= trombetas de guerra dos nossos aborígenes) os silvícolas juntaram os guer reiros. Mais de quinhentos homens fortemente armados de arco e flecha, sob o comando de Tibiriçá, Caiubi e do português João Ramalho desceram do planalto ao litoral na incumbência de resistir a gente branca.

O aventureiro alemão Ulrico Schmidel que, em 1553, passou por Santo André da Borda do Campo, faltou com a verdade objetiva dos fatos quando classificou João Ramalho de “um potentado em arcos rebelado contra o Rei de Portugal” [*DERROTERO Y VIAJE A ESPAÑA Y A LAS ÍNDIAS*, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 2a. edição, 1947, p. 135).

João Ramalho, com efeito, reconheceu nos adventícios os seus conacionais. Confabularam. Das conversações resultou a paz celebrada com grandes festas de vários dias. Amigos, os lusitanos e os índios, Martim Afonso galgou a serra e visitou o planalto engalanado de festas. Deu-se o conagraçamento dos portugueses com os índios guaianases, causador da formação do mameluco piratiningano, o tipo racial determinante das Bandeiras. “Realizou-se em Piratininga o matrimônio cósmico das raças, pelo espírito universalista dos portugueses e pela boa disposição dos indígenas do Planalto”.

Martim Afonso de Sousa coroou-se de vitórias em seus históricos empreendimentos graças a João Ramalho, atalaia avançado da civilização lusitana em terras brasileiras.

UMA ACUSAÇÃO EM REBATE

Quando criança, na escola ensinaram-me que os primeiros portugueses vindos para o Brasil eram gente da pior espécie, viciados, aventureiros, rapaces, criminosos, degredados.

Essa acusação que se espalhou entre os mal informados, contudo, é injusta e destituída de qualquer base histórica.

A verdade é a de que veio para o Brasil naqueles primórdios gente da melhor qualidade. Em suas *MEMÓRIAS*, frei Gaspar da Madre de Deus

enfileira dezenas de nomes de pessoas nobres e de alto valor moral que se fixaram na Capitania de S. Vicente.

“O mesmo se deu em Pernambuco, na Bahia e outras regiões do Norte do Brasil, onde figuram como primeiros povoadores, portugueses, espanhóis, italianos de boa estirpe e procedência... A genealogia das principais famílias de Pernambuco, de frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, é documento que deixa por terra a perversa afirmativa de que o Brasil foi povoado por indivíduos de má categoria”.

E Plínio Salgado, o historiador que estamos citando, conclama: “Devemos orgulhar-nos por ter sido o Brasil povoado por gente de nobre estirpe, oriunda de um povo que foi desbravador dos oceanos e, posteriormente, dos sertões continentais. Será mau brasileiro aquele que, contrariando a verdade que ressalta dos documentos históricos, pretender desmercer nossas origens, deprimindo nosso espírito nacional” (*História do Brasil*, Editora F.T.D. S/A, S.Paulo, 1970, vol.I, pág. 81).

AS CAPITANIAS

A imensidão da terra inóspita embaraçava a Martin Afonso melhor administração e mais rápido progresso do território. Em consequência, D. João III decidiu dividir o Brasil em Capitánias Hereditárias. Seguiu ele, sem dúvida, o sistema feudal, da mentalidade da época. Cada Capitania correspondia a um feudo a cujo senhor ou donatário se concediam terras, os habitantes das quais se constituíam vassalos.

Quinze foram as Capitánias, tocando a de S. Vicente a Martim Afonso de Sousa.

Sofreram graves vicissitudes as Capitánias. Somente duas puderam sobrelevá-las e prosperar: a de S. Vicente e a de Duarte Coelho (Pernambuco).

O excessivo poder conferido aos donatários, outrossim, gerava graves inconvenientes. A tamanha descentralização dever-se-ia frear por meio da centralização do Poder. Decidiu com sabedoria D. João III, embora conservando as prerrogativas das Capitánias, subordiná-las às orientações de um Governador Geral. Em 1548, aos 17 de novembro, Tomé de Sousa foi designado o Governador Geral do Brasil, aqui chegando em 29 de março de 1549.

Com Tomé de Sousa vieram os seis primeiros jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega.

Auxiliado por Diogo Álvaro Corrêa, o Caramurú, logo no principio da sua gestão, fundou a cidade de Salvador para sede do Governo.

Releva assinalar a recomendação da parte de D. João III para o Governador Geral no sentido do bom tratamento aos índios ameaçando de pena de morte os colonos que pretendessem escravizá-los.

Tomé de Sousa também prestigiou, ao máximo a obra catequética dos jesuítas por ele próprio trazidos.

Cumprido o seu mandato de três anos, volve a Portugal, sendo substituído por Duarte da Costa que foi bastante infeliz em sua administração, ao permitir sobretudo arbitrariedades praticadas pelos colonos. Pretendendo apaziguar a situação, mandou vir mais sete jesuítas, dentre os quais José de Anchieta.

Se Tomé de Sousa caracterizou-se pelo dinamismo e pela harmonia entre os portugueses e silvícolas, o período de Duarte da Costa foi de inoperância e desordem generalizada.

O Terceiro Governador Geral, Mem de Sá, foi nomeado em 1556 pela Rainha D. Catarina, viúva de D. João III.

Mem de Sá é outro vulto destacado da Colonização Brasileira. Restaurou a ordem. Reinstalou o ritmo de progresso com a construção de muitas obras importantes. Sob sua administração se deu o início do ciclo do ouro e das pedras preciosas.

Implantou a colonização na Baía do Rio de Janeiro, onde fundou a cidade do mesmo nome.

Em 1570 obteve a sua exoneração e retornou a Portugal para morrer na Pátria.

São de suma importância para nosso estudo esses rápidos elementos dos primórdios da nossa História.

Nesse período, os sacerdotes e, de modo especialíssimo os jesuítas, desfrutaram de todas as regalias e favores dos chefes civis. O "pe." Brás Lourenço, em sua carta de 30 de Julho de 1555, não consegue ocultar o apoio decisivo do poder Político: "O Governador [Duarte da Costa] é muito afeiçoado à Companhia (dos jesuítas)". E destaca: "Confessou-se comigo".

Apesar de um governo conturbado e ineficiente, "a amizade do Governador [Duarte da Costa] aos jesuítas permaneceu até o fim inalterável", reconhece Viotti (ob. cit., p. 35, nota 4).

Na frota de Tomé de Sousa vieram os primeiros jesuítas. Ao tempo de Duarte da Costa mais sete. A instâncias de Manoel de Nóbrega, apoiado por Tomé de Sousa, o "papa" Júlio III, em 1551, criou o primeiro bispado no Brasil com nomeação de Pedro Fernandes Sardinha como o seu primeiro "bispo". Em 1553, dada a excepcional postura dos loiolistas na máquina governamental do Brasil, Inácio de Loiola, desligando-a de Portugal, elevou a missão jesuíta à categoria de província e nomeando para governá-la na qualidade de provincial ao próprio Nóbrega. Vários colégios dos inacianos se instalaram e, em 1552, em S.Vicente, uma escola-seminário.

O relacionamento entre os jesuítas e o Governador Geral, Mem de Sá foi tão íntimo e estreito que Anchieta lhe consagrou um dos seus poemas latinos: *DE GESTIS MENDI DE SAA*.

Quiseram os jesuítas que o descobrimento da América e do Brasil de maneira particular, com a sua colonização se constituisse em compensação ao catolicismo na época em que o protestantismo lhe arrancara metade da Europa. Júlio Maria, em seu livro *O CATOLICISMO NO BRASIL*, confirma a interdependência dos poderes clerical e político neste País ao dizer: “Eis o que eu chamo a *posse divina* do Brasil; não sendo a tomada da posse pelo rei de Portugal senão o exercício de uma investidura que a Fé lhe dera. Todos sabem que os reis de Portugal, como os seus primeiros exploradores, estavam convencidos de que as suas viagens, descobrimentos e conquistas não faziam senão propagar o catolicismo. A fé católica e a riqueza da metrópole, tais eram as ideias... em que eles resumiam a Pátria e que lhes davam força para empresas tão ousadas” (p. 50). E à página 85: “O que é certo ainda é que, desde que por D. João III foi definitivamente organizado o sistema de colonização para o Brasil, e sob a autoridade de um Governador Geral, os serviços dos jesuítas foram o principal e mais benéfico agente da metrópole”.

Tiveram, por conseguinte, os jesuítas o Brasil nas mãos. Manipularam-no como quiseram. Os Governadores Gerais, de joelhos a seus pés, a eles se confessavam. Os donatários diante deles se rojavam. Temiam-nos os lusitanos colonizadores. Obedeciam-nos subservientes os silvícolas. Tiveram tudo para formar a consciência nacional. E qual o resultado? Onde neste País a moralidade pública? De hoje e de sempre? Que respondam os fatos do tempo da Colonização, o período áureo do domínio jesuítico!

.oOo.

8

ANCHIETA, TIRANO DOS ÍNDIOS

ENFILEIRARÍAMOS, além dos arrolados no capítulo precedente, infinda relação de documentos comprobatórios da índole pacífica e cordata dos silvícolas tupis espalhados ao longo da costa brasileira e localizados sobretudo nas regiões onde os jesuítas concentraram seus esforços, como os das tribos dos potiguares e caetés em Pernambuco, dos tupinambás na Bahia e dos guaianases em S. Vicente.

Os jesuítas, no entanto, não trataram os aborígenes com idêntica cordura e paz.

APENAS DUAS EXPRESSÕES DE ANCHIETA

E temo-lo definido quanto à sua conduta para com os índios. “Para esta gente [os índios] não há me lhor pregação do que a espada e vara de ferro, na qual, mais que em nenhuma outra, é necessário que se cumpra o *compelle intrare*” (CARTAS, 186).

Compelle intrare é a expressão latina que quer dizer: *Força-os a entrar* da parábola de Jesus sobre a grande ceia (Lucas 14.16-24). É evidente, Jesus Cristo não esteve aí a ensinar o emprego da violência das armas, como quer o inaciano, “apóstolo do Brasil”.

Admirando ele, de outra feita, o resultado das aldeias da Bahia, comentava: “E durará [esse resultado] enquanto houver quem os traga a viver naquela sujeição em que os temos” (CARTAS, 150).

A “fascinante figura”, segundo o conceito de João Paulo II, ao contrário do anunciado pelos ufanistas jesuítas, conservava os pobres índios sob escravidão.

Releva, outrossim, assinalar o fato de suas cartas terem sido sempre conservadas pelos loiolistas que, de certo, as expungiram de tudo quanto poderia comprometer o forjado renome de Anchieta, como de resto, sempre fizeram os clérigos habituados a interpolações, rasuras e enxertos.

Os atuais biógrafos da “figura fascinante” sublinham o valor de suas cartas por verem nelas estampadas a sua personalidade. “Tanto é assim que suas cartas e demais escritos”, diz um deles, “mandados à Companhia de Jesus, são hoje documentos preciosos que os historiadores consultam para melhor conhecer o passado brasileiro, no tempo da Colonização” (Renato Sêneca Fleury, *ANCHIETA*, Edições Loyola, S. Paulo, 1978, p. 24).

Após compulsar esse documentário o Historiador Varnhagen, citado por Mattathias Gomes dos Santos, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Varnhagen reconhece: “Nóbrega e Anchieta nunca foram sectários de tais ideais da brandura, abnegação e longanimidade para com os indígenas, bem pelo contrário, entendiam que o gentio devia ser sujeito pelo temor e pela guerra” (*OS JESUÍTAS NO BRASIL*, Rio de Janeiro, 1940, p. 21).

UM JORNALISTA VASCULHA CARTAS

O insuspeito *JORNAL DA TARDE*, da Capital de S. Paulo, mandou o seu repórter Valdir Sanches às casas dos loiolistas em S. Paulo pesquisar sobre o “primeiro santo brasileiro”. O resultado desse trabalho foi uma extensa e documentada reportagem de três páginas sob a epígrafe: *NOS TEMPOS DE ANCHIETA*, divulgada pelo citado órgão da imprensa paulista em sua edição de 31 de março de 1980. “Os biógrafos de Anchieta o tratam em geral como

homem amável, de palavras suaves, e citam inúmeros casos em que demonstrou sua grande bondade. Mas, em alguns trechos de suas cartas transparece um lado mais enérgico, nem sempre revelado pelos historiadores”.

Por que os historiadores, todos jesuítas e os que não o são, são por eles influenciados, ocultam esse “lado mais enérgico”? “Lado mais enérgico”, certamente, eufemismo para amaciar os pendores violentos de Anchieta.

É prossegue o repórter de o *JORNAL DA TARDE* no intento de justificar sua assertiva: “Em carta de março de 1555 ao padre Inácio de Loyola, Anchieta queixa-se de alguns pais dos meninos do Colégio, que parece “quererem voltar ao vômito dos costumes antigos” e dos filhos de portugueses com índios, que estão tão duros e cegos, que crescem cada vez mais no ódio vivo que nos têm”.

Falando dos índios e mestiços, chama-os de “instrumentos do diabo” e “agentes do demônio”, e diz deles: “Por que se conserva na terra esta peste, que contamina a todos com o seu nefando contágio? Arranque-se, para que se apague de todos, nos próprios cristãos, o Nome de Cristo! Vamos sofrendo com paciência, que depois da tempestade vem a bonança e grande paz. E especialmente agora que se encontrou grande abundância de ouro, prata, ferro e outros metais com que se enchem as próprias casas onde moram; o que levará o Sereníssimo Rei de Portugal a mandar para aqui uma força armada e numerosos exércitos, que dem cabo de todos os malvados que resistem à pregação do Evangelho e os sujeitem ao jugo da escravidão; e honrem aos que se aproximarem de Cristo. Nosso Senhor dê completa execução a esta nossa esperança”.

Basta!!! Semelhante desabafo ao seu próprio superior máximo, Inácio de Loyola, revela a mentalidade inquisitorial e o espírito de crueldade da “fascinante figura” do “apóstolo do Brasil”!

VINGANÇA RASTEIRA

É o carrasco dos terrenos áridos! Enfezado, seus frutos são acres e venenosos.

Vingativo, relata Anchieta como se desforrou de um pobre índio insubmisso às suas imposições: “Outro, que havia muito tempo se tinha feito cristão com os portugueses que outrora moravam nesta aldeia [Piratininga], e se apartara de nós para que mais silenciosa e livremente pudesse viver à maneira dos gentios, oprimido por grave enfermidade (manifesto do Juízo de Deus), não pode aproveitar-se do socorro dele, já tinha perdido o uso da palavra: privamo-lo, para exemplo dos outros, de sepultura eclesiástica, de maneira que quem vivera como pagão como pagão também se sepultasse” (*ANAES DA BIBLIOTECA NACIONAL*, vol. I. págs. 60-75, *CARTAS QUADRIMENSAIS DE MAIO A SETEMBRO DE 1.554*, de José de Andrade).

Em que teria Anchieta desagradado a Deus? De certo em matéria gravíssima! Ainda quando jovem sofreu séria afecção na coluna que o deixou corcunda e fransino pelo resto da vida e desde a mocidade com aspecto de velho. Teria sido essa enfermidade “manifesto Juízo de Deus”? Se o foi para o pobre índio, foi-o também para o “taumaturgo do Novo Mundo”!

Ao invés da paciência, o “apóstolo” vale-se da violência e do arbítrio no intuito de intimidar os outros. Recusa sepultura eclesiástica “para exemplo dos outros”. Se o clero é sempre o mesmo e jamais pode transformar-se em sua desmedida capacidade de ódio, também hoje ele esmaga os que lhe rejeitam a impostura por querer sirvam suas vítimas de “exemplo dos outros”.

Anchieta serviu à ordem loiolista marcada por sua índole vingativa e sanguinária. Serviu-a em total fidelidade e, por isso, ocupou o seu maior posto nestes Brasis. Serviu-a por lhe ajustar à pessoal vocação aquela mentalidade inquisitorial.

Nem os mais destacados vultos de nossa História escapam de sua truculência.

João Ramalho, devoto católico, ao fundar Santo André da Borda do Campo, edificara em seus limites um templo, aliás o primeiro templo construído no Planalto, dedicando-o a Santo André, de sua particular devoção, trazida de Vouzela, sua terra natal.

Visitara a Vila em Maio de 1551 o “pe.” Leonardo Nunes. E enquanto celebrava missa, entrou João Ramalho a assistir o ofício religioso. Informado de sua presença mandou-o, sob ameaças e para incomum vergonha da vítima retirar-se por incriminá-lo de excomungado pelo fato de há vinte anos não cumprir Ramalho o preceito pascal de se confessar e comungar a hóstia (NOVAS CARTAS JESUÍTAS, 46; MB, I, 498-499).

Impedido de assistir à missa, mas oferecera hospedagem em sua própria casa, também naquele dia do incidente, ao sacerdote celebrante. E Leonardo Nunes a comer-lhe o feijão, olvidava abrigar-se no teto do excomungado! (CARTAS do “pe.” Pero Correia, de 8 de Junho de 1551 e CARTA do “pe.” Diogo Jácome, de Junho de 1551, ambas em MB, I, às páginas 222-223 e 243-244, respectivamente).

VIOLÊNCIA DAS DEVOÇÕES

Impossível a Anchieta eximir-se da índole sanguinária do clero arbitrário e atrabiliário. Usa ele as próprias práticas religiosas no sentido de amesquinhar seus fieis. Outro objetivo não visavam as penitências por ele impostas.

Anchieta a elas recorria para subjugar ao arbítrio jesuítico os pobres tupis de Piratininga.

Na Carta Quadrimensal acima mencionada descreve: “Muitos outros catecúmenos frequentam a escola otimamente instruídos, tendo por mestre

o irmão Antonio Rodrigues; antes do meio dia, depois da lição, recitam juntos na igreja a ladainha e depois do meio dia, entoado o cântico *Salve Rainha*, se dispersam em cada sexta-feira, disciplinando-se com suma devoção até fazerem sangue, saem em procissão”.

Verdadeiro flagício!!!

Em sua carta de 8 de janeiro de 1565 conta de um tal de Germano, “homem casado e mui especial devoto”, que “se açoitou tão fortemente que daí a poucos dias morreu” (*ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL*, vol. II, p. 121).

ASSASSINO DE ÍNDIOS ENFERMOS

Nessa carta de 8 de janeiro de 1565 enaltece-se por seus trabalhos realizados e sublinha: “Neste tempo que estive em Piratininga, servi de médico e barbeiro, curando e sangrando a muitos daqueles índios, de quem não se esperava vida, por serem mortos muitos daquelas enfermidades”.

Se fazia tantos milagres de cura como registram seus entusiastas biógrafos, por que serviu de médico? E por que sangrava os enfermos por ele desenganados? Por que, ao invés de sangrá-los, não os curava com seus poderes miraculosos? Não ressuscitara de certa feita macacos?

Se não pudesse recobrar-lhes a saúde por que não cuidar deles até o natural desenlace? Porventura sangrar um pobre enfermo desesperançado para lhe dar morte rápida e ver-se livre dele, é ministério da caridade?

A CATEQUESE DOS JESUÍTAS

Faziam-na através de suas Missões ou Reduções que consistiam no aldeamento dos silvícolas. Reuniam-nos com suas famílias em choças para torná-los “seus escravos, e a obrigá-los a trabalhar mediante exígua recompensa” (*ROMA PERANTE O SÉCULO*, p. 40).

Júlio Maria, sacerdote romanista, já por nós mencionado, embora tente refutar as verdadeiras observações do notável escritor Oliveira Martins consignadas em seu livro *O BRASIL E AS COLÔNIAS*, Júlio Maria assim resume o pensamento de Oliveira Martins: “As Missões jesuíticas eram complicadas pelo plano que os discípulos de Loiola tinham de dominar o mundo não só com as armas espirituais, mas também com os instrumentos mundanos: riqueza, intriga, força; que evidentemente queriam criar estados ou nações jesuíticas, provocando assim, conflitos com a autoridade civil; que exigiam para as suas fazendas e aldeias todos os índios, criando assim uma guerra constante com os demais colonos, que, à falta de braços, iam à caça ao sertão; ...que se as homilias jesuíticas mais tarde condenaram o mau trato dos índios, é certo que a princípio a guerra e a escravização se lhes afiguraram pura de todo o pecado; que Nóbrega e Anchieta, e os fundadores das Missões do Brasil, cooperaram com os capitães nas guerras contra os indígenas, em vez de defenderem os índios contra os capitães; que os jesuítas enten-

diam que so a força se podia converter o selvagem; ... que os primeiros jesuítas se propuseram domar os selvagens como se faz às feras cuja domesticação Nóbrega e Anchieta bem compreendiam pactuando com os colonos a submeterem as tribos sublevadas... não sendo a proteção, o amor, a meiguice, senão auxiliares do chicote de ferro do domador” (*O CATOLICISMO NO BRASIL*, Liv. Agir Editora, Rio de Janeiro, 1950, págs. 33-34).

É inquestionável! As Missões ou Reduções dos jesuítas no Brasil e no Paraguai se constituíam na repugnante exploração do silvícola.

O PRONUNCIAMENTO DE SÍLVIO ROMERO

“O regime teocrático, ajudado pelos jesuítas, amordaçava a nação que na América viu nos índios mais hereges que deviam ser extirpados do que braços que podiam ser aproveitados. A consideração de se ter o jesuíta aliado ao índio contra o português e o negro, não tem valor contra os fatos mais gerais. O português na América procedia de acordo com as suas ideias, com a sua intuição do mundo e da humanidade; e um tal modo de pensar era em grande parte de formação fanática e jesuíta.

“Se os padres da Companhia, contradizendo-se, deixavam escravizar o negro e protegiam o índio, não é que a escravidão destes lhes causasse horror; é que em sua cobiça e seus cálculos eles sonharam num império exclusivamente formado sobre o indígena. O inconsciente da História venceu-os; na luta pela existência o português suplantou o caboclo e o jesuíta. O negro serviu-lhe de arma de apoio; tal o seu grande título histórico em o Novo Mundo” (*HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA*, c. VI).

ANTONIO HENRIQUE LEAL

Pesquisador das antigas crônicas dos jesuítas, abeberou-se das obras de Simão de Vasconcelos, Baltazar Teles e José de Moraes, todos loiolistas, e produziu, como resultado de suas pesquisas, os APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DOS JESUÍTAS, EXTRAÍDOS DAS CRÔNICAS DA COMPANHIA DE JESUS.

Encontramo-los na REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO, tomo XXXIV, de 1871, e tomo XXXVI, de 1873. E deles extraímos alguns depoimentos, sem nos esquecermos de que Henrique Leal sorveu suas informações das próprias crônicas jesuíticas: “A apreçoada liberdade dos índios nos aldeamentos dos jesuítas”, escreve ele, “pareceria irrisão a homens cujo espírito sinceramente se houvesse iluminado. Por isso não convinha à tradicional precaução dos padres esclarecer os conversos. Que a mais zelosa catequese exercida sobre homens tomados no estado de selvagens não conseguisse deles senão amansá-los, podia ter explicação e desculpa. Mas que os filhos e netos e descendentes dos primeiros neófitos, nascidos, criados e educados sob a tutela dos padres e com eles os próprios mestiços, que muita vez par-

ticipavam de sangue europeu, se conservassem tão boçais e nunca passassem daquela meia barbárie essencialmente favorável à sujeição passiva, singularidade é que bem demonstra um plano e premeditação.

“Esta é, porém, com efeito, uma das mais graves provas contra o precognizado sistema. Das artes mecânicas ensinavam os padres aos índios, aos seus índios, como eles, com muita propriedade lhes chamavam, tudo o que aos estabelecimentos da Companhia era necessário, e não só das artes mecânicas, senão também de mais altos misteres. Conseguiram assim fazer deles tecelões, pedreiros, canteiros, marceneiros, carpinteiros, oleiros, alfaiates e até escultores e pintores. Não faltava, portanto, a estes catecúmenos inteligência suscetível de todos os desenvolvimentos. Porque seria, pois, que em tudo o que noutras esferas hes podia alumiar a razão os deixavam como em perpétua infância?

“Ainda mais: por que lhes não generalizavam a língua portuguesa ou espanhola, segundo o país a que nominalmente pertenciam, antes preferiam aprender os dialetos bárbaros, não já para as primeiras conversões, o que seria indispensável, mas para uso permanente e comum, o que muito menos se explica? E não era incapacidade dos índios para falarem idioma diverso do seu, pois que, além do tupi, ou língua geral, vulgar por todo o sertão, as diversas tribos e nações facilmente se familiarizavam com os termos que ouviam ou precisavam empregar quando se achavam em contato com gente civilizada. Naquela constante prática transluzia evidentemente o propósito de segregar os seus tutelados de quaisquer relações que pudessem comunicar-lhes ideias diversas das que exclusivamente lhes incutiam. Escravidão em verdade era esta, e maior de todas, é a mais profunda e completa, porque em trevas encerrava o entendimento, e até os impulsos da vontade suprimia.

“Teve sempre a Companhia [a ordem dos jesuítas] o segredo e o método de quebrantar o espírito e o ânimo após seus educandos por modos que todos nas mãos lhe ficassem. Que melhor o não lograria com gente rude e simples como era aquela!

“É admirável que Anchieta se empenhasse em ensinar latim; escrevesse apostilas em latim; estudasse o tupi; escrevesse uma rudimentar gramática e vocabulário da língua tupi; e se esquecesse de ensinar português; e de escrever uma gramática elementar da língua portuguesa, um vocabulário da língua da nação em cujo serviço estava e de onde recebia a Companhia régia proteção!

“Ah!, mas era conveniente que fosse, os jesuítas os únicos mediadores entre os índios e os portugueses! Era mesmo absolutamente necessário aos interesses da Companhia, que jamais fosse facultado aos brasilienses poderem se relacionar com os estrangeiros, visto como assim poderiam aspirar pelo progresso, luz e liberdade!”

De pessoas sérias e abalisadas são esses testemunhos. Insuspeitos testemunhos diante dos quais não podem prevalecer as piegas informações dos inacionistas e dos escrevinhadores de compêndios escolares de História do Brasil pelos loiolistas influenciados e dirigidos.

Esses pronunciamentos, de resto, sobremaneira se valorizam à luz dos termos do Breve *DOMINUS AC REDEMPTOR NOSTER* do “papa” Clemente XIV, que suprimiu, em julho de 1773, a ordem da Companhia dos Jesuítas. Basta voltarem-se os leitores capítulos atrás e lerão os excertos desse documento por mim transcritos.

Trinta e dois anos antes da supressão dos inicianos já o “papa” Bento XIV, aos 20 de dezembro de 1741, por uma bula especial proibia aos jesuítas escravizar os índios paraguaios, vendê-los ou comprá-los, separá-los de suas mulheres, despojá-los dos seus bens, tirar-lhes as roupas, deixá-los nus, porquanto tudo isso faziam no Paraguai e nestes Brasis.

Aos jesuítas, cujas hordas assolaram este País, não importava como não importa, o desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e, sobretudo, espiritual de nossa Pátria. Queriam o seu predomínio sobre os indígenas, sobre os colonos e sobre as autoridades civis, como o clero de hoje cobiça o arbítrio sobre as massas, sobre as elites e sobre o Poder Civil.

Para o jesuíta “toda a pátria é uma terra estrangeira, e toda terra estrangeira, uma pátria”. Então, por que colaborar na fundação da nacionalidade brasileira ensinando aos aborígenes a língua portuguesa? O idioma da Mãe Pátria? Conservando-os ignorantes dele, estariam impedidos de se comunicarem com os colonos e privar-se-iam de por eles serem influenciados, mantendo-se dóceis escravos do seu jugo.

O resultado das Missões jesuíticas, outrossim, confirma os insuspeitos e verdadeiros testemunhos por nós transcritos.

Referindo-se a esse trabalho, Júlio Maria assevera: “Meio século ainda não tinha decorrido depois de sua [dos jesuítas] chegada ao Brasil, e já quase todo o litoral, desde Pernambuco até S. Vicente, estava povoado por selvagens domesticados e convertidos; já os padres tinham batizado mais de cem mil índios” (ob. cit. p. 88). E à pág. 91: “Conseguiram, entretanto, dentro de poucos anos, formar um grande número de povoações ou reduções, compostas de milhares e milhares de índios batizados”.

Abranches Viotti concorda com Júlio Maria em glorificar os resultados da obra jesuítica daquele período e realça: “Até 1585, cem mil índios haviam sido batizados” (ob. cit. pág. 16).

Um dos biógrafos de Nóbrega, Charles de Sainte-Foy, garante que “em trinta anos conseguiu ele transformar o Brasil que tinha encontrado como uma floresta de vícios e pecados, num paraíso de virtudes” (*VIE DU PÈRE DE NÓBREGA*, c. II).

A verdade histórica, todavia, nega a suposta existência desse paraíso de virtudes no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo dominada pela

influência clerical. Se, de fato, a obra jesuíta houvesse naqueles tempos coloniais transformado tamanho contingente de silvícolas, civilizando-os, a situação do Brasil teria sido sempre outra e seus reflexos e efeitos perdurariam até hoje.

Os resultados dessas Missões ou Reduções, pelo seu fracasso, pelo seu saldo negativo, atestam a veracidade daqueles depoimentos atrás transcritos.

E mais! Exaustos do cativo e da exploração desses sacerdotes da ganância, de 1628 a 1639, bem antes de sua oficial expulsão do Brasil e de Portugal pelo Marquês de Pombal decretada, os índios se safaram para o mato. Das treze aldeias ou missões de Piratininga restaram apenas duas, as quais, poucos anos seguintes também se extinguiram com a fuga dos indígenas nelas sediados.

E nem me venham os fanáticos apologistas do jesuitismo alegar o nomadismo ancestral, atávico, dos aborígenes. Pelo menos seus filhos e netos, “educados” nas escolas inacianas, teriam comprovado o valor da formação recebida.

.oOo.

9

ANCHIETA NO MASSACRE DOS ÍNDIOS

OS JESUÍTAS, tendo à frente seus luminares, como Nóbrega e Anchieta, não só escravizaram, em suas aldeias ou reduções, os brasílicos, mas fizeram pior. Atiraram tribos contra tribos em sanguinolentas lutas fratricidas, das quais sempre os beneficiários foram os próprios inacianos chicanistas.

Sobretudo em duas localidades, Piratininga e Rio de Janeiro, encontramos-los cruéis e intrigantes no intento de arrazar tribos inteiras.

I EM PIRATININGA

Eivados de patranhas estão os nossos compêndios escolares de História Pátria, tramóia essa perpetrada sob a pressão do clero sequioso de se sobrepor no conceito brasileiro como a instituição formadora e sustentadora da Nacionalidade. O destaque dado por esses manuais a certas figuras do clero, de modo especial a Anchieta, carece de qualquer enraizamento objetivo.

ANCHIETA NÃO É O FUNDADOR DE SÃO PAULO DE PIRATININGA

Expunjam desde já o seu nome como criador de São Paulo. Assim como o Cacique Tibiriçá, secundado por João Ramalho, é o fundador de Santo André da Borda do Campo, também o é de Piratininga, porquanto em ambos os locais, por volta de 1550, edificou cabanas nas quais instalou pessoas.

O Planalto onde se concentravam tabas indígenas, vinha, desde 1550, sendo visitado pelo “pe.” Leonardo Nunes, que celebrava missas na ermida dedicada a Santo André e reconhecia no português João Ramalho, casado com Bartira, filha de Tibiriçá, o alcaide da povoação.

Em agosto de 1553 Nóbrega também visitou o Planalto e na aldeia de Piratininga principiara oficialmente a catequese de índios. Abranches Viotti, jesuíta e ardoroso anchietologista, não pôde se esquivar de reconhecer este fato e o anota em seu livro *ANCHIETA, O APÓSTOLO DO BRASIL* (p. 55), reportando-se, outrossim, a um seu artigo acerca do assunto: *PRIMEIRA VISITA DE NÓBREGA A PIRATININGA*, publicado em *O ESTADO DE SÃO PAULO* e no *JORNAL DO COMÉRCIO*, de 25 de outubro de 1953.

Por conseguinte, quando Nóbrega, o chefe dos jesuítas no Brasil, escolheu Piratininga como local de um novo colégio, esta já existia. Não há de ser fundador de uma povoação já existente, o cidadão que a escolhe para nela abrir um estabelecimento de ensino.

E nem poderiam os loiolistas terem construído a povoação no dia 25 de janeiro de 1554, pois em Piratininga chegaram em número de treze ou catorze, na manhã desse dia (*CARTAS JESUÍTAS*, III, 38). Recebidos por filhos de índios do Planalto e edificados pelos jesuítas em São Vicente, apropriaram-se da choupana edificada por Tibiriçá e nela, na manhã desse dia 25 de janeiro de 1554, celebrou missa o “pe.” Manuel de Paiva, nomeado diretor do colégio nascente.

Nem a missa, o ato oficial da posse da povoação e da choupana do colégio, bem como da inauguração da escola, nem a missa a celebrou Anchieta que ainda não era sacerdote, tendo-a alcolitado de parceria com outro irmão-leigo, Diogo Jácome.

Cassiano Ricardo, em seu livro *O HOMEM CORDIAL* (Rio, 1959), ao exibir as várias opiniões sobre o legítimo fundador de São Paulo de Piratininga,

registra o parecer do próprio Anchieta, que atribuía a Tibiriçá essa glória, Tibiriçá “considerado pelos padres fundador, conservador e benfeitor da casa (do colégio) de Piratininga” (p. 138).

Note-se! José de Anchieta se refere à consideração de Tibiriçá como fundador do próprio colégio. Portanto, nem desse colégio jesuítico Anchieta se considera fundador.

De relevantíssima valia é este outro argumento: nas cartas do provincial Manoel da Nóbrega, escritas de 1549 a 1560, em parte alguma aparece o nome de José de Anchieta.

Essas epístolas minunciam fatos relacionados à vida desse estabelecimento e da vila, e aos trabalhos e dificuldades ocorridos. Aludem até ao irmão ferreiro. E deixa no olvido o nome José de Anchieta dadas a sua obscuridade e insignificância naquela diminuta comunidade onde até um ferreiro se distinguia.

Ora, se Anchieta fosse muito considerado por Nóbrega e este nele depositasse tamanha confiança como se propala, é lógico, seu nome nessas cartas jamais seria omitido, tanto mais que são elas verdadeiros relatórios enviados à Europa.

Nóbrega, metucioso no registrar pormenores dos trabalhos dos inicianos em São Vicente e Piratininga, teria aludido aos empreendimentos de Anchieta, caso este, na verdade, pelos seus muitos trabalhos, se constituísse em “alma do colégio”, “alma de Piratininga”, como em vão cobijam os anchietólatras.

Os próprios anchietólogos atuais, estrênuos defensores da glória de fundador de São Paulo atribuída a Anchieta, se desesperam na causa vencida de quererem provar a balela. O jesuíta Hélio Abranches Viotti, por exemplo, em seu massudo livro *ANCHIETA, O APÓSTOLO DO BRASIL*, em Apêndice A, emprega 26 páginas, a esgrimar sofismas no ímpeto de defender a causa anchietana derrotada pela verdade histórica.

DESFAÇAMOS OUTRA MENTIRA

Os compêndios de História Pátria, por instigação do clero, dono dos órgãos educacionais deste País, eivam-se de notícias sobre a perseguição cruel movida pelos portugueses contra os índios. Sem escusarmos as exceções de alguns lusitanos perversos para com os incolos, normalmente eles se entendiam bem. Aliás, vimos como eles receberam os descobridores, como acederam às sugestões de João Ramalho quando da chegada de Martim Afonso de Sousa em São Vicente, como se aproximaram dos "padres" ao irem ao Planalto.

Hans Staden, em seu livro *DUAS VIAGENS AO BRASIL* (S. Paulo, 1942), acentua: “Os portugueses são amigos de uma tribo de selvagens brasileiros, os tupiniquins...” E Abranches Viotti considera inocultável o fato de “que

Maniçoba era aldeia de índios que viviam em paz com os portugueses...” (ob. cit. p. 51).

Aliás, o português é o povo desprovido de qualquer preconceito, máxime o racial. Chega ao provérbio sua facilidade de relacionamento com os pretos. Graças, pois, a esse espírito cordial, em Piratininga proliferavam os mamelucos, ou seja, os filhos de portugueses com índias. Os mamelucos, origem dos heróis bandeirantes. Os bandeirantes, originários dos mamelucos de Piratininga, “a elite das populações ibéricas” no dizer de Oliveira Viana. Os bandeirantes, os homens excepcionais com cujas “botas de sete léguas” recuaram o meridiano das Tordesilhas. Os bandeirantes pelo escritor francês Saint-Hilaire adjetivados de “RAÇA DE GIGANTES”. Os bandeirantes ousados e aguerridos, rebeldes à impostura jesuíta e insubmissos ao arbítrio dos loiolistas.

A AMBIÇÃO DE NÓBREGA

Astucioso, político, cobiçoso como bom jesuíta, maquinava, na qualidade de provincial da ordem no Brasil, instalar no Planalto Piratingano o quartel general dos inacianos em rumo da conquista do Paraguai na ânsia de ampliar ao máximo os limites do fabuloso império jesuíta dos seus sonhos (Serafim Leite, S. J., *HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL*, Lisboa-Rio, 1938-1950, vol. I, págs. 337-338, 342; vol. II, p. 239; Abranches Viotti, *ASPECTOS DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DOS ESCRITOS NOBREGUENSES*, apud *REVISTA DE HISTÓRIA*, VI, n° 21-22, 37-52).

Apeteciam-lhe aqueles campos que se desdobravam às margens do Rio Tietê (também chamado Anhembi ou Rio das Anhumas) e dos seus afluentes Tamanduateí e Anhangabaú, e já habitados por indígenas, mamelucos e portugueses, como João Ramalho, em quatro povoações: Santo André da Borda do Campo, Piratininga, Maniçoba ou Japiuba e Gerebatiba.

Manuel de Paiva, sacerdote jesuíta que, desde 1550, sob a ordem do provincial Nóbrega, visitava a região, examinando a topografia local e pensando na segurança de se concretizar a cobiça loiolista, optou pela colina a cavaleiro do Riacho Tamanduateí (lugar hoje denominado Pátio do Colégio, entre a Rua 15 de Novembro e o Parque D. Pedro II), além da qual se estendia uma baixada, hoje conhecida como o Brás, tendo, ao lado oposto, uma depressão formada pelo Rio Anhangabaú, favorável a qualquer ação de defesa na eventualidade de arremetidas contrárias.

O sítio favorecia a ambição inacista de Nóbrega também porque o Rio Tietê facilitaria, qual via líquida, a penetração interior a dentro em rumo do Paraguai, pois o Rio Tietê, no ponto de Araritaguaba, havia comunicação fluvial com o Paraguai (Teodoro Sampaio, *SÃO PAULO DE PIRATININGA DO FIM DO SÉCULO XVI*, RIHSP, IV, pág. 262).

Também é falsa a notícia segundo a qual Manoel da Nóbrega objetivava, como meta primacial, estender, no seu forte impulso de catolicizar o aborígene, a catequese aos silvícolas.

Constituíam-se, isto sim, a casa de Piratininga em expediente ou trampolim a impulsionar a arraçada expansionista do domínio jesuíta.

Estabelecido o colégio em Piratininga, a cujo redor se concentravam cabanas de índios na povoação nascente, a partir de 25 de janeiro de 1554, o “pe.” Manuel de Paiva, superior da novel instituição, coadjuvado por dois irmãos-leigos, Jácome e Anchieta, passou a atuar dentro do esquema do provincial Nóbrega. Instituição essa formada com os filhos dos índios do Planalto, instruídos na casa de São Vicente, subjugados pelos mestres jesuítas, serviam de “relações públicas” entre os ambiciosos loiolistas e os pobres indígenas. Formou-se destarte a missão piratiningana incumbida de escravizar índios à ganância dos “padres” e de imbecilizá-los à feitura romana por meio das devoções diárias, a que eram forçados comparecer.

Pobres e humildes índios! Pacíficos e cordatos, assistiram à missa inaugural a 25 de janeiro, sem esboçar qualquer reação ao invasor dos seus domínios por não perceberem os planos maquiavélicos do jesuíta cobiçoso e desalmado. O pintor paulista Benedito Calixto fixou em tela a solenidade religiosa realçando a acolhida pacífica dos aborígenes presentes adornados de cocares.

Se se dotasse o jesuíta de coração amoroso e de ideais cristãos, teria conquistado em definitivo o brasilíndio sempre dócil e de espírito tranquilo.

Não foi, porém, assim o que se deu! O dominador recém-chegado, na sua ilimitada ambição, quis de súbito, impor seu alvitre diante do qual reagiram os índios porque se, de espírito cordato e simples de vida, contudo, não eram idiotas.

As adversidades e os perigos levantados pelos indígenas que fizeram os jesuítas tanto sofrer, decorrem do embuste planejado pelo clero falsário interessado em se promover perante a opinião pública ludibriada pelos textos escolares de História do Brasil, coalhados de falsas informações.

A REBELIÃO CONTRA A PREPOTÊNCIA

Já conhecemos a índole do nosso aborígene e a atuação congraçatória do lusitano João Ramalho quando da chegada da esquadra de Martim Afonso de Sousa a São Vicente.

Governada por João Ramalho, a Vila de Santo André da Borda do Campo prosperava, sobretudo após ser confirmada pelo Governador Geral Martim Afonso.

Inconformados, os jesuítas tentavam reprimir o seu desenvolvimento. De início, blandiciosos, adotaram a tática da boa vizinhança e dobraram

Caiubi e Tibiriçá, sogro de João Ramalho. Este, porém, relutava e seus comandados, índios, portugueses e mamelucos, permaneciam-lhe fiéis.

Os loiolistas, incluindo-se Anchieta, foram desmascarados em suas pretensões de subjugar ao seu arbítrio os indígenas. Desapontados estes, abandonaram a povoação jesuíta. “Três anos após a fundação, em fins de 1556, se verificou a espetacular debandada dos tupis”, desolado, escreve Abranches Viotti (ob. cit. p. 60). E prossegue: “Para Nóbrega, isto significava a ruína total de sua obra missionária de 1553” (id. ib. p. 60).

Dos índios fugitivos muitos foram para as antigas povoações, sobretudo a de Santo André, em franca prosperidade. E da obra dos jesuítas restou somente o colégio, cercado apenas de algumas famílias portuguesas cujos filhos continuaram na escola.

Na ausência desses lusitanos ter-se-ia extinguido por completo a obra jesuíta no Planalto Piratiningano. Salvaram-na justamente os portugueses, os colonos, sempre tão malsinados pelos textos escolares porque os jesuítas, no afã de se prestigiarem, denigrem injustamente aqueles que, como bons católicos, os apoiaram.

MANOBRAS POLÍTICAS

Carentes de meios suasórios e destituídos de altruísmo, pois sempre cobiçosos, os jesuítas recorreram ao “braço secular” que os valesse. Surgiram-lhes como abantesma a hipótese de irrecuperável fracasso o definitivo esvaziamento da ideia de atingir o Paraguai, via Piratininga. E, a pretexto de manutenção do colégio, Nóbrega, em 1557, pediu terras a Mem de Sá. Neste pedido se ocultava o plano de anexação de Santo André da Borda do Campo a Piratininga.

Devido à influência de Nóbrega, o Governador Geral se viu compelido a anuir. E todos os moradores de Santo André foram obrigados, em 1560, a se mudar para o povoado dos jesuítas. A contragosto, João Ramalho levou o pelourinho, símbolo da autoridade, que foi instalado no terreiro em frente do colégio. Nesta ocasião o povoado passou à categoria de Vila, Vila de São Paulo, e se construíra um templo de taipa. Santo André da Borda do Campo, a vila mameluca, se reduzira a um desprezível e abandonado subúrbio da Vila de São Paulo! (J. J. Machado de Oliveira, *QUADRO HISTÓRICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO*, págs. 54-56).

Muitos índios e mamelucos, no entanto, se mantiveram rebeldes e, impossibilitados de permanecer em Santo André, criaram as aldeias dos Píneiros e de São Miguel.

SERIA COERÊNCIA

Os “bispos” romanistas, com o Concílio Ecumênico Vaticano II, deram uma guinada de 180° em sua atuação política. Antes estavam com os poderosos. Agora apresentam-se do lado dos pobres, dos operários. Estão na de “opção preferencial pelos pobres”. Promovem arruaças, participam e insuflam greves, xingam as autoridades civis, amesquinham os policiais, menosprezam os patrões, ridicularizam os ricos. É a “opção preferencial pelos pobres”!

Que sejam coerentes! Devolvam tudo quanto receberam dos patrões, dos ricos e dos Poderes Públicos!

Se, no passado, do Poder Público, do Governador Mem de Sá, receberam a área onde se instala o velho prédio do Pátio do Colégio, devolva a Evaristo Arns ao mesmo Poder Público, hoje Prefeitura Municipal de São Paulo.

Ao revés fazem eles! Não só não a restituem como em nome do Cristianismo continuam a sugar os magros erários municipais da Capital de São Paulo. Magros porque emagrecidos também pelas sangue-sugas clericais. Agora mesmo, a pretexto da beatificação de Anchieta e da visita de João Paulo II, os jesuítas lamberam da Prefeitura Paulistana cerca de trinta milhões de cruzeiros. E a partir de 1976 a obra jesuíta do Pátio do Colégio recebe para a sua manutenção uma verba anual reajustável de acordo com a ORTN. Em 1976 a verba foi de um milhão e duzentos mil cruzeiros. Em 1979, de dois milhões, cento e setenta e oito mil cruzeiros (*O ESTADO DE SÃO PAULO*, jornal de 2-IV-1980).

Esse dinheirinho daria para a extensão da rede de água em algumas vielas de São Paulo...

OS ÍNDIOS DIVIDIDOS

O amor está nos lábios clericais apenas como subterfúgio. De sua vivência nada querem eles.

O velho Cacique Tibiriçá, sem outra opção, se viu coagido pelos loiolistas de Piratininga, inclusive Anchieta, a se instalar com um pelotão de índios à margem do Rio Tietê para o pontal fechado pela confluência do Anhangabaú e Tamanduateí, com a missão de resistir a possíveis ataques de indígenas inconformados e mamelucos rebeldes.

Eis a grande obra dos inacianos, incluindo-se Anchieta: inimizar os índios da mesma tribo!

ANCHIETA INCENDEIA UMA CABANA

Charles de Sainte-Foy, em seu livro *VIDA DE JOSÉ DE ANCHIETA* registra a ocorrência. Conquanto desprezível e abandonado subúrbio da Vila de São Paulo, em Santo André da Borda do Campo moravam indígenas e ma-

mamelucos. Viajando, de certa feita, de São Vicente para São Paulo, por anoitecer no caminho, Anchieta, com o companheiro, recolheu-se numa casa.

O tímido chefe respondia, desconfiado, às perguntas e inquirições do hóspede. Confirmara-lhe: “Tudo cá vai bem, muito bem, e nada me falta e nada me incomoda”.

“Nisto levantou-se o pe. Anchieta”, narra Sainte-Foy, “e chegando-se ao companheiro disse- lhe: Vamo-nos daqui quanto antes, não é bom ficar numa casa onde não há a menor partícula da cruz de Jesus Cristo.

Mas, meu padre, para onde. quer vossa reverendíssima ir a estas horas? É alta noite, e daqui a São Paulo, não se encontra uma só casa beira da estrada.

Pouco monta, replicou Anchieta, partamos, depois verá”.

Saíram e depois de um pequeno trecho, olhando para trás, avistaram a casa de onde tinham partido, toda em chamas, de modo que, daí a pouco, não era mais que um montão de cinzas!” (págs. 272-273).

Algumas incongruências!

Anchieta não era ainda ordenado sacerdote e o seu companheiro de jornada o chama: “meu padre”, “vossa reverendíssima”.

Se Anchieta era aquele coração magnânimo do retrato que lhe pintam os anchietólatras, revelou, entretanto, um coração de fel contrário do que deve ser o coração do discípulo de Cristo.

Com efeito, por não terem os samaritanos de certa aldeia recebido Jesus Cristo, os discípulos Tiago e João, indignados, propuseram: “Senhor, que digamos que desça fogo do céu e os consuma, como Elias também fez?” Repreendeu-os, porém o Senhor: “Vós não sabeis de que espírito sois. Porque o Filho do Homem não veio para destruir as almas dos homens, mas para salvá-las” (Lucas 9.51-56).

Se Jesus repeliu o pedido dos Apóstolos, acaso ouviria o de Anchieta?

A verdade do ocorrido é bem outra! Anchieta, o sanguinário e carrasco, pessoalmente incendiou aquela choupana. Não por não se encontrar nela crucifixo, mas por ser de mameluco insubmisso ao arbítrio dos jesuítas.

Um outro francês, Arthur Heulhard, por ocasião das pomposas festas do tricentenário da morte de Anchieta, em 1897, publicou na França um livro sobre Villegaignon intitulado *O REI DA AMÉRICA*, onde registra esse episódio inculcando Anchieta de haver causado aquele incêndio.

ÍNDIOS E MAMELUCOS MASSACRADOS

Jaguanharó, irmão de Tibiriçá, aglutinou índios e mamelucos insubmissos aos jesuítas e inconformados com a decadência de Santo André da Borda do Campo em resultado da ambiciosa política expansionista do inaciano dominante. Embora descontente e amargurado com o fato, João Ramalho, genro do Morubixaba Tibiriçá, submeteu-se à situação vexatória tam-

bém para não agravar os desgostos do sogro já de saúde combalida. Fez-lhe as vezes na postura de cabecilha da rebelião de Jaguanharó.

A indiada, graças à política maquiavélica dos jesuítas, Anchieta entre estes, dividiu-se. Explodiu a luta fratricida.

Coração sangrando por medir forças e violência com seu irmão de sangue e de raça, o velho Morubixaba Tibiriçá lutou pela sobrevivência da obra jesuíta. Bastaria ele cruzar os braços e os “padres” estariam derrotados. A fúria da batalha movia-o a temer pelas crianças e mulheres. O ódio recalcado dos seguidores de Jaguanharó explodia em violência inaudita. Dois foram os dias de tenaz e aguerrida batalha. A 12 de julho de 1562 uma flecha vara o bravo Jaguanharó. Debandam-se os insurretos. Repicam festivos os sinos da igreja. Venceram os jesuítas. Venceram uma batalha! Anchieta corre a Santo André da Borda do Campo e atea fogo transformando em cinzas a povoação dos rebeldes, sem se comiserar de velhos, mulheres e crianças. É esse o herói que querem guindastear aos altares da superstição nacional!!!

Recolhe-se o velho Cacique Tibiriçá aos recônditos de sua alma amargurada. Reconhecia que, apesar de tudo, os “padres” desconfiavam dele. Sofria com os sofrimentos de João Ramalho e de sua filha Bartira. Remoía-lhe o íntimo a lembrança dos lances daquela tragédia fratricida e do incêndio de Santo André. Seu coração esmagado de dor, de decepções e de apreensões, não resistiu...

Enquanto os sinos obrigavam os escravizados moradores de Piratininga a irem assistir a missa da meia noite daquele Natal de 1562, morreu Tibiriçá, vítima de uma situação em que, contra a vontade, fora envolvido pelo arbítrio dos jesuítas.

II

NO RIO DE JANEIRO

Rememoremos episódios da História!

PROTESTANTES CHACINADOS

Como na Idade Média também na Idade Moderna a política de várias nações da Europa se entrelaçava com a do papado. Quando das lutas contra o Luteranismo, a família dos Médicis dominava a França sob a autoritária e cruel Rainha Catarina, cujo conselheiro e mentor era o ferocíssimo Carlos Cardeal de Lorena, arcebispo de Reims. Em 1534, ascendeu ao trono pontifício com o apelido de Clemente VII o italiano florentino Júlio de Médicis, na condição de tio do mesmo clã familiar da soberana francesa.

O “papa” votara ódio de extermínio aos protestantes instigando sua sobrinha Catarina a trucidá-los. Deveriam eles, dizia o romano pontífice, “ser chacinados e os menos criminosos deveriam ser lançados na prisão, onde seriam obrigados a fazer uma perpétua penitência com o pão da dor e a

água da tristeza” (De Felice, *HISTÓRIA DOS PROTESTANTES DA FRANÇA*, vol. I, p. 29).

Sob inspiração do clero, até “ligas” foram criadas para extirpar, por meios rápidos e violentos, a “heresia”. Os católicos, seus participantes, dispunham de carta branca para trucidar os “hereges” e se lhes prometiam indulgências especiais em troca de cada “herege” eliminado.

Os “papas” Paulo IV e Pio IV, rivalizaram-se, a exemplo de seu predecessor Clemente VII, em demonstrações de vindita aos protestantes. Pio V seguiu-lhes os rastros de ódio e em carta ao sucessor de Catarina, o Rei Carlos IX, escreveu que “se ensurdescesse a todas as súplicas e sufocasse as raízes da heresia até às últimas fibras” (César Cantu, *HISTÓRIA UNIVERSAL*, vol. XVI, p. 26). E acentuava: “O melhor holocausto para Deus é o sangue dos inimigos da religião católica” (De Felice, ob. cit., vol. I, p. 179).

GASPAR DE COLIGNY

O notável almirante francês destacara-se, não só pelos seus serviços de inestimável valor prestados à França, como no cerco de Carignan e na batalha de Cerisoles, mas sobretudo por suas persuasões evangélicas. E exatamente por estas convicções atraiu a cólera dos potentados do seu país, que lhe recusaram reconhecer seus destacados feitos.

Qualificara-o o “papa” Pio V de “homem detestável, infame, execrável, se até merecia o nome de homem” (De Felice, ob. cit., vol I, p. 193). E induzido pelo pontífice, o Parlamento pôs-lhe, em 156, a cabeça a preço.

O vendaval do ódio, contudo, não abatera o ânimo do intrépido Almirante. Ao conseguir o tratado de 8 de agosto de 1570, obteve Coligny arrefecer a intolerância papal do Parlamento.

Desapontado com a atuação de Coligny, de imbatível conduta evangélica, o cardeal de Lorena concertou com seus comparsas um mortício de inauditas proporções. Projeto esse reforçado pelo pontífice então imperante Gregório XIII, por ocasião da dispensa de casamento solicitada por Carlos IX em favor de Henrique de Navarra e Margarida, união essa que asseguraria o completo êxito do projeto de extermínio dos “heréticos” (Maurice de Lachatre, *HISTÓRIA DOS PAPAS*, vol. IV, p. 67).

O crudelíssimo projeto, com efeito, veio a ser consumado na inadjetivável *NOITE DE SÃO BARTOLOMEU*, em 24 de agosto de 1572, sendo, nesse macabro festival de sangue, com dezenas e dezenas de milhares de vítimas trucidadas em toda a França, assassinado o intrépido Almirante Coligny.

Como troféu da bárbara vitória, a cabeça de Coligny, separada do corpo, fora enviada ao “papa” Gregório XIII (M. Lachatre, ob. cit., vol. IV, p. 68).

A *NOITE DE SÃO BARTOLOMEU*, por Bossuet, o maior orador do clero francês de todos os tempos, foi assim decantada: “... e os rios levavam com a corrente das águas corpos mortos com que se infecionavam e enchiam de

horror todos os países que eles banhavam. Divulgada a notícia desta mortandade nos países estrangeiros, lavrava horror quase por toda a parte. Só em Roma a receberam com gosto pelo ódio que tinham à heresia e em Espanha também se alegraram com ela, por cessar a apreensão em que estavam da guerra com a França” (Abade Ducreux, *HISTOIRE ECCLESIASTIQUE*, vol. VIII, pág. 18-19).

ANCHIETA

Contemporâneo desses horripilantes acontecimentos e formado na escola inaciana de contra-reforma, ou seja, de vindita aos protestantes, embebia-se o canarino Anchieta dessa mentalidade, a qual imprimiu direção em sua conduta, como se verá e se provará com fatos e com afirmações de escritores católicos pelo clero reputados abalisados.

O BRASIL, REFÚGIO DOS PERSEGUIDOS

Oprimidos, muitos protestantes calvinistas, dos huguenotes, decidiram sair da França e refugiar-se em alguma terra distante da Europa incendiada pela fúria de vingança da parte do clero.

Surge nesta conjuntura *NICOLAU DURAND VILLEGaignon*, cavaleiro da Ordem de Malta, “mui zeloso de guardar a fé católica”.

Refolhado, man two face, homem de duas caras, Villegaignon iludia o Almirante Coligny, em cuja presença se passava por calvinista, garantindo-lhe fundar na América uma colônia francesa de refúgio dos protestantes perseguidos na França, enquanto que ao Rei prometia conquistar no Brasil larga faixa de território com o objetivo de alongar os seus domínios até à América, território esse a denominar-se França Antártica. Suas manobras favoreceram-lhe navios, artilharia, munições, provisões de boca e dinheiro.

Prevalendo-se da fraqueza de Duarte da Costa, o segundo Governador Geral, entra Villegaignon com sua expedição armada, aos 10 de novembro de 1555, na Guanabara. Instala-se na ilha que hoje tem o seu nome, ligada em nossos dias ao continente e onde funciona a Escola Naval.

Encastelou-se na ilha cercando-a de fortificações e muralhas. Isolou destarte todos os seus companheiros, no propósito desleal de exercer sobre eles autoridade exacerbada. Ilhados, sem mantimento por lhe haver esgotado o estoque de víveres, sobrevieram os resultados da miséria. E lavravam as divergências, para cuja repressão exercia feroz arbítrio.

O desapontamento entre os Ministros Huguenotes levava-os a acerbos e justas críticas ao cínico Villegaignon. Este, no intento de se desvencilhar das apreciações desfavoráveis, fez funcionar a “santa inquisição” em terras brasileiras, eliminando os Pastores Jean du Bourdell, Mathieu Verneuil e Pierre Bourdon.

Em 1557 Villegaignon pediu recursos militares à França e mais gente a Calvino, ambos por ele ainda iludidos. Poucos recursos lhe chegaram sob o comando de seu sobrinho Bois-le-Comte. Os recém chegados surpreenderam-se diante da real situação.

Desiludidos das promessas de Villegaignon, numerosos fugiram da ilha. Destes, alguns alcançaram a Capitania de S. Vicente. Dentre eles João Bollés, sobre quem discorreremos no capítulo subsequente.

Villegaignon, comandante fracassado, redobrou-se em tirania no desejo de reprimir a debandada. De nada lhe adiantaram as medidas repressivas. E regressou ingloriamente à França, a chamado do Rei Carlos IX para as guerras contra os protestantes.

Os calvinistas que com ele vieram e sobreviveram aos seus maus tratos por terem escapado de seu jugo, aqui ficaram refugiados.

A FRANÇA ANTÁRTICA

Com o regresso de Villegaignon permaneceu no Brasil Bois-le-Comte, disposto a executar as promessas do tio feitas ao Rei Carlos IX no sentido de aqui instalar a França Antártica.

De gestos mais brandos e de mente mais aberta, contando com os remanescentes franceses que com ele ficaram, empreendeu aproximar-se dos indígenas tamoios fixados na zona do Rio de Janeiro.

Seu sonho de efetivar a França Antártica o fez buscar o apoio dos silvícolas aos quais ensinou a manejar a espingarda, a grande arma muito em voga naqueles tempos da descoberta da pólvora. Induzia-os ao ódio contra os portugueses e, evidentemente, aos índios amigos deles.

Crescia a influência dos franceses junto aos tamoios e a França Antártica prometia concretizar se.

AO INVÉS DE CATECISMO UM “BISPO” QUER A GUERRA

Ah!, foi sempre assim! O clero romano e apaixonado por política. A qualquer pretexto e sem pretexto, sempre se envolve na política. E quanto mais rasteira melhor para ele. O catolicismo, de resto, se reduz a uma multinacional argentária de proporções gigantescas a manipular a política interna das nações e a política internacional .

O governador Geral Mem de Sá, preocupado com a invasão da Guanabara, decidiu expulsar os franceses. Sua intenção, aliás, era de sua exclusiva responsabilidade e competência, pois cabia-lhe o ônus de preservar a integridade territorial da Colônia. Por conseguinte, nada a se objetar-lhe e, sim, anuir-lhe a ideia.

Metendo-se em seara alheia, interferiu o “bispo” Pedro Leitão no sentido de arregimentar, dentre os indígenas da Bahia, pessoal suficiente para a esquadra lusitana.

Deu-se a batalha em fins de 1559, cabendo a vitória aos portugueses. Desbaratados os franceses, espalharam-se interior a dentro. Mem de Sá, todavia, partiu para S. Vicente e cometeu o grave erro de arrasar a fortaleza inimiga e deixar o Rio de Janeiro desguarnecido de quaisquer dispositivos de futura defesa.

ANCHIETA ENTRA EM CENA

Como bom clérigo sempre se meteu em política. Servia-a para que ela o servisse no serviço de sua “igreja”, multinacional supercapitalista.

A permanência dos franceses em território brasileiro oferecia-lhe outra oportunidade de se imiscuir em assuntos alheios à religião.

Os franceses dispersos com a batalha de 1559 reagruparam-se no Rio de Janeiro e a eles aliados os belicosos tamoios.

Enviado pelo tio Mem de Sá, em 1564, aportou na Guanabara, a fim de ocupá-la, Estácio de Sá. Informado desse fato, subiram de S. Vicente ao Rio de Janeiro Nóbrega e Anchieta.

Como missionários, impunha-se-lhes o dever de pacificar as tribos silvícolas rivais, como a dos tamoios e dos guaianases. Com atuação oposta, contudo, agiam eles! Insuflavam as discórdias visando o extermínio dos índios.

Do lado dos franceses, no intuito de captarem a bravura dos tamoios em seu favor, também se instigava a rixa contra os guaianases de S. Vicente. Odiando-os, apoiavam os invasores.

Anchieta, cuja responsabilidade seria a do campo estritamente religioso, aproximou-se dos morubixabas tupiniquins, persuadindo-os a colaborar com os portugueses na luta contra os tamoios, seus antigos desafetos.

Suas pregações carregadas de termos bélicos incitavam o entusiasmo à causa da expulsão do invasor. Seu ativismo guerreiro o fez mobilizar o pessoal até para a construção de barcos em S. Vicente.

Delirava Anchieta na perspectiva de seguir a título de capelão, com a expedição vicentina de reforço à esquadra de Estácio de Sá.

A ESQUADRILHA ANCHIETANA

Com cinco embarcações e oito canoas de guerra carregadas de tupis e mamelucos indo de S. Vicente penetra, aos 28 de fevereiro de 1565, a bacia da Guanabara a esquadra incentivada por Anchieta. No dia seguinte cerca de trezentos homens desembarcaram na restinga entre o Pão de Açúcar e o atual Morro de S. João, onde imediatamente se implantou um arraial fortificado.

Ninguém dava um passo sem ouvir os conselhos do instrutor máximo, Anchieta, a “fascinante figura” de sacerdote de guerra. Nem o próprio comandante-em-chefe Estácio de Sá, porque, na verdade e na prática, o verdadeiro comandante era Anchieta. No processo de sua canonização se lê a seguinte informação: “O dito pe. José de Anchieta dava avisos ao Capitão Estácio de Sá..., advertindo-o que não mandasse partir as canoas para determinados lugares da nossa conquista, porque sabia que os índios tamoios aí tinham preparado emboscadas. E aconteceu várias vezes que, por causa de tais avisos, se acautelara o dito Capitão dessas emboscadas e lhe havia acontecido realizar com felicidade alguns empreendimentos, valendo-se desses avisos” (Arquivo Secreto do Vaticano, Congregação dos Ritos, *ANCHIETA*, n. 306, pags. 85-85 v.).

O homem dos indescritíveis prodígios exercitava-se também nesta emergência. A tudo previa! Dotara-o a santidade de intensa premonição.

Dizem os seus entusiastas biógrafos que “suas palavras, sua brandura, convertiam os adversários mais ferozes”. E querem comprová-lo com o fato de haver estado como refém entre os próprios ferozes tamoios de Iperoig, selvagens não catequizados que, tendo convivido com os franceses invasores, detestavam os portugueses.

Sua conduta benevolente, suas palavras afáveis, sua paciência no trato, sua devoção angelical comoveram os belicosos e temidos índios da nação tamoia. E naqueles meses Anchieta pode produzir o seu poema *DE BEATA VIRGINE DEI MATER MARIA*.

Um entreparêntese! A bem da verdade, a estada de Anchieta em Iperoig serviu para amaciar os tamoios ali localizados em suas prevenções contra os lusitanos. Fora, isto sim, uma habilidosa tática política para engabelar os ingênuos silvícolas deixando assim a passagem livre para os colonos atingirem a Guanabara. Com suas jesuitadas obteve a afeição dos tamoios de Iperoig. E Abranches Viotti destarte pode concluir: “Os tamoios fronteiros manterão seus compromissos renunciando à guerra contra os portugueses. E, de São Vicente ao Rio de Janeiro, o litoral se vai apresentar desinfetado de inimigos, à passagem, em 1565, da expedição de Estácio de Sá, para a conquista final da Guanabara” (ob. cit. p. 101).

Ora, se a auréola da santidade o revestia de poderes tão singulares comprovados em Iperoig precisamente com os tamoios, por que Anchieta a eles não recorreu na conjuntura do Rio de Janeiro? Por que não apaziguou as tribos indígenas livrando-as do morticínio?

A serviço de Portugal, por quem era sustentado e a cujo Rei servia, deveria procurar os aborígenes revoltosos e orientá-los. Assim como em Iperoig, deveria exercer benéfica influência sobre eles no propósito de apaziguá-los com os guaianases e lusitanos, colonos legítimos do Brasil.

Como chefe da esquadilha, contudo, cooperou ele com os capitães de guerra contra os indígenas, quando, na qualidade de missionário religioso, deveria defendê-los das intrigas dos capitães franceses.

UMA ENTREVISTA MEMORÁVEL

Chegara-lhe a determinação de ir à Bahia receber a ordenação sacerdotal, pois até então era um simples “irmão-leigo”. Com poucas semanas concluiu seus preparativos e recebeu do “bispo” Pedro Leitão, em meados de 1565, a investidura clerical.

Entrementes avista-se com o Governador Geral do Brasil Mem de Sá a quem expôs em minúcias a situação do Rio de Janeiro e “apontou os meios necessários para concluir de todo a guerra, obrigando os tamoios a largar os portos de mar e recolher-se ao sertão, e se poder fundar cidade, como El Rei queria e era preciso para conservação do Brasil. Estes seus arbítrios foram os que seguiu o Governador, começando logo a se aprestar para ir ele em pessoa dar fim a esta empresa” (Pe. Antonio Franco, *IMAGEM DE COIMBRA*, II, p. 250).

RECRUDESCE A GUERRA

Em novembro de 1566, na comitiva de Mem de Sá, regressou Anchieta ao Rio de Janeiro. A miséria e a fome compeavam entre seus subordinados expedicionários. Na longa ausência de Anchieta, Estácio de Sá se desorientara e nada fizera.

Ao retorno do “pe.” José, recobriram todos o ânimo. Estácio de Sá assaltou certa aldeia tamoia e matou todos os quinhentos homens de guerra nela aquartelados. No assalto a outra aldeia matou mais duzentos. Conquistou mais duas outras aldeias e aprisionou seus chefes.

Avolumou-se de parte a parte a sanha da luta fratricida. Horrorizados com a carnificina, e mais lúcidos do que o sacerdote-comandante, muitos índios guaianases e muitos mamelucos fugiram da vigilância do carrasco Anchieta, escaparam do seu jugo, desertaram da expedição e retornaram a S. Vicente. A terceira parte dos homens aliciados por Anchieta, fugindo em quatro canoas, desistiu da guerra.

Os tamoios, também esfalfados, resolveram dar rija investida contra os guaianases e mamelucos aliados dos lusitanos de Anchieta. Recolheram e ajuntaram todas as suas forças, todos os seus restantes recursos para a todos os contrários, destruir de vez.

Entrementes uma outra canoa de vicentinos enfadados e desiludidos zarpa rumo S. Vicente. E das oito canoas de guerra restaram apenas três.

OUTRO ESTUPENDO MILAGRE DO VERDUGO

Estácio de Sá, “exemplo de virtude e religião cristã”, entregava-se com fervor multiplicado, às devoções. Propôs-se construir uma nova igreja como pagamento antecipado de sua promessa pela proteção especial de S. Sebastião. Naquela conjuntura de sensível redução de sua esquadra com a deserção de considerável parte de seus soldados. E enquanto cortava madeira para o templo, um tal de Francisco Velho saiu no seu barco sem nada dizer a ninguém. Canoas dos encarniçados tamoios armaram-lhe cilada, emboscando-se por trás do atualmente cognominado Morro da Viúva, na enseada do Flamengo.

Ao perceber Estácio de Sá o gravíssimo perigo do imprudente Francisco Velho, partiu com as três canoas restantes.

Travou-se a árdua peleja. Luta desproporcional para Estácio. Era o que planejavam os tamoios.

Deu-se o milagrel Um barrilete de pólvora de uma das canoas dos portugueses, incendiou-se. Fabuloso estampido atroou os ares. Descomunal coluna de fogo subiu às alturas. A tripulação foi atirada às águas.

Alastrou-se o pânico entre os tamoios ignorantes da causa de semelhante espetáculo e crédulos supersticiosos, supondo tratar-se de fogaréu sobrenatural que a todos queimaria, desataram em desabalada fuga.

Estácio de Sá com o seu escasso grupo saiu ao encalço dos fugitivos, liquidando-os de vez. Retornou vitorioso à base fortificada junto do Pão de Açúcar. Ao mártir S. Sebastião atribuíram a espetacular vitória. Era 20 de janeiro de 1567, data da fundação da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, em homenagem ao “santo” protetor dos lusitanos.

MAS O MILAGRE NÃO PRESERVOU ESTÁCIO DE SÁ

Em auxílio de seu sobrinho acudiu Mem de Sá. o portentoso prodígio da explosão do barrilete incentivou o ânimo de todos. Era preciso liquidar em definitivo a Última resistência do contrário entrincheirado no forte do Morumbixaba Biraoaçu Mirim, no atual Outeiro da Glória. No fragor da luta uma flecha ervada inimiga atingiu em rosto o jovem capitão Estácio que faleceu após um mês de intensos sofrimentos. E assistido por Anchieta já sacerdote. Anchieta, o grande taumaturgo que até macaquitos ressuscitara, mas que absoluta mente nada lhe pudera fazer.

ANCHIETA, COMO LEGÍTIMO JESUÍTA, ALMA INQUISITORIAL

O clero católico é apátrida! E o jesuíta em especial. Ao espanhol Anchieta jamais interessou a glória de Portugal que o mantinha e muito menos a prosperidade da Colônia. Tanto se lhe dava ser o Brasil do domínio de Portugal ou da França. Aos portugueses detentores de autoridade manobrava

como queria... Desde o Governador Geral até o Capitão Estácio de Sá! Como manipularia Villegaignon e Bois-le-Comte!

Jamais sua mente se preocupou em fazer as pazes entre guaianases e tamoios. Ao revés, fomentava a discórdia entre eles e jogava uns contra os outros numa constante guerra de extermínio recíproco.

O escritor francês, católico romano e anchietólatra, Charles Sainte-Foy, em seu livro *VIDA DO VENERÁVEL JOSÉ DE ANCHIETA*, exhibe o verdadeiro móvel do “apóstolo do Novo Mundo”: “Considerando aquela guerra como guerra de religião, por isso que redundava em grande detrimento da fé, empreendeu por esta causa várias viagens, convocou, por vezes, a conselho os oficiais do Rei, e chegou até a alistar em seu próprio nome novas milícias para reforço do exército cristão. Não cessava de alentar as tropas a combater valorosamente, fazendo-lhes ver que, pelejando, pelejavam pela causa de Deus”.

A verdade límpida e cristalina é esta! A guerra contra os tamoios foi uma guerra de chacina dos calvinistas que entre os franceses havia... Uma guerra tiranicamente religiosa enquadrada na mentalidade da corte francesa que jurara ódio de morte aos huguenotes calvinistas... Na mentalidade do Parlamento francês que pusera a prêmio a cabeça do Almirante Coligny.

Uma guerra religiosa aqui no Brasil, como prolongamento da cruelmente movida contra os calvinistas em território francês. Ferocidade essa que na França culminaria, seis anos após esse massacre dos tamoios aliados aos franceses, na tragédia da NOITE DE S. BARTOLOMEU.

Em resultado da nefasta ingerência de Anchieta em assuntos político-militares, o Brasil também paga o tributo de ver páginas de sua História ensanguentadas pela “santa inquisição”.

.oOo.

10

CARRASCO, ENFORCA UM CALVINISTA

A JOSÉ DE ANCHIETA nem a qualidade de verdugo pode faltar! Da membresia da inquisitorial ordem dos jesuítas criada por Inácio de Loiola

precisamente com o objetivo de resistir na condição de contra-reforma, a Reforma Protestante do século XVI, o aspecto físico de Anchieta, pela sua raquitique, era de um carrasco, esse enfezado arbusto silvestre que nasce nos terrenos áridos. Jesuíta de alma e profissão, carrasco no físico portava um coração cruel de algoz.

Se, envergando a sotaina, tornara-se homem de guerra, suas mãos manejavam o cutelo do verdugo e conheciam a técnica da forca.

Nenhum desdouro reputa-lhe por isso a teologia romana! Ao contrário! Emparelha-o a outros vultos, como Domingos de Gusmão, de crudelíssima têmpera, elevados às “honras dos altares” pelo fato de terem torturado “hereges”.

Em sendo, contudo, diferentes, os tempos de hoje, os anchietólogos almejam, ao arrepio da verdade objetiva, expungir de seu beato a mácula de verdugo. Nesse propósito sofismam explicações infantis, sem, contudo, lograr o êxito colimado em vista das provas irretocáveis e irrefutáveis do crime perpetrado a sangue frio por José de Anchieta, a perversa “fascinante figura” do adjetivo de João Paulo II, seu beatificador.

Muitas foram as suas vítimas: índios, mamelucos, lusitanos e franceses calvinistas.

No Rio de Janeiro assestou sua crueldade sobre os pobres huguenotes calvinistas ali aportados no anelo de encontrar refúgio da “santa inquisição” da França que levantava suas fogueiras e brandia seu cutelo contra os judeus e os huguenotes.

Coitados! Foragidos da pátria, encontraram no Brasil a traição de Villegaignon, também a serviço da fé católica romana.

Dentre tantas vítimas suas a consciência nacional do Brasil, quando bem informada, horroriza-se com o relato do crime de Anchieta ao executar a sentença fatal em que enforcou João de Bollés, como era conhecido entre os colonos o francês calvinista Jean Jacques le Balleur.

TESTEMUNHA INSUSPEITA

Prefiro recorrer ao depoimento imparcial do católico historiador maranhense João Francisco Lisboa. Narra ele: “... Infelizmente parece não ser dado ao gênero humano atravessar período algum da História, sem tropeçar em crimes e cadáveres. A destes tempos dourados [os da Colonização do Brasil] encerra também uma página negra e ensanguentada.

“Alguns franceses protestantes, fugindo à perseguição do traidor Villegaignon, vieram buscar asilo nas povoações portuguesas de S. Vicente. Era um deles, de nome João Bolles, homem instruído e versado nas Sagradas Escrituras, possuía perfeitamente o latim, o grego e o hebraico; e era sobretudo isso, discreto e insinuante no dizer. Como quer que, enobrecido e rico com tantos dotes do engenho, armasse algumas dispustas

e controvérsias com o pe. Luiz da Grã, acusou-o este de andar inficionando as suas ovelhas com a peçonha da heresia, e com tal pretexto ê-lo prender e remeteu para a Bahia, onde jazeu num cárcero oito anos. Os companheiros, falecendo-lhes o coração ante o sofrimento e o perigo, abraçaram ou fingiram abraçar o catolicismo; João Bollés, porém, espírito tão cultivado, com ânimo firme e resoluto, perseverou na sua fé e afrontou a morte. Depois da restauração do Rio de Janeiro, o Governador Mem de Sá o reenviou para ali, a fim de que padecesse, dizia-se, no mesmo lugar onde havia dado escândalo. Foi condenado a morrer como herege obstinado!

“Não nos podemos subtrair a um sentimento de dor e de tristeza vendo o venerável Anchieta (*sic*) figurar na execução desta iníqua sentença. A pretexto de salvar o infeliz das garras do demônio, a princípio dilatou-lhe a agonia, fazendo demorar o tempo do suplício, para que ele tivesse o de converter-se; e depois, no momento fatal, como o algoz inexperiente não soubesse abreviá-lo, e como a dilação lhe agravasse o sofrimento, vendo Anchieta a impaciência do condenado, que era homem colérico, e receando que dali resultasse a perda daquela alma (tal era a confiança que tinha na pretendida conversão) entrou em zelo, repreendeu o algoz, e ensinou-lhe ele mesmo como havia de fazer o seu ofício!

“Ó caridade admirável e engenhosa! (exclama o pe. Vasconcelos). Bem sabia Joseph [José de Anchieta] que, segundo as leis eclesiásticas, incorria na “suspensão das ordens todo o sacerdote que acelera a execução da morte em qualquer ocasião, inda que movido de causa pia; porém, mais podia com ele a caridade e amor que devia ao próximo, que outro qualquer respeito e consideração.

“E nos dizemos: abominável fanatismo que assim perverte e transforma um missionário sublime (*sic*) em miserável ajuda do algoz! Triste e eterna contradição do espírito humano! Estes padres que vertiam o próprio sangue pela conversão de selvagens canibais (*sic*), agora o derramam de um irmão inocente, e quando muito transviado, violando na sua pessoa as leis sagradas da hospitalidade e atenazando-o na sua hora derradeira com torturas morais, mais cruéis e incomportáveis, porventura que as da corda e do cutelo!

“E pois que a Providência, em Seus Designios profundos e insondáveis, permite que andem assim alternados e frente a frente o bem e o mal; levantem ao menos a voz sempre e por toda a parte, as almas bem nascidas onde o amor do bem prepondera, e votem ao opróbrio e à execração do gênero humano essa abominável justiça política e religiosa, fonte perene de crimes e desdouro eterno da História” (*JORNAL DE TIMON* - VI. I págs. 430-431, citado por Mattathias Gomes dos Santos, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, *JESUÍTAS NO BRASIL*, Rio de Janeiro, 1941, págs, 21-24).

Muitas das expressões desse depoimento denotam o catolicismo do escritor, como a sua tristeza “vendo o venerável Anchieta”, “missionário sublime”, e o termo evangélico: “converter-se” como sinônimo de aceitação da religião católica. Sua terminologia religiosa e seu apreço pela figura de Anchieta, com efeito, valorizam seu testemunho.

FOI ASSIM...

João Bollés, nome aportuguesado de Jean Jacques le Balleur, foi um Ministro Evangélico da Denominação dos Huguenotes Calvinistas: de grande destaque na França. Acossado pelas perseguições da “santa inquisição” em sua pátria, veio ele com muitos irmãos na fé para o Brasil à procura de abrigo e para evangelizar índios e portugueses, bem como dar assistência espiritual aos seus discípulos evangélicos.

Profundo humanista, conhecia o latim, o grego, o hebraico e o espanhol, além de seu idioma materno, o francês. Distinguia-se sobretudo como conhecedor das Sagradas Escrituras.

Villegaignon, que na França para obter ajuda do Almirante Coligny, se passara por calvinista, e aqui aportando, revelou sua identidade católica, decidiu perseguir os huguenotes de sua comitiva, assassinando três Pastores Evangélicos citados por mim em capítulo anterior.

Com alguns companheiros Bollés escapou da truculência de Villegaignon, indo para São Vicente.

Suas convicções bíblicas ferviam-lhe no íntimo movendo-o a pregar as Verdades das Sagradas Escrituras aos lusitanos, mamelucos e indígenas. Neste ardor evangelizante defrontou-se em polêmicas com o “pe.” Luís da Grã. Este, desprovido de argumentos que anulassem a coerência doutrinária de Bollés, denunciou-o como herege contumaz ao Governador Geral.

Preso, em 1559 foi mandado para a Bahia a se entrevistar com o “bispo”, que o confirmou herege, entregando-o ao “braço secular”, segundo o figurino da Inquisição. Condenado, foi, durante vários anos, encarcerado em masmorras. Em seguida Mem de Sá condenou-o à pena de morte pelo crime de ser evangélico calvinista, devendo sua execução acontecer no Rio de Janeiro, local dos seus “crimes”, para onde foi recambiado.

Em chegando ao Rio de Janeiro, a Anchieta incumbiram de demovê-lo de suas convicções bíblicas a fim de morrer católico. Firme nos ensinamentos das Sagradas Escrituras, repudiou a sofistaria do “pe.” José.

Desde sempre o clero se empenha em, nos derradeiros instantes de vida, “converter” ao catolicismo os “hereges” de maior realce. Assim fizeram também com Rui Barbosa. Não conseguindo, mentem ao povo afirmando haver obtido vitória e sua vítima aceitado os “últimos sacramentos”.

Levado ao cadafalso, titubeava o carrasco, ou por imperícia (o que não é provável) ou por compaixão de ver entregue à força um inocente. De acordo

com o costume da época, um sacerdote permanecia ao lado do sentenciado até seu desenlace fatal. Anchieta ali estava. Antecipa-se ao executor e enforca João Bollés.

João Bollés, Ministro Evangélico Huguenote, o oficiante da primeira celebração da Ceia do Senhor em nossa Pátria, intrépido pregador do Evangelho e mártir da fé, em 1567, após oito anos de masmorra, foi executado pelo “apóstolo do Brasil” José de Anchieta.

Qual o crime de Bollés? O de ser calvinista!!!

O depoimento é do católico Arthur Heulhard: “E porque o carrasco, talvez condoído, sem coragem de apressar a morte da vítima inocente - ele mesmo, o santo José de Anchieta, acaba de matá-lo, dizendo, ufano, ao carrasco acovardado: “Eis aí como se mata um homem!” “*Voi la comme il faut faire!*” (ROY DEL’AMERIQUE, págs. 170-171, obra essa publicada em 1897, por ocasião das festas do tricentenário de Anchieta, em cujas páginas também classifica Villegaignon de “O Caim da América”.

AGORA, A LENDA

Os documentos reconhecem todas as qualidades intelectuais, morais e espirituais de Bollés. Admitem sua prisão pelo motivo de pregar o Evangelho. Concordam em sua reclusão em infectos cárceres por oito anos.

Naqueles tempos o assassinio por motivos religiosos era sacramentado e, em larga escala, praticado pelo clero.

José de Anchieta fora o eleito pelos jesuitas do Brasil para ser, em honra de sua ordem, elevado à dignidade dos altares. Mister se fazia retirar de suas atitudes qualquer suspeita de ação menos digna. Seus biógrafos o cercam de inúmeros gestos miraculosos e o nimbam de alcandoradas e heroicas virtudes.

No caso de Bollés decidiram enfeitar sua participação no enforcamento de sua vítima. Dizem, então, que fora o “pe.” José chamado a demover o “herege” de suas heresias levando-o a “converter-se” ao catolicismo. Se nos anos de prisão na Bahia ninguém o conseguiu, Anchieta, dotado de brandura, singeleza e convicções católicas acabou obtendo êxito. Bollés aceitou ser católico! Apesar disso sua oondenação permaneceu irrevogável. Preso por ser “herege”, mesmo abandonando a heresia, precisava morrer! Prepara-lhe Anchieta o ânimo. E a confortá-lo nos instantes derradeiros, ali se encontrava ao pé do cadafalso.

O algoz, inexperiente ou nervoso, atrapalha-se e Anchieta, de coração meigo e em extremo compassivo, deu-lhe orientação conveniente para que se aviasse quanto antes no intuito de não fazer sofrer tanto o réu, que, colérico, corria o risco de, à última hora, volver à “heresia”.

Seus biógrafos exaltam a magnanimidade de Anchieta por haver mesmo se submetido a censuras eclesiásticas no seu anelo de, caridosamente, ajudar o réu a morrer.

Biografias mais recentes ou omitem o fato ou o enfeitam de tal modo que nem mencionam a participação do seu biografado na execução de Bollés.

Charles Sainte-Foy, postergando toda a verdade dos fatos, romanceia o ocorrido: "Homem talentoso, muito lido nas Sagradas Escrituras, e profundamente conhecedor das línguas hebraica, grega e latina. De grande loquacidade, habilíssimo na arte de ganhar os corações e de mais a mais com uma eloquência insinuantíssima e tanto mais funesta, quanto parecia menos artificiosa esse homem perigoso, que de herege passara a heresiarca, ia semeando seus erros pelas populações primeiro à pureza e sorratamente, logo às escâncaras declamando em público contra as santas imagens, autoridade da Igreja e mais dogmas da religião católica.

"Por mais que fizesse, foi descoberto, preso, processado, convencido, e, segundo as leis de então, condenado à morte... Destarte, ganhou-lhe [Anchieta] o coração; depois do que sem custo convenceu-lhe o entendimento e, em poucas horas, fez desse herege um católico sincero e penitente. João Bollés abjurou o calvinismo, retratou em público seus erros, pediu perdão a todos dos escândalos que havia dado, entregou-se completamente nas mãos de seu - como ele chamava! - pai Anchieta, e finalmente morreu em fervorosos atos de fé, de contrição e amor de Deus, deixando a quantos presenciaram-lhe a morte, bem fundadas esperanças de sua eterna salvação".

Sainte-Foy comete o crime de falsear por inteiro a realidade das circunstâncias da morte de Bollés. Seu testemunho, contudo, concorda com o registro de todos a ele anteriores sobre a personalidade do réu.

Conquanto os apologistas modernos de José de Anchieta, como Charles Sainte-Foy e Abranches Viotti, continuo a admitir o testemunho dos antigos para os quais Anchieta jamais negou haver participado ativamente no assassinato de Bollés. É relevante notar-se, outrossim, que os anchietólogos não seriam tão idiotas de inventarem um monstruoso crime só com o interesse de glorificar o seu biografado.

FALA ANCHIETA

Apesar de todas essas adulterações posteriores no intuito de arranjar o depoimento ao jeito dos interesses jesuítas, há no testemunho do próprio Anchieta informações de alto valor que as rasuras e a tesoura do clero loiolista não conseguiram retirar. Escreveu ele: "Um dos moradores desta terra [França Antártica como era conhecido o Rio de Janeiro] era um Joan-

nes Bollés, homem douto nas letras latinas, gregas e hebraicas e mui lido na Escritura Sagrada, mas grande herege.

“Este, com medo de Villegaignon que pretendia castigá-lo por suas heresias, fugiu com alguns outros para São Vicente nas canoas dos tamoios que iam lá à guerra com título de os ajudarem e, chegando à fortaleza de Bertioga, se meteu nela com os seus e ficou em São Vicente. Ali começou logo a vomitar a peçonha das suas heresias, ao qual resistiu o padre Luiz da Grã e o fez mandar preso à Bahia” (Anchieta, *INFORMAÇÕES E FRAGMENTOS HISTÓRICOS*, p. 11).

Em outra carta, a de 19 de junho de 1560, escrita de São Vicente e endereçada ao padre geral da Companhia dos Jesuítas, historia: “Antes disso, vieram outros franceses que, com o pretexto de ajudar aos inimigos na guerra, se queriam passar para nós outros, o que não puderam fazer sem muito perigo. Estes, como depois se supôs, apartaram-se dos seus que estão entre os inimigos em uma povoação que chamamos Rio de Janeiro, daqui a 50 léguas, e têm trato com eles... Todos eles hereges, aos quais mandou João Calvino dois que lhes chamam Ministros para lhes ensinar o que haviam de crer.

“Daí a pouco tempo, como é costume dos hereges, começaram a ter diversas opiniões uns dos outros, mas concordaram nisto que servissem a Calvino... Neste mesmo tempo um deles ensinava as artes liberais, grego e hebraico e era mui versado na Sagrada Escritura, e por medo do seu Capitão que tinha diversa opinião, ou por querer semear os seus erros entre os portugueses, uniu-se aqui com outros três companheiros idiotas, os quais como hóspedes e peregrinos, foram tratados mui benignamente. Este que sabe bem a língua espanhola começou logo a blasonar que era fidalgo letrado e com esta sua opinião e uma fácil e alegre conversação que tanto fazia espantar os homens para o estimarem...

“Passaram-se muitos dias quando começou a regoldar-se de seu estômago cheio de fedor dos seus erros, dizendo muitas coisas sobre as imagens dos santos e o que aprovava a Santa Igreja do Santíssimo Corpo de Cristo, do Romano Pontífice, das Indulgências e outras muitas que adubava com certo sal de graça de maneira que as palavras ao povo ignorante não só não pareciam amargas, mas mesmo doces. Sabendo isto, o padre Luís da Grã veio a Piratininga a opor-se à pestilência e arrancar as raízes internas deste mal que começa a brotar. Tendo receio disto... mandou-lhe o protestante uma invectiva “porque não repartia o pão da doutrina com os portugueses, por trabalhar na conversão dos infiéis, e por muitas outras coisas”.

“O padre Luís da Grã foi ao vigário requerendo que não deixasse ir adiante esta peçonha luterana e com sermões públicos admoestasse ao povo que se acautelasse daqueles homens e dos livros que trouxeram, cheios de heresias. Porém, o grupo imperito em frequentes práticas louvava aos franceses, maravilhando-se de sua sabedoria e eloquência, apregoando os co-

nhcimentos que tinha das artes liberais; e, pelo contrário, caluniava o padre Luís da Grã, dizendo que, enojado pela invectiva que lhe mandara, o perseguia. E o que é mais, já a pestilência pouco a pouco grassava nos corações incautos da imperita multidão que, sem dúvida, muitos se infectaram da peçonha mortal sem haver a menor resistência.

“Tanta autoridade de repente conseguiu para com eles que muito se diminuiu a do padre, que todos tinham em muita reputação... Depois disto, o mandaram para a Bahia para lá se conhecer mais amplamente da sua causa e o que lá e aqui se fez acerca dele, e para que por cartas particulares se saiba, não a coisa que convenha por carta geral calar-se: somente direi que se tratou a coisa de maneira que torna Nossa Paternidade ocasião grande dor, considerando quão pouco caso se fez, entre os cristãos fiéis, da causa da fé” (Anchieta, *CARTA DE 1 DE JUNHO DE 1560*, citada pelo catolicíssimo Dr. José Carlos Rodrigues em seu livro *RELIGIÕES ACATÓLICAS*, págs. 31 e 33).

O missivista omite a execução de Bollés por quanto esta carta foi redigida sete anos antes dela.

O seu testemunho ressalta o valor das Doutrinas Bíblicas sobre os dogmas romanistas e a sede da parte do povo pela Verdade.

UMA VERIFICAÇÃO DE NÓBREGA

Em carta de 1559 ao Governador Geral, o provincial Manoel da Nóbrega assinala sua observação: “E porque não haja pecado que nesta terra não haja, também topei com opiniões luteranas e com quem as defendesse, por que já que não tínhamos que fazer como gentio em lhe tirar suas erronias por argumentos, tivéssemos hereges com quem disputar e defender a fé católica” (*CARTAS DE MANOEL DA NÓBREGA*, p. 152).

LEONARDO VALLE, OUTRO JESUÍTA A DEPOR

Em sendo contemporâneo de Anchieta, o seu depoimento, apesar de rasurado pelos loiolistas posteriores, é valiosíssimo. Encontramo-lo em sua carta de 26 de junho de 1562, quando relata: “E não é tanto de espantar isto em gente rústca do mar, como neste que está preso como já saberão, passa de um ano, vai em dois, em uma cadeia, que pode mais se chamar de masmorra que cadeia e, contudo, tão pertinaz como se outro letrado não houvera no mundo.

“E ali onde está não deixa de falar o que lhe convém à vontade.

“E é ele tão gabado de sutil e delicado engenho que se não fosse Nosso Senhor por sua bondade não ajudasse nesta parte tanto à nação portuguesa, como sempre ajudou, não pdoeria deixard e se apegar algum aos que ali vão.

“E, porém, eles com a sua fé de enche mão, dando-lhe umnas razões que é para rir, e cuidam que o concluirão, 3e vão-se depois gabar que se ive-ram muito bem com o Monsior Ballés, o que não fizeram alguns franceses que aqui estqvam quando ele veio do Rio de Janeiro, mas nesses poucos di-as que aqui andou se aproveitaram bem da sua doutrina.

“E, sendo presos doismoradores antgos e casadis na terra, saiu com um apenitência solene na Sé, e outro com um sambenito mpara sempre, e que não saísse fora dosmuros, e visitasse este colégio duas vezes cada dia.

“O Monsior de Bollés deixa de ser queimado por estar remetido ao car-deal [d. Henrique].

“Pouco tempo há que, fugindo por um descuido dois presos da cadeia de dia, acudiu o ouvidor-geral, e achando que o herege estivera também para isso por andar sem ferros lhe mandou deitar, o que ele não quis consentir, e foi nisso tão remisso que duas ou três vezes mandou a justiça apontar nele com uma seta para o matar e ele todavia por ver o perigo tão eminente e tão soberbo que por não mostrar fraqueza disse que o deixassem falar ao senhor ouvidor e disse-lhe que não por medo, mas por amor de sua mercê os queria tomar. E assim escapou do que porventura lhe fora melhor por não estar cada dia acrescentando tormentos para o inferno” (*REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO* - vol. XLII, págs. 188-190).

Preso em uma masmorra, posto a ferros, por duas ou três vezes ameaçado em sua vida mesmo após haver apelado ao cardeal da sentença de ser queimado, Bollés se conservava resoluta em sua fé.

BOLLÉS E COINTAC

Os anchietólatras por almejarem escoimar de Anchieta a pecha de carrasco empreendem gigantescos esforços no afã de confundir unindo num só personagem as duas figuras: Bollés e Cointac.

À vista de semelhante documento da lavra de Leonardo Valle, impossível duvidar-se da existência de Bollés ou confundi-lo com um certo João de Cointac, frade dominicano que por algum tempo se fez calvinista e depois retornou ao catolicismo, sendo antes mandado pelo “bispo” Pedro Leitão a Portugal, e de Portugal se foi à Índia donde nunca mais voltou.

É verdade que Leonardo Valle não registra a execução da pena contra Bollés, limitando-se a registrar os maus tratos impostos ao réu, sua conde-nação à fogueira e o seu recurso ao cardeal d. Herique. Deixa de anotar a execução da morte pelo simples fato de ainda não haver acontecido, sua re-moção da Bahia para o Rio de Janeiro, a aproximação de Anchieta e o enfor-camento. Lembremo-nos de ser sua carta do ano de 1562 e os derradeiros fatos ocorreram em 1567.

Impossível confundir num só personagem Bollées e Cointac!

Nos documentos sobre o assunto os nomes de ambos sempre aparecem distintos, sem se confundirem. Jamais Bollés é chamado de Cointac, como nunca Cointac é chamado de Bollés.

Cointac estudou na Universidade de Sorbonne e conhecia seu idioma pátrio, o francês, e o latim. Desconhecia o hebraico e o grego, línguas originais das Sagradas Escrituras, comprovando não ser sequer estudante para o Ministério Evangélico.

Bollés, consoante séria documentação, por ser Ministro Evangélico, conhecia perfeitamente essas línguas, bem como as próprias Sagradas Escrituras.

Cointac questionava com os calvinistas sobre assuntos bíblicos e religiosos secundários, sustentando sua argumentação em pronunciamentos de “pais da igreja” e não nas Escrituras. Sustentava, com efeito, o dogma romano da transubstanciação.

Ora, foi justamente acerca dos sacramentos que Bollés disputou com mais ardor com o “pe.” Luís da Grã.

Em 21 de março de 1557 celebrou-se sob a presidência de Bollés pela primeira vez no Brasil a Ceia do Senhor de acordo com a instituição evangélica.

O evento ensejou a Cointac discussões acaloradas dada a sua fé na transubstanciação e a 3 de abril seguinte sua polêmica descambou para a injúria pessoal atingindo até Villegaignon.

Em parte alguma consta esse procedimento da parte de Bollés.

Aos 17 de maio de 1557 Cointac casou com a herdeira de um rico comerciante de Roquette Rouen.

De Bollés não consta casamento algum.

Em outubro de 1557 Cointac retirou-se da companhia de Villegaignon e Bollés fugiu das perseguições do mesmo Villegaignon em Fevereiro de 1558.

Em 1565 Cointac aparece em Portugal e publica o seu livro: *PARADOXOS* e de Portugal foi para a Índia. O destino de Bollés, que não publicou livro algum, foi o da forca.

Estes elementos biográficos de João Cointac extraímos de Lery (*HISTOIRE D'UN VOYAGE EN LA TERRE DO BRÈSIL*, edição de 1578, p. 387) e do catolicíssimo dr. Ramiz Galvão (*REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO*, vol. XLVII, págs. 39-45).

E nem se alegue encontrar-se nos escritos daqueles jesuítas, inclusive e sobretudo de Anchieta, o nome de Bollés escrito de diversas maneiras: João Boles, João Bolês, João Bolés, Joannes Boles, João Bouller, Boulerins, Boniller, Bealerio, Boullerus.

Nesses mesmos documentos lemos: Mem de Sá; além de Sá, Mendo de Sá, Mendodesa, Mendesaa, Mendes saa, Men de Saa e até Mendonça.

Quanto ao nome de Villegaignon a variedade é mais profusa e acima de jocosa: Villegainó, Villegalhão, Viligantes, Villagantes, Villegaino, Villegorino, Villegaignon, Villegailhon, Villa e ganhão, e Villa Galhão.

O QUE DIZ O PRIMEIRO BIÓGRAFO DE ANCHIETA

Ao “pe,” Pero Rodrigues, loiolista, contemporâneo de José, incumbira o provincial dos jesuítas no Brasil escrever uma obra oficial sobre a vida de Anchieta. Concluída em 1607, apenas dez anos após a morte do biografado, foi inserida no seu processo de canonização.

Acerca do caso Bollés informa: “Posto eu este capitão [Nicolau de Villegaignon] era católico e comendador de Malta, contudo muitos dos seus eram hereges calvinistas, e entre eles um João de Bollés, a quem querendo o seu geral castigar por esta causa, o herege com outros três, fugiu para São Vicente.

“Era ele bom humanista latino, grego e tocava de hebraico; muito visto na Sagrada Escritura, mas entendida conforme a perversa interpretação dos hereges, começou logo meio em segredo e meio em público, a falar com pessoas ignorantes, desfazendo na santidade e uso dos sacramentos e nas imagens e na autoridade das bulas e indulgências do mesmo pontífice e como falava bem espanhol, e entremetia as suas graças, com gosto da conversão ia também lavrando o veneno de sua péssima doutrina, de modo que tinha já ganhado com o vulgo ignorante e teve nome de grande sábio; quis Deus que se achasse naquela comarca o padre Luiz da Grã, na casa de São Paulo que sabendo o que se passava acodiu logo às vilas de Santos e São Vicente, e começou com pregações e disputas públicas e em práticas particulares a avisar a todos se guardassem do herege, com que o povo tornou em si, e o inimigo se recolheu, o qual vindo um dia a visitar o padre a outra vila, achou-o que estava para subir ao púlpito e o padre em o vendo subitamente mudou a pregação, acomodando-a ao novo ouvinte como se toda a semana estudara para aquele fim, depois praticou familiarmente com ele e achou que se lhe mostrava em tudo católico.

“Porém, sabendo por outra parte que a peçonha ia lavrando e tomando mais força, fez com que a justiça eclesiástica o mandasse preso ao bispo da cidade da Bahia, como mandou, e desta maneira se apagou este fogo na Capitania de São Vicente... Conquistando o Governador Mem de Sá por segunda vez o Rio de Janeiro quis fazer justiça de um herege [Bollés], que entre os soldados franceses tomara, encarregou-se dele o padre José e teve dificuldade em o reduzir. Epediu mais tempo, finalmente o reduziu com a divina graça e o fez confessar e aparelhou para bem morrer.

“Chegando ao ponto da execução, estava o paciente muito aflito. E impaciente pelo algóz se embaraçar em seu ofício, repreendeu então o padre ao algóz e deu-lhe ordem como o fizesse bem.

“Contando o padre dali a muitos anos este caso a um irmão nosso, lhe disse o irmão E.V.R. não via que ficava regular. Respondeu-lhe porém o padre: A minha irregularidade não era ofensa a Deus e tinha remédio, mas aquele pobre não tinha outro remédio porque sua salvação tinha tempo limitado. E pela salvação de uma alma ainda que ficara toda a vida irregular, o dera por bem empregado” (*VIDA DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA DA COMPANHIA NO ESTADO DO BRASIL*, escrita por Pero Rodrigues, jesuíta, apud *ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL*, vol. XIX, pág. 49).

OUTRO VALIOSO DOCUMENTO

E em latim! Também de um jesuíta! É de Berettario que, por ordem do geral Acqua Viva, escreveu em 1617 uma biografia de José de Anchieta.

É de se frisar ainda haver Berettario escrito o seu livro apenas vinte anos após a morte do seu biografado, baseando-o nos escritos contemporâneos do “taumaturgo do Novo Mundo” redigidos pelo “pe.” Pero Rodrigues.

Relata o latim de Berettario: *“Sed sive hunc, ut ibi, ubi fel draconum evomuerat, puniretur, Bahia ad sinum Ianuariensem ex vinculis pertractum; sive quam visa alium ex captivis Gallicis, paris facinoris convictum, et in haeresi pervicacem, statuit praetor post victoriam Ianuarisensem in oculis hostium extremo supplicio afficere... Ad eum adjuvandum, quoniam latine cum illo agendum erat, neque ibi et Societate Iesu quisquam erat, praeter Azebedium maioribus curis occupatum, accercitus, est Sancto Vicentio Iosephus, qui, cum initio difficillem haereticum experiretur impetravit ut res aliquandiu proferretur... Et quoniam quo tempore in eum lege agebatur carnifex imperitus minus commode sua exequebatur ministeria, réus indigne ferebat exacerbari sibi inepti hominis imperitia, veritus Iosephus, ne homo iracundus et recens ad catholicam pietatem traductus, brevi illo temporis momento aeternae mortis veniret in descrimen, castigatum carnificem monet ratione, expedite illo numere de fungeretur”* (*REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO*, vol. XLVII, p. 204).

Apresento a tradução em vernáculo dessa página de Berettario: “Depois foi [Bolls] levado para o Rio de Janeiro, ou porque se quisesse o castigo no mesmo local em que havia semeado suas heresias, ou porque com outros presos franceses era cúmplice de algum delito grave, o Governador, após a última vitória [contra os franceses na Baía do Rio de Janeiro] mandou aos olhos dos inimigos morresse em mãos do verdugo... Para ajudá-lo em tão terrível transe, veio de São Vicente o padre José de Anchieta, pois o padre Azevedo, ali presente, atendia encargos de maiores responsabilidades no Rio de Janeiro, lugar onde se executava a justiça. Em princípios José encontrou o herege rebelde e, por isso, pediu que se dilatasse a execução da sentença... Mas, ao tempo em que o verdugo teve de lhe dar a morte, por ser pouco experiente no seu ofício, tornara-se lento e o réu se impacientava com o tormento causado pela ignorância do carrasco. Receioso, José que o

paciente, homem de natureza colérica e convertido agora à piedade católica, corresse o perigo de, naquele brevíssimo espaço de tempo, se revoltar outra vez contra a fé católica, repreendeu José ao verdugo e o ensinou a fazer corretamente o seu ofício”.

UMA TESTEMUNHA INDEPENDENTE

Frei Vicente Salvador, antigo aluno do colégio dos jesuitas da Bahia, também escreveu uma biografia de José de Anchieta. Redigiu-a apenas trinta anos após o falecimento do “apóstolo do Brasil”. E seu depoimento é fornecido independentemente do de Pero Rodrigues de vez que sua obra não se fundamente nos escritos deste.

Escreveu o frade Vicente Salvador: “Entre os primeiros franceses, que vieram ao Rio de Janeiro, em companhia de Nicolau Villegaignon, de que tratamos no capítulo oitavo deste livro, vinha um herege calvinista, chamado João Bouller, o qual fugiu para a Capitania de São Vicente, onde os portugueses o receberam, cuidando ser católico, e como tal o admitiram em suas conversações, por ser também na sua eloquente e universal língua espanhola, latina, grega e saber alguns princípios da hebreia, e versado em alguns lugares da Escritura Sagrada, com os quais entendidos a seu modo dourava a pírula e encobria o veneno aos que o ouviam e viam morder algumas vezes na autoridade do sumo pontífice, no uso dos sacramentos, no valor das indulgências e na veneração das imagens.

“Contudo, não faltou quem o conhecesse (que ao lume da fé nada se esconde), e o foram denunciar ao bispo, o qual o condenou como seus erros mereciam, e sua obstinação que nunca quis retratar-se; pelo que o remeteu ao governador, o qual o mandou que à vista dos outros, que tinham cativos na última vitória, morresse às mãos de um algoz.

“Achou-se ali para ajudar a bem morrer o Padre Joseph de Anchieta, que já então era sacerdote, e o tinha ordenado o mesmo bispo D. Pedro Leitão, e posto que no princípio o achou rebelde não permitiu a Divina Providência que se perdesse aquela ovelha fora do rebanho da Igreja, senão que o padre com suas eficazes razões e principalmente com a eficácia da graça o reduzisse a ela, ficou o padre tão contente deste ganho, e por conseguinte tão receioso de o tornar a perder, que vendo ser o algoz pouco destro em seu ofício, e que se detinha em dar a morte ao réu, e com isso o angustiava, e o punha em perigo de renegar a verdade, que já tinha confessado, repreendeu o algoz, e o industriou para que fizesse com presteza seu ofício, escolhendo antes por-se a si mesmo em perigo de incorrer nas penas eclesiásticas, de que logo se absolveria, que arriscar-se aquela alma às penas eternas.

“Casos são estes que desculpa a divina dispensação, e a caridade, que é sobre toda a lei, e sem mais são para admirar que para imitar” (Frei Vicente

Salvador, *HISTÓRIA DO BRASIL, ANAIS DA BT BIBLIOTECA NACIONAL*, vol. XIII, págs. 80-81).

OS ENFEITES DO JESUÍTA SIMÃO DE VASCONCELOS

A metade de sua obra biográfica sobre Anchieta, Simão de Vasconcelos enche de narrativas de portentosos prodígios da “figura fascinante” do “apóstolo do Brasil”. Seu anelo ou extremada ambição é apresentá-lo como herói e de vida absolutamente pura com os mais insignes dotes sobrenaturais. Um santo na plena conceituação romanista!

Nesta cobiça tenta encobrir seu crime de carrasco. Mais ainda! Quer ver no homicídio um gesto de bravura de Anchieta, uma absoluta disponibilidade e completa renúncia até da própria dignidade contanto que salve uma alma.

Narra Simão de Vasconcelos o enforcamento de Bollés: “Aconteceu aqui um caso digno de ser sabido; porque o algoz quando foi a execução do castigo, como era pouco dextro no ofício, detinha o paciente no tormento demasiadamente, com agonia e impaciência conhecida. José, que via este erro tão grande, e arreceiava que por impaciência se perdesse aquela alma de um homem por natural colérico, e tão pouco havia convertido, entrou em zelo repreendeu o algoz e instruiu ele mesmo de como havia de fazer seu ofício com a brevidade desejada: ato de fina caridade.

“Sabia muito bem José a pena das leis eclesiásticas, que suspendem de seu ofício a todo aquele que, sendo sacerdote, acelera a execução da morte em qualquer ocasião que seja, ainda que pia: porém preponderava com ele mais a caridade que devia ao próximo; e respondeu aos que lhe perguntaram a causa de tal resolução desta maneira. Porque o dano da minha suspensão não é ofensa de Deus, e tem remédio com a absolvição da Igreja; porém o dano daquela alma, se ali se perderá, por impaciência, era pecaminoso e não podia remediar-se; e pela salvação de uma alma vivera eu suspenso toda a minha vida”. (Simão de Vasconcelos,, loiolista, *CHRONICA DA COMPANHIA DE JESUS NO ESTADO DO BRASIL*, liv. III, § 116).

Este Vasconcelos, no intuito de sensibilizar os devotos, registra as expressões de Anchieta quando advertido das penas canônicas nas quais incorreria, como se pronunciadas no ato mesmo da execução de Bollés. Mas Pero Rodrigues, contemporâneo de Anchieta, afirma que essas expressões foram proferidas “muitos anos depois” e diante de um irmão-leigo.

Conquanto doure a pílula, não logra ocultar a índole imoralíssima da teologia moral católica! Com efeito, põe na boca de Anchieta palavras de certeza antecipada do perdão de sua igreja. Os fiéis ao pecarem, por antecipação já se dispõem à confissão na esperança de que o sacerdote lhes perdoe a falta. Para Anchieta pouco se lhe davam as penas canônicas. Sabia *a priori* da absolvição delas.

Os inacianos enraízam sua moral na tese de que o fim justifica os meios. Ei-la aí praticada por Anchieta na conjuntura do enforcamento de Bollés. Apressar a execução dele a fim de que não corra o risco de voltar à heresia (?).

Enfim, os modernos anchietólogos, de frente erguida e fisionomia cerrada, negam o fato da execução de Bollés. Negam o registro de todos esses escritores jesuítas por nós citados. Inclusive este de Simão de Vasconcelos. Ora, se Simão de Vasconcelos inventou a lenda do martírio do calvinista francês Jean Jacques le Balleur enforcado por Anchieta, da mesma maneira poderia ter inventado todos os milagres por ele próprio atribuídos a Anchieta. Se aceitam esses prodígios e deles fazem alarde por vê-los inseridos no processo de canonização do “pe.” José de Anchieta, por que recusar o registro do assassinato perpetrado pelo mesmo sacerdote jesuíta contra um humilde Pastor Evangélico?

A DESILUSÃO DE UM ANCHIETÓLATRA

Com o evoluir do processo canonizatório da “figura fascinante” do “primeiro santo brasileiro” que é espanhol, várias biografias suas têm sido lançadas no mercado livreiro romanista. Todas elas simplesmente silenciam o crime do encomiado.

Abranches Viotti, anchietólogo de proa, em seu livro *ANCHIETA APÓS-TOLO DO BRASIL*, reserva-lhe dez páginas sob a epígrafe: *O CASO DO PSEUDO-BOLÉS*.

Sem transcrever o antigo documentário, tanto mais valioso quanto mais próximo dos fatos, esgrime seus sofismas na inglória luta perdida de identificar João Bollés com o frade dominicano João Cointac.

No seu ardor pergunta Viotti: “Onde, porém, há documentação histórica a respeito desse “mártir”?”

Ora por que sonegou ele os legítimos documentos do século XVII? Que valor se pode conferir a pronunciamentos recentes opostos às notícias contemporâneas dos contemporâneos do suplicador do calvinista João Bolés?

Depois de gastar tinta e papel em páginas seguidas de sofismas, convencido ele próprio da inconsistência dos seus infundados argumentos, Viotti conclui: “Suponhamos, entretanto, que as palavras mencionadas padeçam interpretação menos benigna, que Anchieta haja “industriado” ou “instruído” o carníface, como escreveram Paternina e Vasconcelos; que haja incorrido em irregularidade canônica, como parece tê-lo receiado; que haja enfim... prevaricado de certa forma. Não existem inúmeros santos canonizados que viveram anteriormente como pecadores? O que exige a Igreja nesse caso são como dez anos de heroísmo na prática da virtude, coroados por uma santa morte. E o fato antecede de trinta anos a morte de Anchieta (...).

“Sobre o caso, todavia, há muito pronunciou a Igreja o seu *veredictum*.

“Nas publicações anteriores à declaração de suas virtudes heróicas, sobretudo na *Responsio ad novas animadversiones*, págs. 122-128, e nas *Responsiones ad novíssimas animadversiones*, págs. 95-100, não só se inocenta Anchieta de pecado sequer material, mas se prova não ter incorrido ele em qualquer irregularidade; teria, pelo contrário, agido defeituosamente, contra a caridade, se deixasse de agir como agiu, seguindo o ditame da razão e o impulso do seu amor ao próximo”.

O *veredictum* da Igreja!!! Que vale a sentença de uma “igreja” assassina? Dona da inquisição? Sua absolvição, isto sim, confirma o crime de Anchieta!

E a conclusão de Viotti, atual anchietólogo de maior destaque, é a confissão irretorquível e irrefragável do crime de Anchieta, réu do suplício do PASTOR JEAN JACQUES LE BALLEUR ou JOÃO BOLLÉS, a quem coube a honra de selar com seu martírio a fé em Jesus Cristo e a primeira sementeira da Palavra de Deus em nossa Pátria.

.oOo.

Em seus livros, o ex-padre
Dr. Aníbal Pereira dos Reis
fala do que conhece bem.

Durante 16 anos foi um sacerdote católico exemplar e dedicado, tendo recebido inúmeras manifestações de confiança e de

apreciação de seus superiores hierárquicos, inclusive o convite para ser um bispo da Igreja Católica Romana.

Quando, pela leitura da Bíblia, se converteu ao Senhor Jesus, não abafou a sua consciência, mas, na impossibilidade de continuar no erro doutrinário, deixou a batina, transformando-se num pregador da graça divina. Percorreu todo o Brasil, de norte a sul, levando a pura mensagem do Evangelho aos corações sem Cristo e esclarecendo sobre a Babilônia dos nossos dias.

Muitas têm sido as almas salvas por Deus através de sua mensagem oral no púlpito ou escrita através de seus livros.

As perseguições que lhe foram dirigidas para fazê-lo calar não silenciaram este soldado de Cristo e, parafraseando Hebreus 11.4, dele podemos dizer que “por meio de seus livros, mesmo depois de morto, ainda fala”.

O Autor deste livro escreveu um total de 54 livros.

Outros livros de Aníbal Pereira dos Reis:

A Senhora Aparecida

A Senhora de Fátima

A Virgem Maria

O santo que Anchieta matou

A mãe das prostituições

Esse padre escapou das garras do papa

A grande Babilônia
A Besta do Apocalipse
O sinal da Besta
O padre cria em Jesus, mas não era salvo
666
Torturas e torturado
Pedro nunca foi papa
As aventuras do cardeal
As visões de Daniel
Essas Bíblias católicas!!!
O Vaticano e a Bíblia
A missa
Crente, leia a Bíblia!
Cristo? Sim!!! Padre? Não!!!
Católicos carismáticos e pentecostais católicos
Será que o papa escravizará os cristãos?
Cartas ao papa João Paulo II
O que estão fazendo os padres?
O diabo
Milagres e cura divina
Será que todas as religiões são boas?
Será que o crente pode perder a salvação?
O mais importante sinal da volta de Cristo
Milagres e cura divina
Aos “cristãos” que não creem na Divindade de Cristo
A guarda do sábado
O cristão e o seu corpo
O sequestro do “papa” João Paulo II
A imagem da Besta
Os Cursilhos de Cristandade por dentro